

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

ARIANO SUASSUNA
"O popular não sou
eu quem faz, é o povo!"

SOB O DOMÍNIO DO FMI

O governo de FHC
revela cada vez mais
sua essência ao impor
um pacote econômico
para pagar juros ao
capital especulativo
internacional



ESPECIAL

A ligação dos homens de FHC
com bancos estrangeiros

FIM DE ANO

com

Princípios

Válida até
15/12/98

PROMOÇÃO



Prepare-se para o ano que vem aí.
Leia e participe da revista que
está ao seu lado, de verdade.
Faça já sua assinatura ou
renovação da Revista *Princípios*!

1

Por apenas R\$ 30,00* você assina
Princípios e ainda recebe em casa
1 CD de músicas cubanas!

O CD faz parte da promoção para os 100 primeiros pedidos que chegarem na Editora. Aos seguintes, enviaremos uma belíssima camiseta promocional da Revista *Princípios*.

* com cheque pré datado para até 20/12/98.



Geniais Cubanos
Gonzalo Rubalcaba

2

E por R\$ 45,00** você pode optar por receber:

- A** 1 assinatura (ou renovação) da *Princípios*.
+ 1 camiseta promocional
+ 1 livro a sua escolha (ver relação na página 71 desta edição).
- B** ou: 1 assinatura (ou renovação)
+ 1 camiseta promocional
+ 5 edições anteriores da Revista.

** com 2 cheques para até 20/12/98 e 20/01/99.



Para confirmar seu pedido, envie seus dados, o presente de seu gosto, mais a opção de assinatura (1 ou 2) e de pagamento desejados. Utilize o telefone, fax, carta ou e-mail.

- CHEQUE NOMINAL à Editora e Livraria Anita Ltda.

FORMAS DE PAGAMENTO

- Depósito em C/C - ITAÚ Agência 0251 Conta n.º 48 678-3 (favor enviar comprovante)

- Cartão CREDICARD/DINERS ou VISA n.º _____ Validade do cartão (mês e ano) ____ / ____

Editora e Livraria Anita Ltda.

Fé desfilando como ciência

A atual crise do capitalismo tem sido madrasta para com as teorias formuladas pelos ideólogos da burguesia. A perplexidade entre as pitonisas do neoliberalismo é profunda e, da mesma forma como o pensamento único triunfante repetia loas à vitória final da burguesia, agora repetem, com a monotonia de um cantochão: esta crise não era prevista por nossa teoria.

Alguns revêem suas posições, como Paul Krugman, do MIT que – em agosto passado – escreveu um artigo onde, significativamente, dizia que, ao contrário de Keynes, Marx nunca conseguiu “oferecer uma explicação abrangente sobre os motivos pelos quais estas catástrofes acontecem ou qualquer sugestão sobre o que fazer a respeito delas (exceto abolir o capitalismo)”.

Krugman foi ao ponto: para os marxistas não se trata, claro, de dar soluções para o capitalismo. É também falso que Marx não tenha encontrado explicações para as crises. Ao contrário, vivemos sob aquilo que, para o marxismo, é uma autêntica *crise de manual*.

A convulsão dos mercados traz (como os artigos deste número de *Princípios* procuram demonstrar) pelo menos dois elementos essenciais que podem caracterizar uma crise revolucionária – embora ela ainda não tenha chegado a esse limite.

Em primeiro lugar, a tendência à queda na taxa de lucro resulta da alteração na composição orgânica do capital, com a valorização do capital constante (máquinas, equipamentos, instalações, etc), em detrimento do capital variável (os salários). A diminuição nos lucros leva os capitalistas a demitirem legiões de trabalhadores e usarem mais equipamentos, agravando aquela tendência. Em consequência, o desemprego ou o emprego em setores improdutivos, precários e de salários menores, diminuem o tamanho dos mercados, acarretando fortes problemas de realização para o capital, uma situação de crise financeira e de superprodução.

Em segundo lugar, a produção capitalista está encalacrada na contradição entre forças produtivas cujo desenvolvimento ameaça romper as relações de produção crescentemente obsoletas. Os ganhos de produtividade do trabalho são enormes, mas o capitalismo é incapaz de levá-los às últimas consequências e fazê-los beneficiar o conjunto da humanidade.

Nesta situação, aquele *novo renascimento* anunciado por FHC no início de 1996, revela-se, para a maioria dos trabalhadores, como o inferno de Dante, para ficarmos em imagens de 500 anos atrás. E a *nova economia*, simplesmente não existe, assegurou Allan Greenspan (do alto de seu cargo de dirigente do banco central dos EUA) num discurso de setembro de 1998.

Mas o governo brasileiro ainda crê em salvação no rumo que vem seguindo, e acena agora com a nova importância do Brasil no contexto internacional, pelo tamanho das dívidas interna e externa (cuja soma ultrapassa 50% de nosso PIB) e pelo fato do mercado brasileiro ser fundamental para as multinacionais norte-americanas. A derrocada do Brasil, temem, arrastaria também aquelas empresas.

Não satisfeito em ser o governo mais entreguista que o país já teve, FHC esmera-se também em garantir para o imperialismo o principal apoio para o desenvolvimento autônomo do país, nosso mercado interno, cujo potencial nos dá condições únicas para enfrentar a crise de forma soberana.

O governo brasileiro continua vivendo no mundo dos que *fizeram sua lição de casa* e agora querem a recompensa por bom comportamento. Sua ‘teoria’ é a mesma doutrina cega. Não percebeu, como o prof. Walden Bello, da Universidade das Filipinas, que “a teoria sobre os benefícios líquidos da globalização, pela via do livre mercado de bens e capitais, tem pouco ou nenhum respaldo teórico”, sendo simplesmente “fé desfilando como ciência”.

Comissão Editorial

Brasil

8 Os homens de FHC – banqueiros e testas de ferro do imperialismo

Perfil dos principais protagonistas do governo FHC e a disputa interna no governo.

Luiz Marcos Gomes



22 A crise brasileira, a dívida e o déficit públicos: para que superávit fiscal?

A natureza do programa de ajuste fiscal em negociação com o FMI, e como o Estado brasileiro transforma moeda em capital a juros, assumindo o ônus do déficit externo.

Lecio Moraes



Internacional

36 A crise do novo endividamento e velha dependência

A crise atual tem relação com as mudanças ocorridas na economia política internacional, com destaque para a liberalização e a desregulação financeiras.

Luis Fernandes

42 A crise do capital não está restrita à esfera financeira

A atual crise internacional não se resume à esfera financeira mas diz respeito, principalmente, à base econômico-produtiva do capitalismo.

Umberto Martins

Entrevista

48 O guerreiro da cultura popular

Entrevista com Ariano Suassuna.

Ênio Lins



Ariano Suassuna

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 20 linhas, 1 linha = 70 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Pontos de Venda: SÃO PAULO: PUC - Livraria Azteca - R. Bartira, 351 - fones: 262-3397 e 864-1496; Banca Estadão - Viaduto 9 de julho, 185 - fone: 231-3458; CPV - fone: 285-6288, USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação. BELO HORIZONTE: Banca Pça. Sete - R. Rio de Janeiro c/ Afonso Pena - fone: 201-8266; Livraria Eldorado - Av. Afonso Pena, 719 - centro - fone: 273-2436; José Maria Gomes - R. da Bahia, 1148 - sala 603 - fone: 224-5835; Cotec - Av. do Contorno, 842 - sala 207 - centro - fone: 226-7479. CAMPOS-RJ: R. Manoel Barbosa da Silva, 27 - fone: (0247) 23-7108 GOIANIA: Banca do Marcão - R. 8 c/ Av. Anhanguera. NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçadão - Centro; Cooperativa Cutural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário. VITÓRIA DA CONQUISTA: Saber Distribuidora - Pça. da Bandeira, 92 - 2º and. - sala 17 - fone: (077) 424-2311.

História

56 Política externa e desenvolvimento no regime militar

Análise histórica das transformações implementadas pelo regime militar implantado em 1964 no Brasil.

Paulo Fagundes Vizontini



Marxismo

66 O socialismo é inevitável (!?!)

Esta questão se recoloca para os revolucionários: o socialismo será resultado inelutável das contradições do capitalismo, ou dependerá da intervenção organizada para alcançá-lo?

Bernardo Joffily

Cultura

74 Saramago, um Nobel português

Com Saramago, a língua portuguesa e a literatura expressa por ela também foram homenageadas pelos sábios de Estocolmo.

Roniwalter Jatobá



José Saramago

Educação

78 UBES, 50 anos: o tempo não pára...

A história de lutas da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES).

Juana Nunes e Milla Tenenblat

Resenha

82 Capitalismo e revolução burguesa no Brasil, de Nelson Werneck Sodré; por Sérgio Barroso



Os homens de FHC – banqueiros e testas de ferro do imperialismo

LUIZ MARCOS GOMES

Veja neste levantamento quem é quem no grupo que comanda o governo brasileiro, e suas ligações com as oligarquias, bancos brasileiros e estrangeiros, agências internacionais e órgãos do governo norte-americano

O capitalismo brasileiro, a partir dos governos Collor e Fernando Henrique, adquiriu uma nova feição. O presidente Fernando Henrique tenta acelerar o “ajuste” da economia brasileira à nova ordem mundial, seguindo os cânones do pensamento hegemônico sistematizado e disseminado por organismos internacionais como FMI e Banco Mundial. Tal ajuste não tem sido tarefa fácil para o governo, pois se trata de mexer profundamente numa economia que está entre as dez maiores do mundo, que tem um produto interno bruto (PIB) de cerca de US\$ 800 bilhões, uma dívida pública de US\$ 300 bilhões, um conjunto de empresas estatais de grande porte e uma população de 170 milhões de pessoas.

O ambiente externo e interno também é complexo: em plano mundial, sucessivas ondas de crise vêm provocando instabilidade geral, derrubando moedas, abalando países e causando destruição de forças produtivas e desemprego. E, no plano interno, este ajuste tem requerido intensas negociações do governo com o Congresso, pois, apesar de FHC ter sido o presidente que mais abusou na edição de medidas provisórias, seu projeto tem implicado na modificação de aspectos essenciais da Constituição de 1988, sobretudo no que se refere ao papel do Estado, ao pacto federativo, aos direitos sociais, aos mecanismos de sucessão do poder (emenda da reeleição), entre outros. O principal critério adotado no levantamento deste “quem é quem” foi o de procurar listar o rol de operadores relevantes do projeto do governo FHC, entre os quais políticos, burocratas, banqueiros, empresários, enfim, o conjunto de pessoas que opera o projeto e estabelece pontes com o mercado

financeiro internacional, com o grande empresariado nacional e com as principais oligarquias regionais espalhadas pelos diferentes partidos que compõem a chamada base política do governo.

Trata-se, evidentemente, de levantamento sujeito a revisões, que procurou agregar informações relevantes sobre personalidades públicas no sentido de oferecer um serviço de caráter jornalístico dentro dos critérios perseguidos pelo projeto *Oficina de Informações**.

Apesar de o governo ter um projeto claro, isso não significa que os

diversos setores sociais e diferentes grupos que o integram não tenham diferenças entre si, muitas vezes aguçadas por uma situação de crise mundial, como a que estamos vivendo. Este levantamento procurou identificar os principais componentes de pelos menos dois grupos distintos que disputam a hegemonia no governo, disputa concentrada em torno dos principais postos da área econômica: o chamado grupo de economistas-banqueiros da PUC/Rio e o grupo do PSDB paulista de José Serra/Sérgio Motta. Esta disputa não se dá tanto em relação ao conteúdo geral do projeto do governo FHC, tanto assim que quadros importantes do PSDB paulista, como o falecido ministro Sérgio Motta e o atual ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, seja no ministério das Comunicações, seja no BNDES, dedicaram-se com afinco à tarefa de desmonte do estado e de privatização de setores estatais inteiros. Mas, na condução do projeto, há questões de método, de ênfase, de prioridades, de interesses, que vão se constituindo em diferenças táticas importantes entre estes dois grupos, gerando fissuras no interior do governo FHC. O grupo que hoje detém o controle da área econômico-financeira do país – expresso nas figuras de Pedro Malan e Gustavo Franco – é extremamente bem articulado com a banca mundial e com os organismos internacionais como

O grupo da PUC/Rio onde predominam os economistas-banqueiros, leva vantagem sobre o grupo do PSDB paulista na execução da política econômica de FHC

Banco Mundial e FMI. Organizou-se em torno do Departamento de Economia da PUC/Rio e de seu curso de pós-graduação, cujos pioneiros foram Edmar Bacha e Francisco Lopes, e do qual participam ou participaram Pedro Malan, Gustavo Franco, Pêrsio Arida, André Lara Resende, Edward Amadeo e Wiston Fritsch. Teve papel de destaque não somente da elaboração do Plano Real, mas ligou-se diretamente ao grupo de economistas que formulou o chamado Consenso de Washington. O Consenso de Washington não foi fruto de uma conspiração do FMI/Banco Mundial com o governo norte-americano. Com o esfacelamento final da União Soviética e a imposição absoluta da hegemonia norte-americana, o Consenso de Washington não foi nada mais do que a sistematização e a generalização de uma receita já testada

e praticada muito precocemente na América Latina, no Chile do general Pinochet e, em termos mundiais, nos Estados Unidos e Grã-Bretanha pelos governos Reagan e Thatcher.

Como se sabe, a expressão Consenso de Washington surgiu num encontro organizado em Washington, em novembro de 1989, pelo *Institute for International Economics* e patrocinado pelo Banco Mundial, FMI, BID e governo norte-americano, para discutir políticas econômicas para a América Latina. O economista John Williamson, que foi uma espécie de relator do encontro e que cunhou o termo “Consenso de Washington”, e que, posteriormente, editou os principais trabalhos ali apresentados, não por acaso já havia integrado o Departamento de Economia da PUC/Rio (1978-1981), assim como um dos outros parti-

cipantes do encontro, Rudiger Dornbusch, professor do MIT. Dois outros brasileiros que apresentaram trabalhos neste encontro, Daniel Dantas e Eliana Cardoso, também eram ligados ao grupo da PUC/Rio. Pedro Malan, nesta época, era diretor do Banco Mundial e Márcilio Marques Moreira – que mais tarde seria ministro da Economia, Fazenda e Planejamento de Collor – era embaixador do Brasil em Washington.

Um outro traço marcante do grupo da PUC/Rio é que praticamente todos os seus integrantes fizeram doutorado nos Estados Unidos, predominantemente em Harvard (Francisco Lopes, Gustavo Franco, Edward Amadeo) e no MIT (Pêrsio Arida, André Lara Resende).

É este o grupo que tem hoje maior influência na política econômica do governo FHC e que se espalhou por inúmeros bancos nacionais e internacionais que atuam no país e que participam ou participam intensamente dos negócios gerados pelo “ajuste” econômico, entre eles a privatização de estatais. A cada onda da crise mundial que afeta o Brasil, seu poder parece se abalar, mas continua no leme do governo FHC.

Além de manter um modelo econômico que tem se mostrado altamente prejudicial ao país e à maioria da população brasileira, o que estes dois grupos têm em comum é que seus integrantes trafegam livre e impunemente entre altos cargos do serviço público e do setor privado, sobretudo o financeiro. Nesse tráfego, levam informações privilegiadas para a atividade privada, favorecendo interesses em grandes transações como as privatizações e, freqüentemente, auferindo vantagens pessoais. Basta ver quantos deles se tornaram banqueiros, homens e mulheres ricos, alguns até milionários.

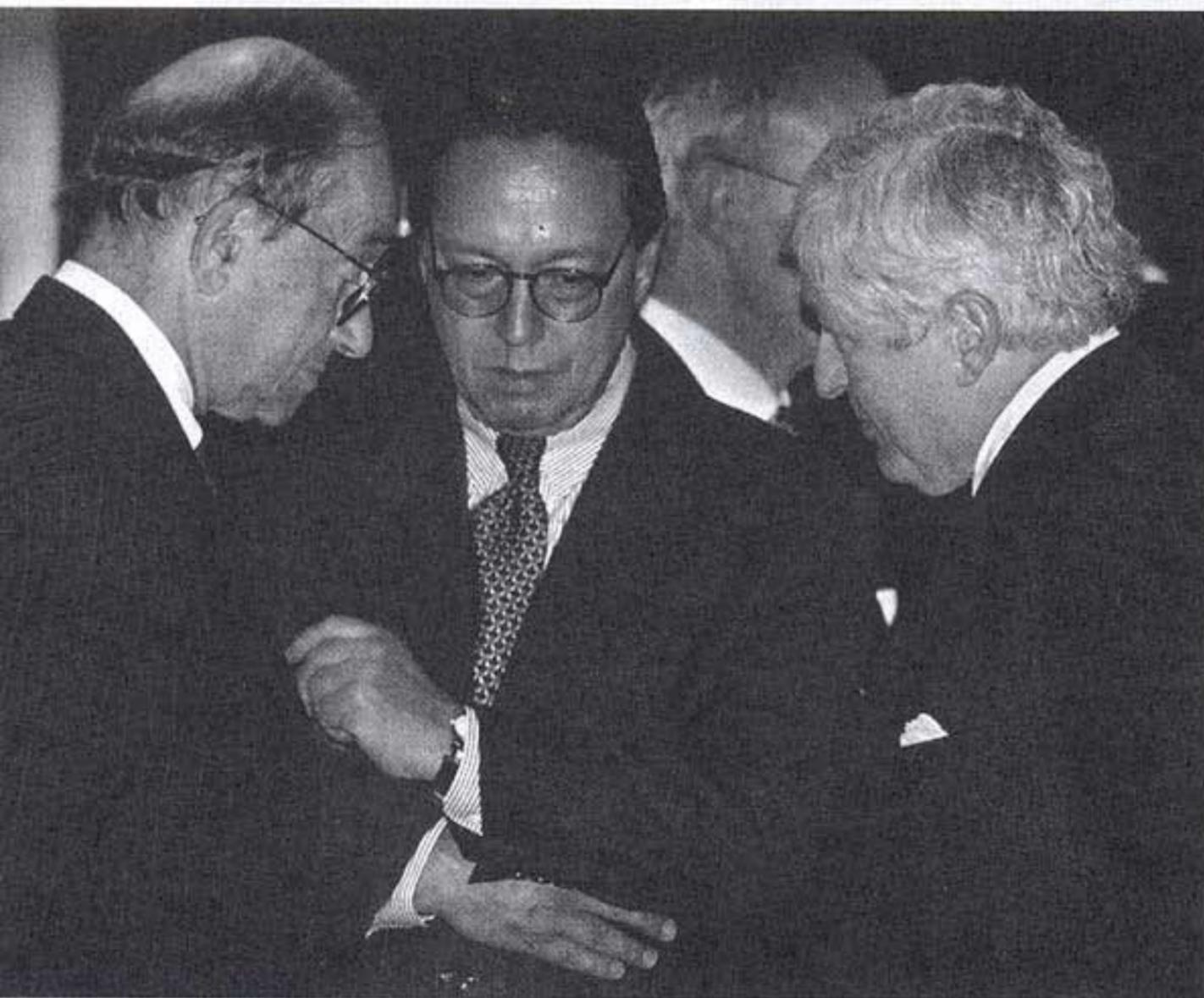


Foto:AFP

O ministro Pedro Malan entre Greenspan (esq.) do Banco Central americano e Wolfensohn (dir.) do Banco Mundial

A DISPUTA INTERNA NO GOVERNO FHC

Por enquanto, o grupo saído da PUC/RIO, em que predominam os economistas-banqueiros...

NOME	Cargo público que ocupa/ocupou	Outros cargos	Formação
André Lara Resende	Negociador da Dívida Externa; Assessor do Presidente; Presidente BNDES.	Vice-pres.UNIBANCO; Fundador Banco Matrix.	MIT(EUA)
Edmar Bacha	Assessor do Ministro da Fazenda; Presidente BNDES.	Sócio Banco BBA.	YALE(EUA)
Edward Amadeo	Ministro do Trabalho	Professor PUC; Consultor.	HARVARD(EUA)
Elena Landau	Diretora BNDES	Consultora Bear Stearns.	PUC(RJ)
Francisco Lopes	Diretor do Banco Central.	Consultor Banco Denasa; Pres. Macrométrica Pesq. Econ.	HARVARD(EUA)
Gustavo Franco	Diretor do Banco Central; Presidente do Banco Central.	Trabalhou Banco Garantia	HARVARD(EUA)
Pedro Malan	Negociador da Dívida Externa; Presidente do Banco Central; Ministro da Fazenda.	Diretor do Banco Mundial; Diretor BID	BERKELEY(EUA)
Pérsio Arida	Presidente do Banco Central; Presidente BNDES.	Fundador Banco BBA; Sócio Banco Opportunity.	MIT (EUA)
Winston Fritsch	Secretário Política Econômica.	Pres. Banco Dresdner do Brasil.	CAMBRIDGE (Inglaterra)

...leva vantagem sobre o grupo do PSDB paulista, liderado por José Serra.

NOME	Cargo público que ocupa/ocupou	Outros cargos	Formação
Andrea Calabi	Sec. Executivo Ministério Planejamento	Sócio da Consemp-Consultoria e Empreendimentos Industriais.	UFRJ (RJ)
Clóvis Carvalho	Sec. Executivo Ministério Fazenda; Ministro Casa Civil	Vice-presidente Indústrias Villares.	USP (SP)
José Roberto M. de Barros	Sec. Política Econômica; Sec. Comércio Exterior.	Sócio da MB Associados. Membro Conselho Sup. FIESP	USP (SP)
José Serra	Ministro do Planejamento; Ministro da Saúde.	Deputado Federal; Senador.	CORNELL(EUA)
Luiz Carlos Bresser Pereira.	Ministro Administração e Reforma Estado.	Diretor Grupo Pão de Açúcar	USP (SP)
Luiz Carlos M. de Barros	Presidente BNDES; Ministro das Comunicações	Executivo Planibanc; Fundador Banco Matrix.	UNICAMP (SP)
Paulo Renato Souza	Ministro da Educação	Vice-presidente BID.	UNICAMP (SP)
Sérgio Motta (Falecido)	Ministro das Comunicações	Pres. Hidrobrasileira S.A. Engenharia e Consultoria técnica.	FEI (SP)

Amadeo, Edward – Ministro do Trabalho desde abril passado, é professor do Departamento de Economia da PUC/Rio. Doutorou-se em economia por Harvard (EUA). Com sua entrada para o Ministério do Trabalho, ampliou o grupo dos economistas saídos da PUC/Rio que ocupam altos cargos no governo FHC. Ao tomar posse, expressou seus “compromissos irrestritos às designações do presidente da República” e se propôs a desempenhar duas tarefas: avançar na “reforma da legislação trabalhista” (ou seja, na revisão dos direitos sociais) e “aumentar a empregabilidade do trabalhador brasileiro”. Ficou famosa uma de suas primeiras declarações como ministro em que disse não haver problema sério de desemprego no país.

Amaral, Sérgio – Diplomata de carreira, secretário de Comunicação Social e porta-voz do presidente da República. Foi negociador da dívida externa junto ao comitê de bancos credores e ao Clube de Paris no período 1988-1990. É do grupo palaciano mais próximo a FHC. Tem papel decisivo na distribuição das verbas de publicidade do governo federal.

Arida, Pérsio – Banqueiro, ex-presidente do Banco Central e do BNDES e professor da PUC/Rio. Foi um dos fundadores do Banco BBA e hoje é um dos diretores do Banco Opportunity, controlado por Daniel Dantas. Representa este banco no conselho de administração da Vale do Rio Doce. Foi, junto com André Lara Resende, o principal teórico do Plano Cruzado, no governo Sarney, época em que ocupou uma diretoria do Banco Central. Integrou o Conselho de Administração do Unibanco. Doutorou-se em economia pelo MIT (EUA). Foi militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR),

organização que participou da luta armada contra a ditadura militar. É dos mais destacados integrantes do grupo de economistas-banqueiros saídos da PUC/Rio. O artigo que escreveu com André Lara Resende, intitulado “Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil” e que foi originalmente apresentado em Washington, em dezembro de 1984, num seminário promovido pelo *Institute for International Economics* (o mesmo que organizou, em novembro de 1989, o encontro que estabeleceu o

Bacha, Edmar – Banqueiro, sócio do Banco BBA e seu economista chefe. Professor da PUC/Rio, trabalhou no Ipea, foi presidente do IBGE e assessor especial de FHC no ministério da Fazenda, onde teve papel proeminente na formulação e implantação do Plano Real. Foi sua a idéia da criação do chamado Fundo Social de Emergência, atual Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), pelo qual o Congresso autorizou o governo a manejar livremente cerca de 20% do orçamento da União e que foi um dos principais instrumentos para

organizadores do curso de pós-graduação. Foi professor das universidades norte-americanas de Yale, Columbia, Harvard e MIT e um dos principais economistas brasileiros que fizeram (e fazem) ponte com o pensamento acadêmico hegemônico dos Estados Unidos e organismos internacionais como Banco Mundial e FMI. Atraiu para a PUC/Rio economistas de peso como Rudiger Dornbusch, professor do MIT e ex-economista-chefe do FMI, e John Williamson, que foi o principal organizador do encontro realizado em Washington, em novembro de 1989, que elaborou o “Consenso de Washington”.

Borges, Pio – Engenheiro pela PUC/Rio e empresário, vice-presidente do BNDES e diretor de sua área de desestatização. Também ocupou este cargo durante o governo Collor. Foi diretor do Banco da Bahia Investimentos e Presidente da Companhia de Seguros da Bahia. Ligado ao PFL, fez o mestrado em economia na New School for Social Research, em Nova Iorque (EUA).

Bornhausen, Jorge – Político e empresário catarinense, atual presidente do PFL. Foi chefe da Casa Civil do governo Collor em seu período mais crítico, quando o PFL tentou montar uma última operação para salvar Collor. Durante a ditadura integrou a Arena e o PDS e foi senador e governador de Santa Catarina. É de uma tradicional família de políticos, banqueiros e empresários de Santa Catarina, os Konder Bornhausen. Seu irmão, Roberto Konder Bornhausen, foi diretor-presidente do Unibanco. No governo FHC, foi embaixador do Brasil em Portugal. Junto com Antonio Carlos Magalhães, é um dos principais articuladores do PFL em nível nacional. Candidato ao senado pelo PFL de Santa Catarina.

Edmar Bacha, presidente do Banco Central, passa o carnaval de 95 com seu ex-sócio Bracher, quando o BC intervinha no mercado de câmbio em consequência da crise do México.

O banco de Bracher teve grandes lucros na área cambial com o Real

chamado “Consenso de Washington”), é considerado uma das principais bases teóricas dos planos de estabilização adotados no Brasil, que vão do Plano Cruzado ao Plano Real. No começo de 1995, quando já assumira a presidência do Banco Central, causou repercussão na imprensa o fato de ter passado o carnaval na fazenda de seu amigo e ex-sócio, o banqueiro Fernão Bracher, presidente do Banco BBA, num momento em que o país enfrentava uma tempestade financeira provocada pela quebra do México e em que o Banco Central intervinha no mercado de câmbio. O BBA auferira enormes lucros na área cambial a partir da implantação do Plano Real.

a implementação do Plano Real (no sentido de impulsionar o chamado “ajuste fiscal”). Foi presidente do BNDES no início do governo FHC. Em nome do BBA Creditanstalt, tem realizado seminários nos Estados Unidos sobre a política econômica de FHC e oportunidades de investimentos no Brasil, como o que ocorreu em maio deste ano, em Nova Iorque, patrocinado pelo *Council of the Americas*, sobre o tema “A economia brasileira e a crise asiática”, em que era o expositor. Doutorou-se em Yale (EUA) e é uma espécie de decano do grupo de economistas-banqueiros fundadores do PSDB e que integraram a área de economia da PUC/Rio, onde foi um dos

Bracher, Fernão – Banqueiro, fundou em 1988, juntamente com Pécio Arida, o Banco BBA Creditanstalt S.A., do qual é presidente. O BBA é associado ao banco Creditanstalt AG, maior grupo financeiro da Áustria, e que foi credor do Brasil. Foi presidente do Banco Central, no governo Sarney, época em que teve como diretores o próprio Pécio Arida, André Lara Resende e Luiz Carlos Mendonça de Barros. O BBA é muito ativo na promoção e intermediação de negócios ligados às privatizações. É um dos patrocinadores da Editora 34, em que Bia Bracher (filha de Fernão Bracher), é sócia da esposa do ministro Pedro Malan. Além de ter Edmar Bacha, ex-presidente do BNDES e um dos pais do Plano Real, como sócio e economista chefe, o BBA também tem como um de seus diretores Francisco Lopes, ex-diretor do Banco Central.

Bresser Pereira, Luiz Carlos – Economista e empresário, um dos fundadores do PSDB. De 1963 a 1983, foi diretor administrativo do Grupo Pão de Açúcar, a segunda maior rede de supermercados do país, controlada pelo empresário Abílio Diniz. A partir de 1988, passou a integrar seu comitê executivo. É o atual coordenador financeiro da campanha de FHC. Foi ministro da Administração e Reforma do Estado (MARE) de FHC e, no governo Sarney, ministro da Fazenda, quando lançou o Plano Bresser. Foi professor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (SP), fez o mestrado na universidade de Michigan (EUA) e doutorou-se em economia pela USP. É um dos ideólogos da “reforma do Estado” proposta pelo PSDB.

Calabi, Andrea – Ligado a José Serra, foi secretário-executivo do ministério do Planejamento e atua como consultor de grandes empresas em São Paulo. Foi sócio da Conemp-



ACM é um dos homens que “fizeram” o atual presidente e o mais importante político de sustentação de FHC

Consultoria e Empreendimentos Industriais. No governo Sarney, foi secretário-geral do ministério da Fazenda, na gestão Funaro, deixando este cargo para assumir a Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Foi um dos que conceberam a criação da STN para centralizar e controlar os gastos do governo federal. É um dos coordenadores do programa de governo de FHC nas eleições deste ano.

Cardoso, Eliana – Secretária de Assuntos Internacionais do ministério da Fazenda no começo do governo FHC e atual assessora especial do Banco Mundial para a região da América Latina e Caribe. Foi casada com o banqueiro Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real, e com o economista do MIT e consultor internacional, Rudiger Dornbusch. Doutorou-se em economia pelo MIT. Foi professora das universidades norte-americanas de Yale, Boston, MIT e Tufts. Apresentou, junto com Daniel Dantas, o diagnóstico sobre o Brasil na reunião do Institute for International Economics, em novembro de 1989, que firmou o chamado Consenso de Washington.

Carvalho, Clóvis – Atual ministro-chefe da Casa Civil e figura de destaque

do grupo palaciano. No governo Itamar, foi secretário-executivo do ministério da Fazenda no período em que FHC era ministro. Paulista, engenheiro, ligado a Sérgio Motta e José Serra, foi militante da Ação Popular quando estudante. Trabalhou no Banco de Investimentos do Brasil, no Bansulvest e no Banco Safra e foi secretário de Planejamento de São Paulo, no governo Montoro. Era vice-presidente das Indústrias Villares antes de ir trabalhar com FHC.

Coelho, Ronaldo César – Banqueiro e político, deputado federal pelo PSDB do Rio. Fundou, em 1971, o Banco Multiplic, vendido, posteriormente, para o grupo inglês Lloyds Bank, numa operação de US\$ 600 milhões. Figura importante na articulação do PSDB no Rio, é um dos caciques cariocas do partido. Candidato derrotado do PSDB ao governo do Rio de Janeiro nas eleições de 1990.

Covas, Mário – Político paulista, reeleito governador de São Paulo. Elegeram-se deputado federal em 1962 pelo Partido Social Trabalhista (PST), com base eleitoral na Baixada Santista, de cunho sindical e popular. Após o golpe de 1964, foi vice-líder e líder do MDB na Câmara dos Deputados. Teve seu mandato cassado e suspensos seus direitos políticos em janeiro de 1969, após a edição do AI-5, pela junta militar. Em 1978 participou da coordenação da campanha de Fernando Henrique ao senado. Elegeram-se deputado federal pelo PMDB e, no governo Montoro, foi nomeado prefeito de São Paulo. Já senador por São Paulo, foi uma das principais figuras da Constituinte de 1988 e um dos fundadores do PSDB. Em 1989, como líder do PSDB no senado, pronunciou um discurso propondo um “choque de capitalismo” para a solução dos problemas

do país, que Fernando Henrique ajudou a redigir e que refletia o pensamento ideológico “renovado” do PSDB e sua adesão à onda neoliberal. Disputou as eleições presidenciais de 1989, vencida por Fernando Collor. Dentro do PSDB, opôs-se à participação do partido no governo Collor, divergindo de Fernando Henrique, a quem Collor pretendia entregar um ministério. Como governador de São Paulo na era FHC, manteve uma relação tensa com o Palácio do Planalto, particularmente com a área econômica do governo, nos episódios envolvendo o Banespa, a edição da chamada lei Kandir e a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), todos com impacto negativo nas finanças estaduais. O genro do presidente, David Zylberstajn, foi seu secretário de Energia e dirigiu, no seu governo, o programa de privatização das estatais paulistas do setor elétrico. No plano político, foi duramente atingido pelos acordos fechados por FHC com Paulo Maluf, eterno candidato à presidência da República, em função da emenda da reeleição e que implicou na “neutralidade” do presidente na sucessão paulista, em que Maluf foi derrotado como candidato pelo PPB. Reagindo a estes acordos, Covas anunciou, no final de 1997, que não seria candidato à reeleição, abrindo uma crise no PSDB de São Paulo. Posteriormente, licenciou-se do cargo de governador e lançou-se candidato à reeleição.

Cutolo, Sérgio – Economista, presidente da Caixa Econômica Federal (CEF). No governo Collor, trabalhou no ministério do Trabalho e no ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, onde foi secretário-adjunto de Política Econômica. É do grupo de burocratas que trabalhou para

o governo Collor e voltou a ocupar cargos importantes no governo federal com a eleição de FHC. Administra, entre outros, os recursos do FGTS, hoje centralizados na CEF.

Dantas, Daniel – Banqueiro, principal acionista do Banco Opportunity, um dos que têm feito mais negócios na privatização de estatais em articulação com grandes grupos estrangeiros. Adquiriu participações na Vale do Rio Doce, Cemig e empresas do Sistema Telebrás. Baiano, foi convocado pelo senador Antonio Carlos Magalhães para ajudar na crise do Banco Econômico (adquirido pelo Excel e depois pelo grupo espanhol Bilbao Vizcaya). Foi professor da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro).

*Armínio Fraga é
alto funcionário
do megaespeculador
George Soros; no
governo Collor,
ele foi diretor da
área externa do
Banco Central,
e criou grande
parte dos
mecanismos pelos
quais os capitais
especulativos
entram no Brasil*

Trabalhou muitos anos no Banco Icatu, do banqueiro José Carlos de Almeida Braga. Doutorou-se em economia no MIT. O seu banco, o Opportunity, opera fundos com recursos superiores a US\$ 2 bilhões. Na reunião realizada em Washington, em novembro de 1989, que estabeleceu o chamado Consenso de Washington, foi de sua autoria, juntamente com Eliana Cardoso, o diagnóstico apresentado sobre o caso brasileiro. O financista George Soros, um dos maiores especuladores do planeta, é um dos investidores do Opportunity, que participa do controle da Vale do Rio Doce. O ex-presidente do Banco Central e do BNDES no governo FHC, Pêrsio Arida, é seu sócio no Opportunity.

Dornelles, Francisco – Deputado federal pelo PPB do Rio, foi ministro da Indústria, Comércio e Turismo de FHC, substituindo Dorothea Werneck, como resultado dos acordos feitos pelo Palácio do Planalto com o PPB de Maluf em torno da emenda da reeleição. Durante o regime militar, foi o todo-poderoso secretário da Receita Federal. Tradicional quadro da tecnocracia e do conservadorismo, foi ministro da Fazenda do governo Sarney, antes de Dílson Funaro.

Flecha de Lima, Paulo de Tarso – Diplomata de carreira, atual embaixador do Brasil nos Estados Unidos, cargo estratégico da diplomacia brasileira. Foi embaixador na Grã-Bretanha. Ligado ao senador Antonio Carlos Magalhães, de quem foi sócio no jornal Correio da Bahia.

Fraga, Armínio – Banqueiro, é diretor-gerente do Soros Fund, do financista internacional George Soros, o megaespeculador que derrubou a libra esterlina na crise de 1992 e que foi acusado pelo primeiro-ministro da Malásia, em julho de 1997, de ter sido

o responsável pelos ataques especulativos contra as moedas dos países do Sudeste Asiático. No governo Collor, por indicação do ministro Marcílio Marques Moreira, foi diretor da área externa do Banco Central, onde introduziu grande parte dos mecanismos usados hoje pelos capitais especulativos para ingressar no país. Trabalhou no banco norte-americano Salomon Brothers. É um ativo interlocutor da equipe econômica e do próprio presidente. Estudou economia na PUC/Rio.

Franco, Gustavo – Economista, atual presidente do Banco Central. Ligado ao PSDB e professor da PUC/Rio, trabalhou no Banco Garantia, em que seu pai, Guilherme Arinos Barroso Franco, era um dos sócios (o Garantia foi vendido recentemente para o grupo suíço Credit Suisse First Boston por US\$ 1 bilhão). Tem conseguido, com o ministro Pedro Malan, impor suas teses sobre política monetária e cambial junto a FHC, em contraposição ao grupo paulista liderado por José Serra. Fez o doutorado em economia em Harvard (EUA). É o mais ativo operador da política monetária e cambial do atual governo. Foi diretor da área externa do Banco Central, quando Fernando Henrique assumiu o ministério da Fazenda e, já no governo FHC, substituiu Gustavo Loyola na presidência do Banco Central. Um dos maiores defensores da política de câmbio que vincula rigidamente o real ao dólar e da política de abertura comercial, na sua meteórica carreira no governo FHC atritou-se com José Serra, os irmãos Mendonça de Barros, André Lara Resende e com Francisco Lopes, diretor de Política Monetária do Banco Central. Produziu trabalhos sobre política econômica para o governo Collor. Membro do conselho consultivo do Instituto Teotônio Vilela, do PSDB/

Rio. Durante a crise cambial enfrentada pelo Brasil em setembro deste ano, abandonou seu discurso neoliberal extremado ao defender a criação de uma “rede de proteção” internacional para evitar o “contágio” de economias que estão realizando ajustes por crises

Fernão Bracher fundou o BBA em 1988, junto com Pérsio Arida; Edmar Bacha e Francisco Lopes, foram membros de sua diretoria

geradas em outras regiões do mundo, dizendo que o FMI e o Grupo dos Sete (G-7) estão convencidos de que “a América Latina está fazendo seu dever de casa e não era para ser sacudida por um problema que ocorreu na Rússia”.

Fritsch, Winston – Banqueiro, presidente do Banco Dresdner Kleinwort Benson do Brasil, controlado pelo grupo alemão Dresdner Bank. O Dresdner Kleinwort Benson foi um dos *advisers* contratados pelo governo federal no processo de venda do Sistema Telebrás. Também assessorou o governo baiano na privatização da Companhia de Eletricidade da Bahia (Coelba) e o do Rio Grande do Sul na privatização na Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Foi secretário de Política Econômica do ministério da Fazenda quando FHC dirigia este ministério e teve papel de destaque na implementação do Plano Real. Doutor em economia por Cambridge (Inglaterra), é do grupo dos economistas-banqueiros cariocas saídos da PUC/Rio e ligados ao PSDB.

Jereissati, Tasso – Político e empresário cearense, atual governador do Ceará e destacado quadro do PSDB. Foi presidente do partido no período 1991/93 e um dos articuladores da aliança PSDB-PFL, que elegeu FHC

nas eleições de 1994. Após a eleição de Collor, encabeçou, junto com Fernando Henrique, um movimento em seu partido de adesão ao novo presidente e que não foi vitorioso em virtude da resistência do grupo liderado por Mário Covas. É uma

espécie de padrinho político de Ciro Gomes, que se elegeu prefeito de Fortaleza com seu apoio e o sucedeu no governo do Ceará (1990-1994). Contudo, não conseguiu impedir a saída de Ciro Gomes do PSDB e o lançamento de sua candidatura à presidência pelo PPS. Considerado um dos governadores mais bem sucedidos do PSDB, por sua ação “modernizante”, pertence a uma tradicional família de políticos e empresários do Ceará, com negócios na área hoteleira, de refrigerantes (Coca-Cola), shopping centers, construção civil e comunicações. É cunhado e adversário político do empresário e ex-deputado Edson Queiroz (PPB), que detém o maior grupo econômico do estado (no Ceará, os Jereissati controlam a TV Bandeirantes e a família Queiroz a Globo). Seu irmão, o empresário Carlos Jereissati, após a privatização do Sistema Telebrás, ficou como presidente da Telemar (Tele Norte-Leste), a nova empresa de telefonia fixa que agrupa dezesseis estados, entre eles o Ceará, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Durante a crise que envolveu várias polícias militares em 1997, em torno da questão salarial, Jereissati saiu fortalecido porque acabou conseguindo impor uma severa derrota ao

movimento no Ceará e, por isso, foi citado, por sua “energia e autoridade”, como político exemplar pela área militar do governo federal e pelo senador Antonio Carlos Magalhães. É um dos mais importantes aliados de FHC. Reeleito para seu terceiro mandato como governador, mantém, a hegemonia de seu grupo na política cearense.

Citado, por alguns analistas, como uma das alternativas do PSDB para a área econômica e para suceder FHC em 2002.

Jorge, Eduardo (Eduardo Jorge Caldas Pereira) – Trabalha com FHC há quinze anos. Foi secretário-geral da presidência da República e integrante do grupo palaciano mais próximo a FHC. Foi coordenador da campanha eleitoral do presidente. Formado em economia, aposentou-se como funcionário do senado em 1990. Foi consultor da USAID, agência do governo norte-

Brasil, que têm atuado ativamente no processo de privatização.

Kandir, Antonio – Político e economista paulista, deputado federal pelo PSDB. Foi ministro do Planejamento de FHC e, no governo Collor, secretário de Política Econômica do ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Juntamente com Zélia Cardoso de Mello e Ibrahim Eris, integrou, na primeira fase do governo Collor, o grupo que formulava e operava a política econômica do país. Foi um dos ideólogos das “reformas estruturais” promovidas pelo governo FHC e o formulador da chamada lei Kandir, que isentou uma cesta de produtos da tributação do ICMS e afetou seriamente as finanças de estados e municípios, provocando forte oposição de prefeitos e governadores, entre eles o governador Mário Covas. É autor de uma emenda constitucional propondo transformar

Cornell (EUA), foi ministro das Relações Exteriores do governo Collor (1992). Foi presidente do conselho de administração da Metal Leve, uma das maiores fábricas brasileiras de autopeças, em que era sócio do empresário José Mindlin e que, em junho de 1996, foi vendida ao grupo alemão Mahle.

Landau, Elena – Consultora do banco norte-americano Bear Stearns, especialmente em assuntos de privatização no Brasil e América Latina. Foi do Departamento de Economia da PUC/Rio, onde fez seu doutoramento. É casada com o banqueiro Pérsio Arida. Foi diretora do BNDES e a principal operadora do processo de desestatização, a partir do governo Collor. Ganhou destaque na mídia por sua participação na privatização da Usiminas (governo Collor) e da Light, esta última no governo Itamar. Permaneceu no BNDES até junho de 1996. Fez parte do grupo de formuladores de idéias do PSDB. O banco que a contratou, o Bear Stearns, participou da privatização da Usiminas à época em que era diretora do BNDES. Respondendo a acusações que lhe foram feitas de que, ao trabalhar para bancos interessados nas privatizações, estaria se beneficiando de informações privilegiadas que teria obtido como diretora do BNDES, disse ser “muito comum” que funcionários egressos do governo trabalhem na iniciativa privada em setores relacionados a suas antigas funções.

Lara Resende, André – Banqueiro, atual presidente do BNDES. Antes, era assessor especial do presidente e trabalhava na elaboração de um novo projeto para a Previdência. Foi um dos fundadores do Banco Matrix, junto com Luiz Carlos Mendonça de Barros. Trabalhou no Banco Garantia e foi vice-

O que estes dois grupos têm em comum é que seus integrantes trafegam livre e impunemente entre altos cargos do serviço público e setor privado, sobretudo o financeiro, nacional e internacional

americano. Trabalhou no senado para a liderança do PSDB. Fez o mestrado em administração e finanças públicas na State University of New York at Albany (EUA). Foi presidente do Conselho de Administração da Cobra Computadores S.A. e integrou o conselho de diretores da United American Insurance Company e United American Service (EUA). Tem funcionado como elo de ligação com os fundos de pensão das estatais, como Previ, do Banco do

o Congresso Nacional numa “mini-constituente” para facilitar a mudança da Constituição de 1988 e acelerar as “reformas” preconizadas pelo governo.

Lafer, Celso – Empresário paulista, atual embaixador do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra (Suíça). Ligado ao PSDB, professor da Faculdade de Direito da USP e doutor em ciência política por

presidente executivo do Unibanco. De agosto a novembro de 1993, foi nomeado por Fernando Henrique negociador-chefe da dívida externa brasileira, substituindo Pedro Malan. Teve grande influência na elaboração do Plano Real. No governo Sarney, foi diretor do Banco Central e um dos teóricos do Plano Cruzado. É do grupo dos economistas-banqueiros saídos da PUC/Rio. Doutorou-se em economia pelo MIT. Filho do escritor e jornalista Otto Lara Resende, que foi diretor da Rede Globo de Televisão e colunista dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*.

Lopes, Francisco – Economista e consultor de empresas, diretor de Política Econômica e Monetária do Banco Central. Filho de Lucas Lopes, que foi ministro da Fazenda durante o governo JK e sócio de Roberto Campos na empresa Consultec. Foi consultor do Banco Denasa de Investimentos e diretor-presidente da empresa de consultoria Macrométrica Pesquisas Econômicas. Juntamente com Edmar Bacha, foi um dos organizadores do curso de pós-graduação em economia da PUC/Rio, que se transformou num dos mais importantes núcleos formadores de quadros acadêmicos e de executivos seguidores do pensamento hegemônico neoliberal no país. Doutorou-se em economia pela Harvard University (EUA). É um dos principais operadores da política monetária do governo.

Maciel, Marco – Político pernambucano, reeleito vice-presidente da República e membro do PFL. Iniciou-se na política após o golpe militar de 1964 como assessor do governador Paulo Guerra, que substituiu o governador legalmente eleito, Miguel Arraes, que foi deposto, preso e cassado pelos golpistas. Foi deputado estadual e federal pela Arena e eleito secretário-geral do partido em 1973.

No biênio 1977/78, no governo Geisel, foi presidente da Câmara dos Deputados e, em seguida, eleito, por via indireta, governador de Pernambuco. Após a reformulação partidária promovida por Geisel, passou para o PDS e, por esta legenda, elegeu-se senador. Integrou o grupo dissidente do PDS que apoiou a candidatura Tancredo Neves e que organizou o PFL. No governo Sarney, foi ministro da Educação e, no governo Collor, líder do governo no senado. Seu sobrinho, Everardo Maciel, é secretário da Receita Federal, um dos mais importantes cargos do ministério da Fazenda.

Magalhães, Antonio Carlos – Político e empresário baiano, atual presidente do Senado. Figura exponencial do PFL, é um dos homens que “fizeram” o atual presidente e o mais importante político do esquema de sustentação de FHC. De origem udenista, participou das articulações que desembocaram no golpe militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart. Durante a ditadura foi deputado federal pela Arena, prefeito nomeado de Salvador e, por duas vezes, governador da Bahia, eleito indiretamente. No governo Geisel, foi presidente da Eletrobrás. Aderiu à candidatura de Tancredo Neves à presidência da República e ajudou a elegê-lo. Foi um dos organizadores, nesta época, do Partido da Frente Liberal (PFL), transformando-se em seu mais destacado quadro. É dono do mais importante jornal da Bahia e da Rede Bahia de TV, retransmissora da Globo. Voltou ao governo da Bahia, desta vez eleito diretamente nas



José Serra, no 'banco de reserva'

eleições de 1989. Antes, no governo Sarney, foi ministro das Comunicações. Muito ligado a Roberto Marinho, foi um dos articuladores da candidatura Fernando Henrique e da aliança PFL-PSDB. Estabeleceu na Bahia uma espécie de império político, pois são de seu grupo o governador, o prefeito de Salvador, os dois outros senadores e a maioria dos deputados estaduais e federais. Além disso, dos 415 municípios da Bahia, 393 (ou 95% do total) são administrados por prefeitos que fazem parte de seu esquema político. Preparava seu filho, Luís Eduardo Magalhães, para suceder Fernando Henrique em 2002. No governo FHC, tem se colocado ao lado de Pedro Malan e Gustavo Franco em relação às críticas feitas pelo grupo paulista liderado por José Serra.

Magalhães, Luís Eduardo – Político baiano, falecido em maio deste ano. Filho do senador Antonio Carlos Magalhães, era deputado federal pelo PFL e líder do governo na Câmara dos Deputados. Era considerado o herdeiro político de seu pai e o mais forte candidato ao governo da Bahia nas eleições deste ano. Durante o governo

FHC, atuou decisivamente, seja como presidente da Câmara ou como líder do governo, na votação das chamadas "reformas" neoliberais e na votação da emenda da reeleição. Nestas articulações, aproximou-se muito de Sérgio Motta que, do lado do PSDB, o partido oficial do presidente, era quem atuava com mais desenvoltura.

Malan, Pedro – Atual ministro da Fazenda, foi presidente do Banco Central no governo Itamar, no período em que FHC era ministro da Fazenda. No governo Collor, foi nomeado pelo ministro Marcílio Marques Moreira negociador-chefe da dívida externa. Foi o principal responsável pelo fechamento do acordo da dívida externa com o credores internacionais, em fins de 1993, nos termos do chamado Plano Brady, e que significou a reintegração do Brasil no esquema financeiro internacional. Trabalhou no Banco Mundial e no Banco Interamericano de Desenvolvimento. É doutor em economia pela universidade de Berkeley (EUA). Junto com Gustavo Franco, é o principal homem de FHC na área econômica e um dos quadros do governo de maior prestígio junto a bancos e organismos internacionais. Era diretor executivo do Banco Mundial quando ocorreu, em Washington, em novembro de 1989, que estabeleceu o chamado "Consenso de Washington", do qual é considerado um

executor ortodoxo deste receituário. É do grupo de economistas da PUC/Rio. No final da década de 70, foi presidente do Instituto de Economistas do Rio de Janeiro (IERJ) e crítico da política econômica do regime militar. Sua mulher, Catarina, é sócia de Bia Bracher, filha do banqueiro Fernão Bracher (Banco BBA), na Editora 34. Em meio à violenta crise que atingiu o país após a moratória da Rússia, provocando uma grande fuga de capitais, tem depositado suas esperanças principalmente na atuação de outros governos e órgãos internacionais e defendido uma "ação coordenada internacional" dos Estados Unidos, FMI, Banco Mundial e Grupo dos Sete (G-7) para evitar a "contaminação" da economia mundial pela crise financeira iniciada na Ásia. Por várias vezes declarou esperar que o Federal Reserve (banco central norte-americano) reduza as taxas internas de juros nos EUA com o objetivo de ajudar países, como o Brasil, que enfrentam os efeitos da fuga de capitais, uma demonstração clara de que, dentro do atual modelo, o país praticamente não tem mais margem de manobra para agir, ficando dependendo da "boa vontade" dos países do G-7 e dos organismos internacionais.

Maluf, Paulo – Candidato derrotado ao governo de São Paulo. Político e

empresário paulista, principal figura do PPB, um dos partidos da base de sustentação do governo FHC. Sua família controla o grupo Eucatex. Iniciou-se na política em 1967, nomeado presidente da Caixa Econômica Federal de São Paulo pelo então secretário da Fazenda do Estado, Delfim Netto. Em abril de 1969, com o apoio do marechal Costa e Silva, foi nomeado prefeito de São Paulo. Ainda durante o regime militar, foi eleito pelo colégio eleitoral paulista governador de São Paulo, no período do general Geisel. Um dos políticos mais identificados com a ditadura militar, concorreu em 1985, pelo então PDS, à presidência da República, tendo sido derrotado no colégio eleitoral por Tancredo Neves. Em 1992 elegeu-se prefeito de São Paulo e, nas eleições de 1994, retirou sua candidatura à presidência como resultado das manobras para a formação de um bloco conservador visando apoiar FHC e derrotar o candidato Luís Inácio Lula da Silva. Seu partido, o PPB, participa do governo FHC e apoiou a emenda da reeleição. Como resultado do acordo feito com Fernando Henrique, obteve a "neutralidade" do presidente nas eleições paulistas e, como candidato do PPB a governador de São Paulo, utiliza a imagem do presidente em sua campanha, apesar de o governador Mário Covas, do PSDB, concorrer à reeleição. Seu vice é o ex-ministro de FHC, Luiz Carlos Santos (ex-PMDB), um dos políticos que mais atuaram nas articulações para a aprovação da emenda da reeleição, aparando arestas e atendendo pleitos dos deputados da base governista.

Marques Moreira, Marcílio – Misto de banqueiro, diplomata e burocrata, pode ser considerado uma espécie de modelo da atual geração de economistas-banqueiros e de burocratas que troca de posições entre

Elena Landau trabalha para o banco americano Bear Stearns, que participou da privatização da Usiminas quando ela dirigia a venda de empresas estatais, nos governos Collor e Itamar. Ela acha normal trabalhar para eles

o setor público e o setor privado sem nenhum constrangimento, na tradição de Walter Moreira Salles e Roberto Campos. Foi ministro da Economia, Fazenda e Planejamento no governo Collor e trabalha hoje para o banco de investimentos norte-americano Merrill Lynch, além de integrar os conselhos consultivos da General Electric, Hoechst e American Bank Note, entre outros. Durante dezoito anos, foi diretor do Unibanco. Após ter sido embaixador do Brasil nos EUA (1986-91), substituiu, no governo Collor, a ministra Zélia Cardoso de Mello. Em novembro de 1989, a embaixada do Brasil nos EUA, da qual era titular, se fez representar na famosa reunião que estabeleceu o chamado Consenso de Washington. Como ministro da Economia de Collor, retomou a negociação da dívida externa brasileira nos termos do Plano Brady, formulado pelo então secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady. Nomeou Pedro Malan negociador-chefe da dívida externa junto ao comitê de bancos credores, com o qual o Brasil fechou um acordo, em fins de 1993, já no governo Itamar, e que foi a pré-condição mais importante para a implantação do Plano Real. Em dezembro de 1991, fechou um novo acordo com o FMI e prometeu realizar no país um "ajuste fiscal" respaldado em "reformas estruturais", dentro da fórmula e terminologia cunhadas pelo Consenso de Washington. Foi também quem iniciou a política de elevação das taxas internas de juros como forma de atrair capitais externos, garantindo a eles superganhos. Em setembro deste ano, em meio à crise cambial enfrentada pelo país, foi o primeiro a anunciar – antes mesmo de qualquer autoridade do governo – que o Brasil estava negociando um novo acordo com o FMI e disse ser contrário à

Pedro Malan,

Pérsio Arida,

Edmar Bacha,

Eliana Cardoso,

Daniel Dantas e

Marcílio Marques

Moreira foram à

reunião de 1989,

nos EUA, que

*definiu o "Consenso
de Washington"*

adoção, pelo governo, de qualquer medida de controle do fluxo de capitais, especulativos ou não, como tentativa de superar a crise.

Martins, Luciano – Sociólogo, assessor especial do presidente da República e coordenador do Grupo de Análise e Pesquisa (GAP) da presidência. Doutorou-se pela Sorbonne (França) e foi professor da Unicamp. Realiza estudos especiais encomendados por FHC e ajuda a fazer ponte com a intelectualidade internacional, sobretudo a européia.

Mendonça de Barros, José Roberto – Economista, financista e consultor de empresas. Ligado a José Serra e irmão do ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, é secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior, órgão ligado à presidência da República. Até abril passado, era secretário de Política Econômica do ministério da Fazenda. Foi deslocado em virtude de suas divergências com

o ministro Pedro Malan. Doutorou-se em economia pela USP e fez o pós-doutorado em Yale (EUA). Foi diretor da Silex Corretora de Câmbio, sócio-gerente da MB Associados e membro do Conselho Superior de Economia da Fiesp. Juntamente com seu irmão tem interlocução direta com o presidente em assuntos de política econômica.

Mendonça de Barros, Luiz Carlos – Banqueiro, fundou, em 1993, o Banco Matrix, com André Lara Resende, banco voltado para fundos internacionais interessados em aplicações no Brasil. Engenheiro pela USP, era ligado a Sérgio Motta, a quem sucedeu no ministério das Comunicações. Foi o articulador final da privatização do sistema Telebrás. Antes, como presidente do BNDES, comandou a privatização de inúmeras empresas, entre as quais a Vale do Rio Doce. Foi militante da Ação Popular, quando estudante. No período do Plano Cruzado, integrou a equipe do ministro Dílson Funaro e ocupou uma diretoria do Banco Central, em função de sua atuação e experiência na área financeira. Trabalhou com Roberto Campos no Investbanco, foi dono da Corretora Patente e um dos organizadores do Planibanc, articulado pelos grupos Votorantim, Pão de Açúcar, Brasmotor e Bardella e associado ao grupo financeiro norte-americano Bankers Trust. Professor da Unicamp, é do grupo de economistas-banqueiros do PSDB paulista. Com a privatização do sistema Telebrás e a implantação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), seu ministério ficou esvaziado. Faz parte, no governo FHC, do grupo do PSDB paulista que critica a condução da política monetária e cambial por Pedro Malan e Gustavo Franco.

Motta, Sérgio – Empresário paulista falecido em abril deste ano.

Ministro das Comunicações até a data de seu falecimento, marcou sua gestão pela montagem do esquema de privatização do Sistema Telebrás, afinal executado por seu sucessor e amigo Luiz Carlos Mendonça de Barros. Foi um dos fundadores do PSDB e um de seus quadros mais importantes. Secretário-geral do partido de 1991 a setembro de 1997, era muito ligado a FHC, coordenou a maioria de suas campanhas e foi seu

articulador, enfraquecendo seu papel na aliança política que sustenta Fernando Henrique.

Neves, Aécio – Deputado federal pelo PSDB de Minas, atual líder do partido na Câmara dos Deputados. Ingressou na política por meio de seu avô, Tancredo Neves, de quem foi secretário particular. É praticamente o único integrante do grupo do PSDB do qual participa o governador Eduardo Azeredo, de Minas Gerais,

lançasse Itamar Franco como candidato a presidente da República, jogada política decisiva na estratégia de reeleição de FHC. No governo, compartilha o controle do sistema rodoviário federal com o deputado Newton Cardoso (PMDB-MG), ex-governador de Minas e atual candidato a vice-governador deste Estado na chapa liderada por Itamar Franco.

Paiva, Paulo – Economista mineiro, atual ministro do Planejamento, onde substituiu Antonio Kandir. Representa, no governo federal, o grupo do ex-governador de Minas, Hélio Garcia, de quem foi secretário do Planejamento. Ocupou, antes, o ministério do Trabalho. Ligado ao PTB. Doutorou-se em demografia pela University of Pennsylvania (EUA). Tem pouca influência nas decisões da equipe econômica de FHC e ocupa um ministério esvaziado, após a passagem de José Serra e de Antonio Kandir.

Parente, Pedro – Atual secretário-executivo do ministério da Fazenda. No governo Collor, foi secretário nacional de Planejamento, do ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e presidente do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados). É funcionário de carreira do Banco Central e foi do quadro de consultores externos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Integra o grupo de burocratas que ocupou altos cargos nos governos Sarney, Collor e FHC. É peça importante no esquema do ministro Pedro Malan. Fortaleceu-se ainda mais após o recente pacote fiscal editado pelo governo no começo de setembro, pois ficou como coordenador da Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF), integrada por ele, pelo secretário-executivo do ministério do Planejamento e pelo secretário do

Antonio Carlos Magalhães é um dos homens que “fizeram” FHC e o mais importante político do seu esquema de sustentação

sócio numa fazenda de criação de gado. Foi o principal articulador da emenda da reeleição e, em uma de suas mais famosas declarações, disse que o projeto de poder de seu partido tinha um horizonte de pelo menos vinte anos. Foi acusado por um conjunto de reportagens do jornal *Folha de S. Paulo* de ter montado um esquema de compra de votos de parlamentares para aprovar a emenda da reeleição. Militou na Ação Popular, juntamente com José Serra. Durante muitos anos foi diretor-presidente da empresa paulista de consultoria Hidrobrasileira S.A., onde empregou muitas pessoas perseguidas pelo regime militar, algumas vivendo na semi-clandestinidade. No governo Figueiredo, foi presidente da estatal Coalbra-Coque e Álcool da Madeira S.A. Vendeu o controle acionário da Hidrobrasileira a um grupo norte-americano, em 1994, antes de assumir o ministério das Comunicações. Com sua morte, o PSDB perdeu seu mais ativo e agressivo

que joga algum papel no governo, em que pese Minas ser o estado em que FHC tem obtido seus melhores resultados eleitorais na região sudeste. Nas eleições municipais de 1992 foi candidato a prefeito de Belo Horizonte e derrotado por Patrus Ananias (PT).

Oliveira, Inocêncio – Político pernambucano, médico e fazendeiro. Um dos políticos mais tradicionais de Pernambuco, é deputado federal pelo PFL e líder do seu partido na Câmara dos Deputados. Foi presidente da Câmara e peça importante na articulação e votação da emenda da reeleição e das demais reformas constitucionais. Durante o regime militar foi deputado federal pela Arena e pelo PDS. É um dos mais ativos articuladores do PFL e freqüentador assíduo do Palácio do Planalto.

Padilha, Eliseu – Ministro dos Transportes, político e empresário, é do PMDB do Rio Grande do Sul. Pertence ao grupo peemedebista que mais se integrou ao governo FHC e batalhou para que o partido não

Tesouro Nacional, encarregada de executar os cortes no orçamento e controlar os gastos dos demais ministérios.

Sardenberg, Ronaldo – Diplomata de carreira, ex-embaixador na Espanha e na URSS (1985-89), é o titular da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), da presidência da República. A SAE é responsável pelo setor de informações estratégicas junto ao presidente, tendo herdado algumas funções do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI). Nos governos Collor e Itamar foi representante permanente do Brasil nas Nações Unidas. Encarregado de elaborar “cenários” sobre a situação nacional e internacional, tem acompanhado o presidente em suas viagens ao exterior.

Serra, José – Político paulista, senador pelo PSDB, atual ministro da Saúde, é um dos mais destacados quadros do partido. No começo do governo FHC, ocupou o ministério do Planejamento, de onde se afastou devido a divergências com o ministro Pedro Malan, da Fazenda, e para ser candidato à prefeitura de São Paulo nas eleições de 1996. Perdeu a disputa para o candidato malufista Celso Pitta. *Lidera o grupo do PSDB crítico à condução do Plano Real por Pedro Malan e Gustavo Franco, sobretudo em relação à política cambial (real sobrevalorizado em relação ao dólar, prejudicando as exportações) e à execução da política de abertura comercial, considerada por ele como exagerada. Era presidente da UNE e militante da Ação Popular quando sobreveio o golpe militar de 1964. Exilou-se no Chile e trabalhou no governo Allende. Voltou ao Brasil no final da década de 70 e trabalhou no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), cuja ala liderada por Fernando Henrique foi*

uma das matrizes ideológicas do PSDB. Após a anistia, elegeu-se deputado pelo PMDB de São Paulo. Foi um dos fundadores do PSDB e elegeu-se senador apoiado por grandes empresários paulistas. Doutorou-se em economia por Cornell (EUA). Junto com Sérgio Motta e Fernando Henrique, formou o principal núcleo paulista do PSDB responsável pela virada política e ideológica do partido após a Constituinte de 1988. Tornou-se ministro do Planejamento de FHC por imposição da Fiesp e do grande empresariado de São Paulo. Voltou, em 1998, ao governo para um ministério fora da área econômica, um claro indicador de sua perda de influência nesta área. Representante do ponto de vista do grande empresariado paulista, é a principal alternativa de FHC no caso de uma modificação nos rumos da atual política econômica. Seu ministério, o da Saúde, foi um dos mais atingidos pelos cortes de gastos decididos pela área econômica no começo de

Pedro Malan é considerado um executor ortodoxo do receituário do chamado “Consenso de Washington”, que os governos Collor e FHC implementaram no Brasil

setembro, sobre os quais tomou conhecimento pela imprensa, revelando publicamente sua irritação com o fato.

Souza, Paulo Renato – Atual ministro da Educação, foi professor de economia e reitor da Unicamp. É um dos principais sistematizadores e redatores dos programas eleitorais de FHC. Como economista, era especialista em assuntos de emprego e salários. Trabalhou na Cepal e na Organização Internacional do Trabalho (OIT). Foi visitante no Institute for Advanced Study, da universidade de Princeton (EUA). Antes de assumir o ministério da Educação, era vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Foi cotado para ser ministro do Planejamento de FHC, mas perdeu a disputa para José Serra. Vem se desgastando por sua postura tecnocrática e intransigente como ministro e por não conseguir manter um diálogo com a comunidade acadêmica das universidades públicas. Foi um dos responsáveis, neste ano, pela deflagração de uma das maiores greves de professores e funcionários das universidades federais ocorridas até hoje. Desencadeou uma outra crise na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ao não nomear, para reitor desta universidade, o professor Aloisio Teixeira, majoritariamente indicado pelo colégio de professores, funcionários e alunos.

Steinbruch, Benjamin – Espécie de arquétipo de empresário da era FHC, um dos que mais se beneficiaram com o processo de privatização de estatais. Apresenta-se com os títulos de presidente dos conselhos de administração da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), da Eletropaulo Metropolitana e da Companhia Vale do Rio Doce. Tem

origem no grupo Vicunha, fundado por seu pai, Mendel Steinbruch, e pelo empresário Jacks Rabinovich, na década de 50 e que atuava no setor têxtil. Considerado como exemplo típico do empresário “moderno” que realiza “alavancagens” para fazer seus negócios: procura adquirir a participação acionária mínima para controlar a empresa em negociação, levanta recursos e financiamentos para realizar a operação, cujo pagamento planeja liquidar com os próprios lucros gerados pelo empreendimento. Utilizando-se das facilidades oferecidas pelo governo, dos empréstimos do BNDES e de recursos

matéria paga da CSN publicada nos jornais, que o BNDES estava emprestando R\$ 400 milhões para o grupo francês comprar o controle da Acesita, o que provocou o comentário do ministro das Comunicações e ex-presidente do BNDES, Luiz Carlos Mendonça de Barros, de que “Steinbruch cuspiu no prato que comeu”. Próximo da família do presidente, cujo filho, Paulo Henrique Cardoso, foi funcionário da Light e prestou assessoria à CSN.

Temer, Michel – Advogado, deputado federal reeleito pelo PMDB de São Paulo e presidente da Câmara dos Deputados. Foi líder do PMDB

presidente do Banco Central e um dos executores da política de elevação da taxa interna de juros como meio de atrair aplicações financeiras em dólares e que acabou resultando no estouro da dívida pública. Como presidente do Banco do Brasil, é peça relevante na execução da política econômica e na atuação da Previ, o poderoso fundo de pensão dos funcionários do BB, sempre muito ativo no processo de privatização.

Weffort, Francisco – Sociólogo, ministro da Cultura. Foi um dos fundadores e secretário-geral do Partido dos Trabalhadores. Após a vitória de FHC sobre Lula, nas eleições de 1994, afastou-se do PT para assumir o Ministério da Cultura. Foi chefe do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo, pesquisador do Cebrap e do Cedec e pesquisador visitante do Woodrow Wilson Center e do Hellen Kellogg Institute (EUA). Sua adesão ao governo foi importante para FHC devido ao seu passado no PT.

Zylberstajn, David – Engenheiro paulista, genro de Fernando Henrique, atual diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Foi secretário de Energia do governo Mário Covas, onde coordenou o esquema de privatização das estatais paulistas da área de eletricidade. Sua nomeação para a ANP foi interpretada como uma sinalização de que o Planalto pretende privatizar a Petrobrás. Ao tomar posse na ANP, pregou “mais petróleo com menos monopólio”.

No tráfego entre o alto escalão econômico do governo e a iniciativa privada, os homens de FHC vêm auferindo vantagens pessoais. Vários deles se tornaram banqueiros ricos

de sócios estrangeiros, adquiriu o controle da CSN, participou da privatização da Light e, na sua operação mais ousada, assumiu o controle da Companhia Vale do Rio Doce. Nesta operação, associou-se ao banco norte-americano Nations Bank, junto ao qual levantou recursos de US\$ 1,2 bilhão, e derrotou o consórcio formado pelo grupo Votorantin, do empresário Antonio Ermírio de Moraes, em associação com grupos japoneses. Em seguida, disputou o controle da siderúrgica mineira Acesita (também maior acionista da Companhia Siderúrgica de Tubarão) com o grupo francês Usinor, um dos maiores do mundo no setor siderúrgico. Perdeu a disputa para a Usinor e chegou a denunciar, em

na Câmara e faz parte do grupo de origem quercista que aderiu ao esquema de FHC. Foi secretário de Segurança Pública e de Governo de São Paulo, este último no período Fleury. Considerado um dos principais operadores das reformas promovidas pelo governo FHC e um dos que mais influenciaram os deputados peemedebistas a apoiar estas reformas. Na convenção nacional do PMDB, também se posicionou contra a proposta de seu partido de lançar candidato próprio à presidência na República nas eleições deste ano, ajudando a derrotar Itamar Franco.

Ximenes, Paulo César – Atual presidente do Banco do Brasil. Nos governos Itamar e Collor, foi

Luiz Marcos Gomes é economista e jornalista. Foi editor de economia dos semanários *Opinião e Movimento*, e membro do Conselho Federal de Economia de 1987 a 1989. O presente texto é parte integrante da matéria “Todos os homens do presidente”, do projeto *Oficina de Informações*. (site: hobbylink.com.br/oficina/index.htm)

Herdeiro da ditadura militar e do governo Collor, o governo dos banqueiros tem ligações fortes com as oligarquias e o imperialismo

18 personalidades do grupo tiveram formação acadêmica nos EUA - Edward Amadeo, Pérsio Arida, Jorge Bornhausen, Bresser Pereira, Eliana Cardoso, Ronaldo César Coelho, Daniel Dantas, Gustavo Franco, Eduardo Jorge, Celso Lafer, André Lara Resende, Francisco Lopes, Pedro Malan, Marcílio Marques Moreira, José Roberto Mendonça de Barros, Paulo Paiva, Paulo Renato, Francisco Weffort

8 são banqueiros - Pérsio Arida, Edmar Bacha, Jorge Bornhausen, Fernão Bracher, Daniel Dantas, Armínio Fraga, Winston Fritsch, Luiz Carlos Mendonça de Barros

10 são sócios, diretores ou funcionários de empresas ou bancos estrangeiros - Pérsio Arida, Edmar Bacha, Fernão Bracher, Daniel Dantas, Armínio Fraga, Winston Fritsch, Elena Landau, Marcílio Marques Moreira, Luiz Carlos Mendonça de Barros, Benjamin Steinbruch

7 personalidades do grupo participaram de governos da ditadura militar - Jorge Bornhausen, Francisco Dornelles, Marco Maciel, Antonio Carlos Magalhães, Luís Eduardo Magalhães (falecido), Paulo Maluf, Inocêncio Oliveira

19 personalidades do grupo participaram do governo Collor - Pio Borges, Jorge Bornhausen, Sérgio Cutolo, Armínio Fraga, Gustavo Franco, Tasso Jereissati, Antonio Kandir, Celso Lafer, Elena Landau, Marco Maciel, Antonio Carlos Magalhães, Luís Eduardo Magalhães (falecido), Pedro Malan, Paulo Maluf, Marcílio Marques Moreira, Pedro Parente, Ronaldo Sardenberg, Paulo César Ximenes

10 personalidades do grupo são ligadas às oligarquias regionais - Pio Borges, Jorge Bornhausen, Daniel Dantas, Flecha de Lima, Tasso Jereissati, Marco Maciel, Antonio Carlos Magalhães, Luís Eduardo Magalhães (falecido), Aécio Neves, Inocêncio Oliveira

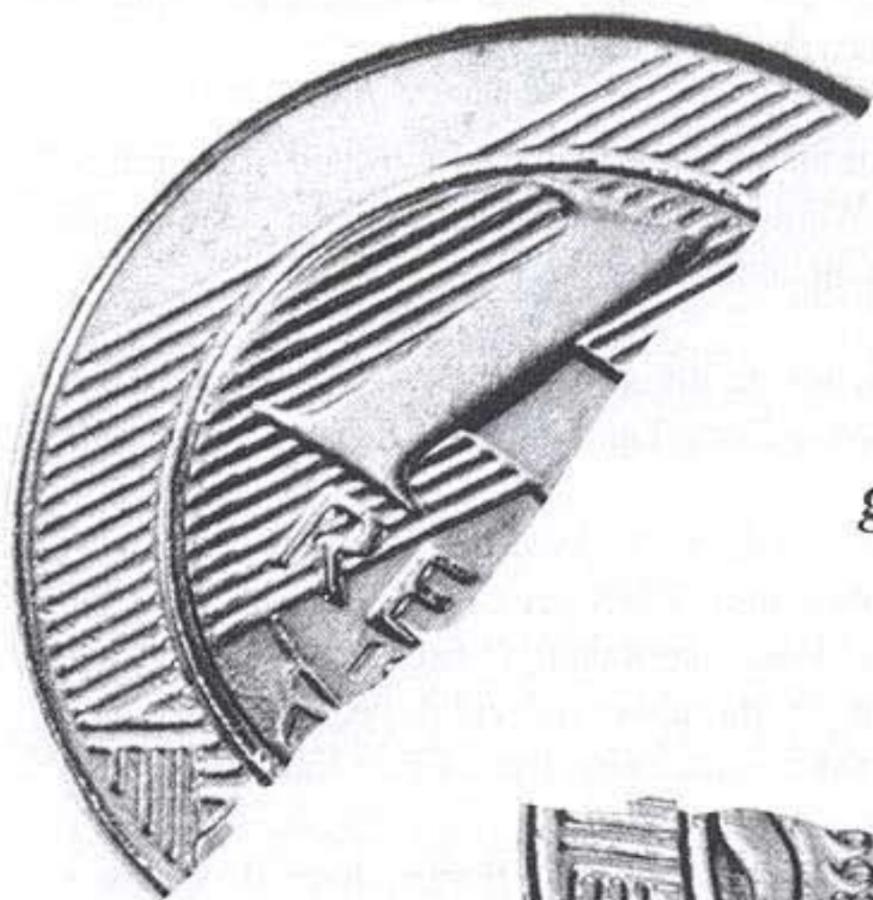
6 personalidades do grupo tiveram participação no Banco Mundial, FMI ou outra agência estrangeira - Edmar Bacha, Eliana Cardoso, Eduardo Jorge, Pedro Malan, Pedro Parente, Paulo Renato

7 personalidades do grupo tiveram alguma participação na reunião que formulou o “Consenso de Washington” - Pérsio Arida, Edmar Bacha, Eliana Cardoso, Daniel Dantas, Pedro Malan, Marcílio Marques Moreira

A crise brasileira, a dívida e o déficit públicos: para que superávit fiscal?

LECIO MORAIS

A reforma fiscal vai beneficiar o capital – a análise das relações entre as contas externa e pública com a dívida mobiliária pública revela a natureza e a função da reforma fiscal que o governo está promovendo e ajuda a esclarecer a origem do déficit das contas públicas brasileiras



O objetivo deste artigo é elucidar a origem do déficit das contas públicas brasileiras e a utilidade de um superávit fiscal. Para tanto, analisaremos no período de 1991-1997 o comportamento das contas externas e públicas e suas relações com a Dívida Mobiliária Pública – DMP, bem como a natureza e a função dessa dívida. (1)

Depois de freqüentemente afirmado pelo Governo e pelos ‘experts’, transformou-se em voz corrente – na mídia e na opinião pública – que o maior e mais urgente problema que o Brasil tem que resolver para enfrentar a crise é o déficit nas contas públicas. O desequilíbrio fiscal foi erigido como principal fator de nossa vulnerabilidade externa. Segundo a versão corrente, esse déficit se originaria do desequilíbrio entre a receita e a despesa fiscais, decorrente do aumento dos gastos não-financeiros e agravado recentemente, se admite, pela aumento das taxas de juro da Dívida Mobiliária Pública (DMP). Ainda se afirma, destarte agora com menos ênfase, que a permanência dos juros altos no Plano Real decorreria do crescente volume dessa dívida e da necessidade de sua rolagem.

Como a elevação da dívida pública (formada pelas dívidas mobiliárias federal, estadual e municipal) deu-se em concomitância com o crescente aumento da entrada de divisas pelas

contas de Capital, interpreta-se que a ‘poupança externa’ estaria sendo desviada, via emissão de títulos, para financiar o déficit público.

Em decorrência, a principal solução para recuperar nossa credibilidade externa estaria na diminuição do déficit e sua extinção no mais breve tempo possível, através do corte dos gastos não-financeiros (ou, menos preferencialmente, pelo aumento da tributação), como já está fazendo o pacote fiscal anunciado no início de setembro e o “programa de ajuste fiscal” em negociação com o FMI. O pacote de setembro, além de estabelecer um grande corte de despesas para o presente exercício, prevê a adoção – ainda este ano – de um plano plurianual de redução drástica do déficit nominal, tanto federal como estadual e municipal; segundo as negociações em andamento com o FMI, os governos devem atingir, em cada ano do triênio desse plano, cerca de 3% do PIB de superávit primário.

No entanto, apesar do ‘consenso’ oficial, a origem do déficit e da Dívida públicas podem ter uma explicação bastante diferente. Analisaremos a seguir o comportamento dos principais fluxos financeiros ligados às contas públicas e externas, mostrando a correlação entre essas variáveis e a contribuição de cada uma à DMP, bem como a função desempenhada por essa no processo de acumulação, donde concluiremos que:

- déficit público é mais resultado do crescimento da dívida mobiliária pública – em volume e em custo – do que sua causa;
- crescimento da DMP, de 1991 para cá, decorreu, principalmente, da entrada líquida de divisas e do acúmulo dos encargos oriundos de sua rolagem; secundariamente colaboraram em seu acréscimo, em ordem de importância: os empréstimos de liquidez do Banco Central ao setor financeiro (a maior

parte deles advindos do PROER) e, por fim, ao déficit primário de 1997;

- a função principal da DMP vem sendo viabilizar a constituição de capital monetário e sua valorização financeira, diretamente ou indiretamente como lastro do mercado mobiliário privado; sua existência propicia um piso mínimo de rentabilidade, em especial, aos capitais monetários externos (pertencente tanto a não-residentes como a residentes);

- através da expansão da sua dívida mobiliária o Estado brasileiro vem arcando com o ônus financeiro da manutenção de parte considerável da entrada de divisas sob a forma de capital monetário, produtor de juros; o que significa, *ultimo ratio*, que os encargos de financiamento do déficit externo em conta corrente, vêm sendo transferidos do setor privado para o Tesouro e para o Banco Central, através da arbitragem (2) entre as taxas de juros externas e internas;

- e, por fim, a estatização do ônus do financiamento da conta corrente externa foi o que provocou o atual desequilíbrio fiscal e a inviabilização financeira do Estado.

Essas conclusões levam-nos então ao âmago do problema: a escolha de uma solução para liquidar os débitos assumidos pela DMP e atingir o equilíbrio fiscal. Permitem-nos responder à pergunta fundamental: para que obter superávit primário?

O pagamento dos encargos desse financiamento estatal veio se dando, até o momento, pelo emissão de títulos (significando a crescente concessão de créditos sobre a renda nacional futura ao capital monetário). Agora, com a crise, não é mais possível continuar ‘rolando’ os encargos da DMP, é a hora do capital monetário realizar seus ganhos e, principalmente, manter o valor de seus ativos.

Embora haja discordâncias importantes entre o Governo, os organismos multilaterais e as instituições financeiras internacionais em torno da solução da crise, existe o consenso de que, daqui por diante, os encargos assumidos sejam liquidados com recursos fiscais. Esses recursos adviriam da obtenção de superávits primários crescentes e suficientes para contrabalançar os encargos da dívida (ou seja, zerar o resultado nominal). Dito de outra forma: a solução privatiza a renda pública, priorizando a manutenção do valor do capital. No sentido prático, a solução defendida pelo Governo transfere e concentra renda, proporcionando a manutenção da estatização do déficit externo, transferindo seu ônus para as rendas do trabalho e do capital produtivo (extrator de mais-valia).

Isso nos revela a verdadeira relação entre o déficit público e a credibilidade externa: a continuidade do déficit nominal põe em dúvida a manutenção do valor do capital monetário expresso em títulos da dívida ou em outro qualquer ativo financeiro (já que os títulos privados são todos lastreados em

TABELA 1
Valores de saldos das contas públicas, das contas externas e da Dívida Mobiliária Pública - DMP (em % do PIB)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
PIB (em US\$ milhões correntes)	386.200	387.300	430.700	543.100	705.400	75.400	804.085
1.1 Saldo Primário (anual)	-3,32	-1,56	-2,26	-5,21	-0,27	0,09	0,96
1.2 Saldo Primário (acum.)	-3,32	-4,88	-7,13	-12,35	-12,62	-12,53	-11,57
2.1 Juros reais (anual)	3,32	3,28	2,97	4,07	5,26	3,66	3,37
2.2 Juros reais (acumulados)	3,32	6,59	9,57	13,64	18,90	22,56	25,93
3.1 Assistência de liquidez do Bacen (anual)	0,00	0,46	-0,42	1,31	0,36	1,39	0,37
3.2 Assistência de liquidez do Bacen (acum.)	0,00	0,46	0,04	1,35	1,71	3,10	3,47
4.1 Saldo mov. Capitais + Capitais curto prazo (anual)	-1,18	2,04	2,32	2,00	4,31	4,36	2,98
4.2 Saldo mov. Capitais + Capitais curto prazo (acumulados)	-1,18	0,86	3,18	5,18	9,49	13,85	16,84
5.1 Saldo Transações Correntes (anual)	-0,36	1,59	-0,15	-0,27	-2,52	-3,14	-4,16
5.2 Saldo Transações Correntes (acumulados)	-0,36	1,22	1,07	0,81	-1,72	-4,86	-9,01
6.1 Entrada líquida de divisas (anual) (4.1+5.1)	-1,55	3,63	2,17	1,73	1,79	1,22	-1,17
6.2 Entrada líquida de divisas (acumulados) (4.2+5.2)	-1,55	2,08	4,25	5,98	7,77	9,00	7,82
7.1 Entrada líquida de divisas (6.1) + juros reais (2.1) (anual)	1,77	6,90	5,15	5,80	7,05	4,88	2,20
7.2 Entrada líquida de divisas (6.2) + juros reais (2.2) (acum.)	1,77	8,67	13,82	19,62	26,67	31,55	33,75
8.1 Saldo dos fluxos líquidos (1.1+2.1+3.1+6.1) (anual)	-1,55	5,80	2,47	1,89	7,14	6,36	3,53
8.2 Saldo dos fluxos líquidos (1.2+2.2+3.2+6.2) (acumulados)	-1,55	4,26	6,73	8,62	15,76	22,13	25,65
9.1 DMP 1 (saldo final de cada ano)	5,35	12,88	13,66	18,69	21,38	28,11	32,88
9.2 DMP 2 = DPM 1 menos estoque da dívida de 1990	2,35	9,88	10,66	15,69	18,38	25,11	29,88

Fonte: Boletim do Banco Central.

Nota: saldo primário negativo = superávit.

títulos federais) denominado em reais. É a perspectiva dessa desvalorização do capital, entre outros fatores, que vem determinando a fuga de capitais iniciada em agosto passado.

A função e as fontes da Dívida Pública

O comportamento das contas públicas está ligado ao nível de produção e à distribuição de renda, como também às

Como a Dívida pública cresce

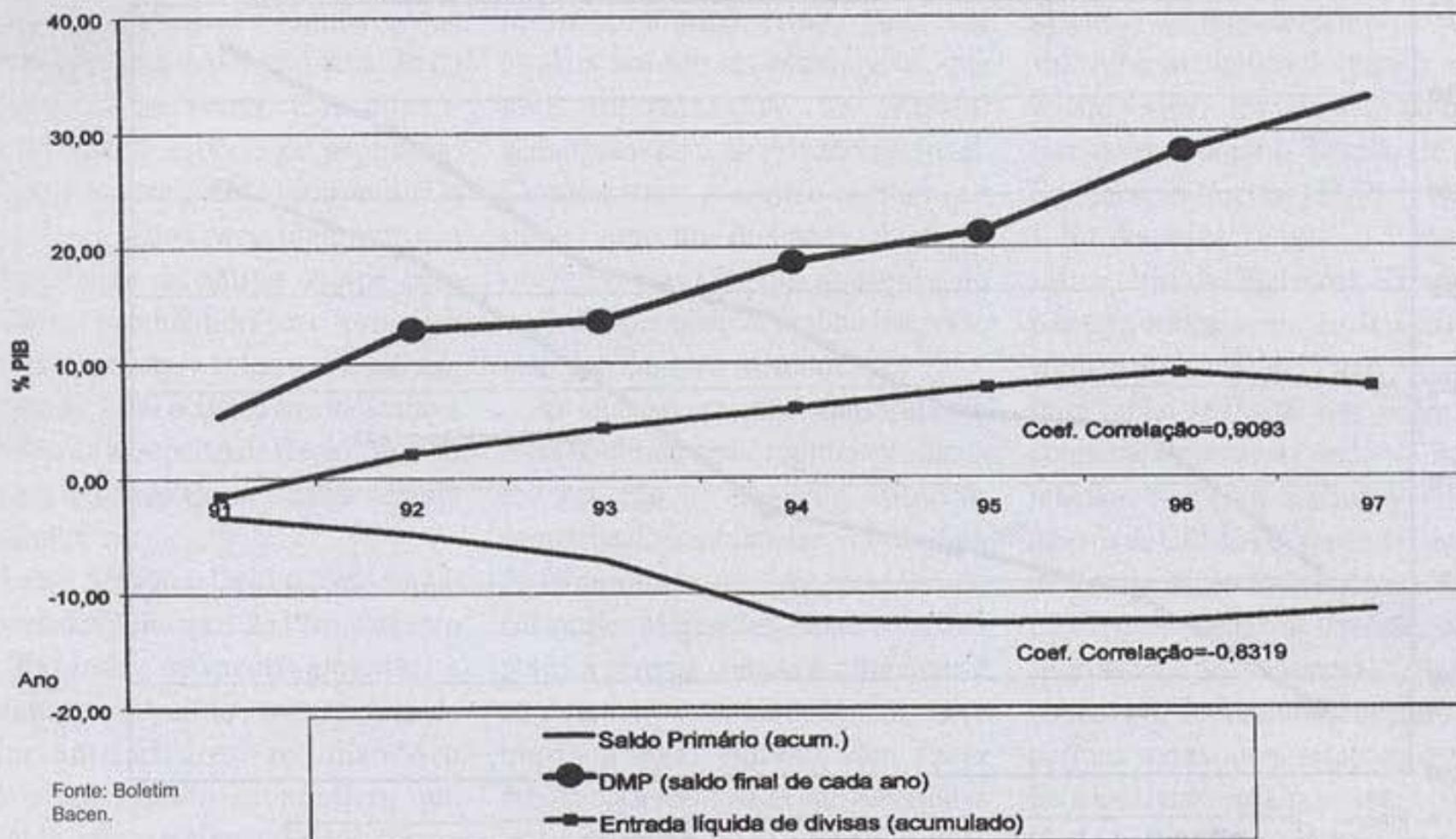
No período de 1992 a 1997 o Brasil acolheu um saldo expressivo de divisas. Inicialmente, na primeira fase (1992-94), o saldo positivo se deu tanto por grandes superávits comerciais como pelas contas de Capital. Após 1994, com o explosivo déficit comercial e de serviços – contrapartida da nossa abertura – o saldo positivo registrou-se exclusivamente pelas contas de Capital.

A partir do final de 1994 – após a crise do México – esse grande saldo positivo de divisas ocorreu em um quadro restritivo de crescimento, determinado pela crescente dificuldade na utilização desse acúmulo de reservas no financia-

mento, a longo prazo, do déficit externo em conta corrente. Enquanto esse déficit se ampliava, a entrada líquida de divisas tendeu a cair, não mais sustentada por uma conjuntura externa de oferta favorável de capitais.

Com dificuldades de financiar o déficit em conta corrente, e pressionado para manter a abertura comercial e financeira, o Governo sustentou durante todo esse período uma política monetária restritiva com juros elevados e arrocho creditício. A economia, à exceção da euforia de 1994, cresceu a taxas medíocres e a Formação Bruta de Capital Fixo, que chegou a crescer de

Gráfico 1
Superávit primário (-), entrada líquida de divisas e a Dívida mobiliária Pública - DMP



trocas externas e ao movimento de capitais. A DMP está vinculada ao resultado das contas públicas e também, de forma importante, à circulação da moeda. Embora sirva como instrumento de obtenção de financiamento do Estado e de regulação para a política monetária,

sua principal função é sancionar a transformação de dinheiro em capital monetário (capital-dinheiro) (3), ou seja, o dinheiro que se transforma em mais dinheiro, sem passar pelo processo produtivo. (4)

Como instrumento de financia-

mento do Tesouro, a dívida compensará a emissão de moeda causada pelo déficit, neutralizando os efeitos macroeconômicos daí decorrentes (como veremos a seguir).

No caso de Estados e Municípios, não sendo emissores de moeda, a dívida é

18,11% do PIB em 1991 para 20,75% em 1994, estagnou em menos de 20% entre 1995 e 1997 (1) [Tabela 5].

Nesse quadro restritivo à acumulação produtiva, a quantidade de moeda excedente, oriunda principalmente da conversão cambial das divisas, foi enorme. Exceto a parte destinada à aquisição de empresas estatais, imediatamente esterilizadas pelo Governo no serviço da DMPF (mas com pouco ou nenhum impacto na massa circulante) (2) (os recursos destinados à compra de empresas privadas, também muito significativos, permaneciam em circulação, apenas

mudando de dono), e aquelas destinadas à especulação nas bolsas de valores (cuja dimensão sempre foi relativamente acanhada), todo o restante da massa de moeda buscou a Dívida pública como mecanismo de acumulação, tanto direta como indiretamente, já que os fundos de títulos de renda fixa, depósitos bancários remunerados e quase todos os demais ativos financeiros privados estavam vinculados, total ou parcialmente, ou ainda lastreados em títulos federais da DMP.

Os Estados, os municípios e o Governo Federal, até 1994 tinham conseguido superávits primários

modestos mas crescentes, graças a um quadro de relativo crescimento e com os ganhos provenientes da elevada inflação. Após 1994, com a política monetária de juros elevados e crédito escasso, os governos infranacionais se defrontaram com uma situação de desaceleração das receitas, perda de rendas para a União (por conta da Emenda do Fundo Social de Emergência, depois Fundo de Estabilização Fiscal) e aumento dos custos de suas dívidas mobiliárias e contratuais. A pressão social, que obstruiu parte dos cortes planejados nas despesas do serviço público, a

Gráfico 2
Saldo líquido dos fluxos de divisas, superávits primários, juros reais e a DMP



contraída anteriormente ao dispêndio do déficit, tendo, nesse caso, os mesmos efeitos monetários e macroeconômicos, embora com menor amplitude. (5)

É possível também que a dívida seja emitida antes de um déficit que se anuncie, tendo, nesse caso, os mesmos

efeitos macroeconômicos de um déficit, mas em menor amplitude. Isso ocorre no caso dos Estados e Municípios que, não sendo emissores de moeda, precisam da antecipação de fundos para qualquer liquidação de despesas.

Como instrumento de política

monetária, a emissão e resgate de títulos da dívida pública pelo banco central servem para atingir diferentes graus de expansão ou contração da quantidade de moeda, conforme se objetive. Esse processo mascara a verdadeira função da dívida mobiliária: a de sancionar o

corrupção, o desperdício, e a visão, difundida pelo próprio Governo Fernando Henrique, de que as dificuldades eram passageiras, levaram esses governos a uma situação paradoxal: manteve-se altos o dispêndio público não-financeiro, implicando em déficits primários pequenos mas crescentes; os custos financeiros explodiram, mais que duplicando em relação a 1993; a remuneração dos servidores públicos foram aviltados e os serviços sofreram forte sucateamento. Só o resultado primário do Governo Federal manteve-se positivo durante todo o período, à exceção de

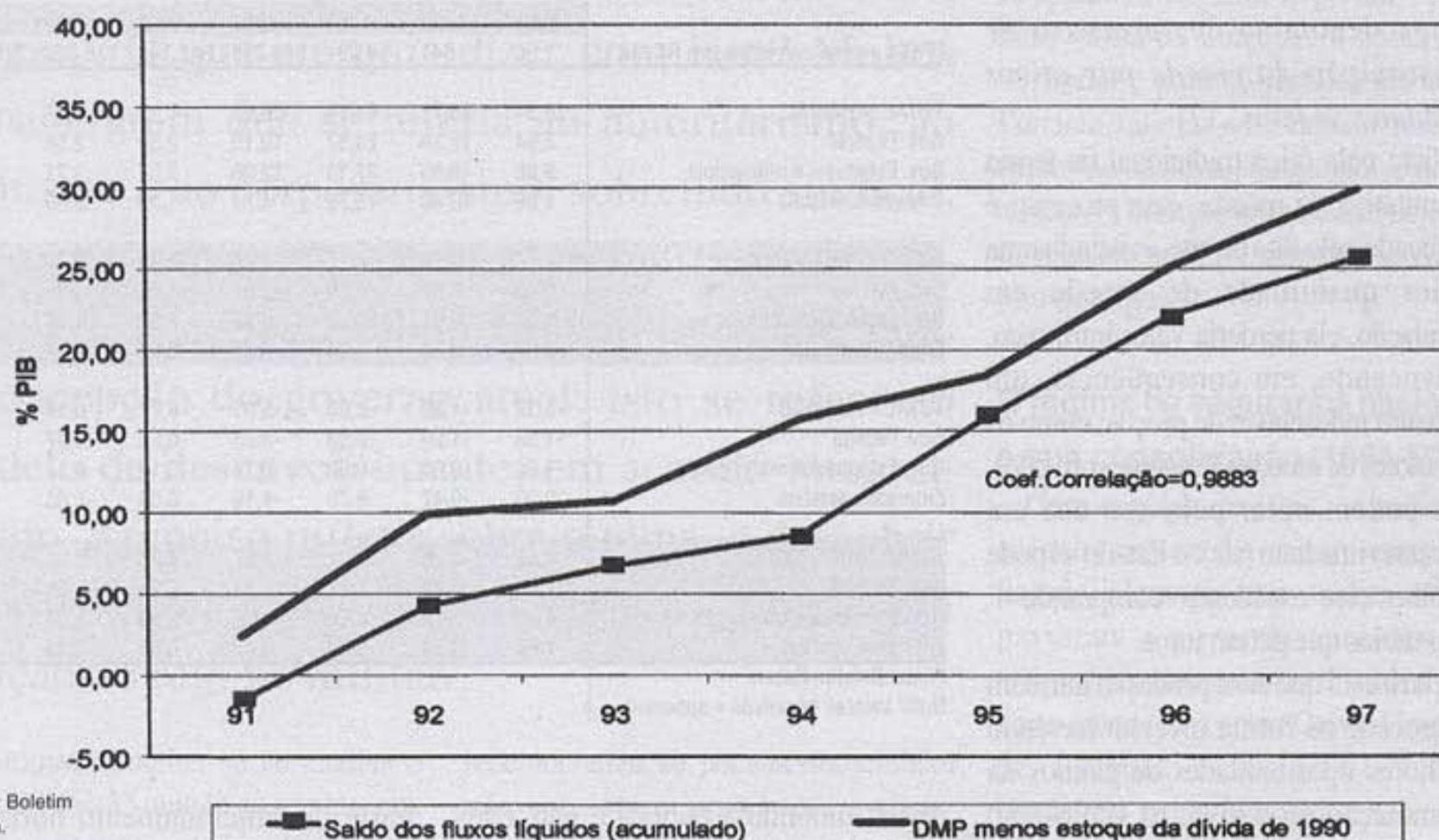
1997, quando houve um pequeno déficit de 0,27% do PIB.

Mas mesmo durante a primeira fase, quando houve superávits primários constantes, não foi possível compensar a pressão sobre o crescimento da dívida, exercida pela entrada líquida de divisas e pelos seus próprios encargos em alta.

No segundo semestre de 1994 e no primeiro trimestre de 1995, quando os fluxos de capitais e o saldo da balança comercial se invertem, levados pela mudança na conjuntura internacional de taxas de juros baixas – que culminou com a quebra do México – o volume da Dívida se estabilizou, fechando o ano com o

mesmo valor que tinha atingido em junho. A inversão no movimento de divisas teria efeitos ainda maiores no saldo da dívida, diminuindo-o, não fosse o elevado volume de assistência de liquidez oferecido pelo Banco Central a instituições financeiras no último trimestre de 1994, atingindo 4,3 bilhões de reais. Muitos bancos brasileiros (especialmente os pequenos e médios bancos múltiplos) foram pegos no contrapé pela subida dos juros internacionais durante 1994, e com as dificuldades crescentes de rolar suas linhas de crédito no exterior e internamente, ficaram sem liquidez para saldar seus compromissos. (3) Para evitar o risco sistêmico, o primeiro a ocorrer

Gráfico 3
Saldo líquido dos fluxos de divisas, superávits primários, juros reais e a DMP
(menos estoque da dívida de 1990)



capital monetário, produtor de juros, remunerando a moeda tanto direta como indiretamente, já que serve de lastro ao mercado mobiliário privado (6); assim a dívida viabiliza o processo de valorização financeira do capital.

Esse processo de transformação da

moeda em capital monetário é de suma importância e pode ser explicado da seguinte forma: existindo uma quantidade excedente de moeda em circulação, oriunda do fato de que seus proprietários (capitalistas) – dado às condições pouco atraentes de ganho ou

inseguras de retorno – não se interessarem em torná-la direta ou indiretamente (por empréstimo bancário) em capital produtivo; a emissão de títulos públicos concede a esses proprietários a possibilidade, segura e minimamente rentável, de

desde a crise da dívida externa de 1982, o Banco Central realizou empréstimos maciços, salvando o capital dos aplicadores. Essas operações terminaram anulando a diminuição da Dívida pública, ocasionada pela perda de divisas.

Com a volta dos fluxos de capitais no segundo trimestre de 1995, e as elevadas taxas de juro (a taxa de juro real média de 1995 foi de 31,1%, bem mais alta do que a já elevada taxa do primeiro semestre de 1994 que era de 22,1%), a dívida voltou a crescer fortemente. A partir de dezembro de 1994, a DPMF duplicou em 14 meses e a dívida mobiliária dos Estados e Municípios em 21 meses. A elevação

dessa última dívida foi praticamente autônoma: nos anos de 1995 e 1996 a dívida líquida interna total estadual e municipal cresceu de 49,2 bilhões para 90,3 bilhões de reais, enquanto seus déficits primários no biênio totalizaram apenas 5,4 bilhões de reais.

No final de 1995 uma nova crise de liquidez do sistema financeiro desencadeou nova concessão maciça de empréstimos do Banco Central aos bancos. Várias instituições financeiras que tinham sido pegadas pelo choque das taxas de juros externas no segundo semestre do ano anterior, sofreram novo choque com a súbita elevação dos juros internos em

março de 1995, medida com a qual o Governo Federal resolveu enfrentar a crise desencadeada pela quebra do México no Natal do ano anterior. Seja porque já estavam endividadadas pela iliquidez do final de 1994, seja pelo forte aumento da inadimplência dos seus devedores, muitas dessas instituições, que já vinham recorrendo a fraudes e manobras contábeis e financeiras, sucumbiram ao novo choque. A crise, que se iniciou com a liquidação do Banco Econômico, espalhou-se para outras grandes e pequenas instituições. Foi criada então uma linha especial de empréstimos de liquidez para bancos em

transformar sua moeda em um ativo que gera juros, sem os riscos do processo produtivo ou comercial; é o que J. C. Braga denomina de 'processo de substituição da moeda por ativos geradores de juros'. (7)

Visto pela ótica tradicional da teoria quantitativa da moeda, esse processo é explicado pelo fato de que, existindo uma maior quantidade de moeda em circulação, ela perderia valor intrínseco, provocando, em consequência, um aumento indesejável de preços; como os detentores de moeda são agentes privados, que podem optar pelo seu uso em consumo imediato (sic), o Estado só pode recolher esse excedente 'comprando-o' com títulos que gerem juros.

Claro está que esse processo também se procede na forma inversa: havendo melhores oportunidades de ganhos na acumulação produtiva, os títulos são resgatados e investidos, transformando o capital monetário em capital industrial ou comercial. No entanto, por razões ligadas ao declínio das taxas de crescimento das economias capitalistas em geral nas últimas décadas, e portanto do volume de acumulação produtiva (8), a tendência tem sido o crescimento da

liquidação: primeiro para os bancos privados, denominado PROER, logo seguida de outra para bancos estaduais, destinadas a saneá-los e facilitar sua venda ou privatização. Dessa vez a operação de salvamento de capitais monetários – medida apenas pelo acumulado de saldos dos empréstimos no Banco Central – custou a emissão de 6,2 bilhões de reais em novembro/dezembro de 1995, 10,8 bilhões (1,39% do PIB) em 1996, e mais 3,2 bilhões em 1997 (0,37 % do PIB).

Nos anos de 1996 e 1997 o impacto contracionista sobre a dívida mobiliária causada pela diminuição do saldo líquido

TABELA 2
NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO - 1991-97
(EM PORCENTAGEM DO PIB)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
(PIB a preços correntes, em R\$ mi)	60	641	14.097	349.205	646.192	778.820	866.800
TOTAL NOMINAL	26,54	45,71	64,74	26,97	7,27	5,87	6,16
Gov. Federal	6,64	16,38	23,87	10,15	2,39	2,56	2,65
Gov. Estaduais e municipais	9,95	16,85	27,13	12,08	3,57	2,71	3,06
Empresas estatais	9,95	12,48	13,75	4,74	1,32	0,61	0,46
TOTAL OPERACIONAL	0,00	1,72	0,72	-1,14	4,99	3,75	4,33
Gov. Federal	0,00	0,62	0,60	-1,57	1,75	1,62	1,77
Gov. Estaduais e municipais	0,00	0,62	0,09	0,80	2,37	1,81	2,27
Empresas estatais	0,00	0,47	0,04	-0,37	0,87	0,32	0,29
TOTAL PRIMÁRIO	-3,32	-1,56	-2,26	-5,21	-0,27	0,09	0,96
Gov. Federal	-1,66	-1,09	-0,88	-3,25	-0,51	-0,37	0,27
Gov. Estaduais e municipais	-1,66	0,00	-0,62	-0,77	0,18	0,54	0,74
Empresas estatais	0,00	-0,47	-0,75	-1,19	0,06	-0,08	-0,06
TOTAL JUROS REAIS	3,32	3,28	2,97	4,07	5,26	3,66	3,37
Gov. Federal	1,66	1,72	1,48	1,68	2,26	2,00	1,50
Gov. Estaduais e municipais	0,00	0,78	0,70	1,57	2,19	1,27	1,53
Empresas estatais	1,66	0,94	0,79	0,82	0,81	0,39	0,35

Fonte: Boletim Bacen.

Nota: valores negativos = superávit.

dívida mobiliária pública e não a sua diminuição. (9)

Evidentemente isso faz com que o Estado assuma o ônus de manter rentável uma quantidade de riqueza (sob a forma de capital monetário) que em nada contribui para a criação de mais valor. Mas esse processo, longe de se constituir uma aberração, faz

parte do funcionamento normal do capitalismo; ele impede que o excedente de riqueza produzida (ainda na forma dinheiro) se transforme em excesso de capitais produtivos, gerando pressão sobre a taxa média de lucro, ameaçando a rentabilidade do sistema, ou, em permanecendo moeda, gere uma inflação que a desvalorize.

de divisas foi mais do que compensado pela emissão de moeda decorrente da assistência de liquidez do Banco Central e pelo crescimento autônomo, devido à rolagem dos encargos.

Durante todo o período foi possível rolar os encargos da Dívida pública com emissão de mais papéis. (4) Isso significou a crescente concessão de créditos sobre a renda nacional futura ao capital monetário. Mas a desconfiança sobre a viabilidade de uma estratégia econômica, que já se esgotou em tantos países emergentes, determinou agora, com a crise da Rússia, a vontade de uma grande massa de credores de realizarem, no mais

breve espaço de tempo, em divisas fortes, os ganhos e o principal de seus capitais.

Para os Estados e Municípios esse momento chegou antes, em 1997, quando seus governos, em crise, não puderam, muitos deles, sequer honrar o pagamento de juros vencidos. A desvalorização iminente dos capitais aplicados nesses títulos, fez com que o Governo Federal, mais uma vez, salvasse-os da insolvência, fazendo, a partir de dezembro daquele ano, a assunção das dívidas pelo valor ao par e a juro fixo, mediante o comprometimento de até 13% da renda tributária anual, no pagamento do serviço da dívida, assumindo os riscos de futuros aumento

O aumento da tributação, que proporciona financiamento à despesa pública – no quadro histórico da fase contracionista – tem efeitos indesejáveis ao processo de acumulação. Seu caráter desapropriante, afeta negativamente os patrimônios e as rendas, significando, principalmente, a não transformação desses valores em capital monetário (e ainda pode, alhures, sancioná-los, em parte e indesejavelmente, como capital produtivo).

Antes de irmos adiante, é necessário alertar para o fato de que – no nosso ponto de vista e ao contrário dos economistas ‘quantitativistas’ e da ‘teoria do equilíbrio’ – quem determina, em última instância, a forma de acumulação do capital é o próprio movimento de sua valorização, fato que varia de intensidade e direção em função de fases historicamente determinadas; o que equivale a dizer que na fase expansiva do sistema, quando a taxa média de lucro tende a aumentar, a riqueza excedente (na forma moeda) tenderá a se transformar em capital produtivo (diretamente na forma industrial ou indiretamente na forma de capital bancário ou comercial); em sua

fase contracionista (quando há superacumulação), quando a taxa média de lucro tende a decrescer, ele será atraído (exceto em alguns ramos de ponta, de privilegiados lucros) pela valorização financeira, e a acumulação sob a forma do capital monetário cresce. Como vimos acima, essa acumulação financeira vem tendo por base a dívida mobiliária pública. É evidente que as conjunturas nacional e internacional dos últimos anos se identificam com essa segunda fase, o que se denuncia pela tendência à estagnação e pelo papel hegemônico que nela exerce o processo de valorização financeira do capital.

Dessa forma, nossa análise do período 1991-97, no Brasil, será circunscrita a esse contexto histórico de restrição ao crescimento e tendência à financeirização.

Dito isto, passemos a examinar então os principais fatores através dos quais se dá a criação ou a destruição de moeda na economia e onde se observa a mediação da dívida mobiliária pública no processo de sua transformação em capital monetário. (10) Esses fatores mais importantes são: o gasto público líquido; o câmbio

de divisas por moeda nacional; os empréstimos e depósitos à vista de instituições financeiras (que são criadores privados de moeda); e os empréstimos de assistência de liquidez do Banco Central a essas instituições.

Porém, excluiremos do âmbito da análise os efeitos decorrentes de empréstimos e depósitos à vista nas instituições financeiras. Embora seja uma importante fonte de criação/destruição de moeda e sua transformação em capital (o sistema financeiro funciona como o principal sancionador de capital nas economias), a sua capacidade de fazê-lo é regulada compulsoriamente pelo Banco Central, não se enquadrando no mecanismo geral ‘voluntário’ da dívida mobiliária pública. No caso concreto, consideraremos que durante o período em tela o Banco Central vem exercendo o controle compulsório necessário sobre essa fonte, em consonância com as políticas monetária e econômica restritivas adotadas, carecendo de sentido a utilização do instrumento da dívida para controlá-la; faltaria para isso tanto conveniência financeira como política.

TABELA 5
Crescimento do PIB e participação da formação bruta de capital fixo (FBCF) - 1991-1997

Ano	Preços correntes (R\$ 1 000)		FBCF / PIB %	Variação real anual em %	
	PIB	FBCF		PIB	FBCF
1991	60.286	10.917	18,11	1,03	-4,72
1992	640.959	118.086	18,42	-0,54	-6,62
1993	14.097.114	2.718.363	19,28	4,92	6,33
1994	349.204.679	72.453.282	20,75	5,85	14,25
1995	646.191.517	132.753.432	20,54	4,22	7,29
1996	778.820.353	148.884.097	19,12	2,76	2,13
1997	866.800.000	...	19,58	3,68	...

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

na taxa de juros desses papéis, recontratados com juros flutuantes. Dessa forma, capitais em valores nominais superiores a 40 bilhões de reais foram

salvos da desvalorização ou mesmo da perda total, mantendo seu valor agora em títulos federais até o momento confiáveis e líquidos.

Agora, no segundo semestre de 1998, chegou a hora do próprio Governo Federal. A decisão de capitais – de propriedade de residentes e de não-residentes – de se retirarem do país se prende à necessidade de resguardar o valor de seu capital. Mas, essa própria atitude implica necessariamente em precipitar a desvalorização de todo o estoque de capitais dentro da economia nacional, como também em outros países e mercados. Esse mecanismo, que acaba por desencadear a fuga em massa de capitais, provocando enorme desvalorizações de ativos, cria uma forte comoção e ansiedade em

Assim, usaremos a hipótese simplificadora de que a ação das instituições financeiras quanto à criação/destruição de moeda permaneceu neutra em relação à DMP (especificamente à DMPF).

O primeiro desses fatores é o dispêndio líquido do Estado em dinheiro. No caso de governos centrais, emissores de moeda, a execução fiscal (despesa e receita públicas) corresponde a criar e destruir capacidade de meio de pagamento dos entes privados, seja para a demanda de bens de consumo, de bens de capital ou para entesouramento. Particularmente no Brasil, onde a conta do governo federal é operada pelo Banco Central, ou seja, fora do meio circulante, qualquer despesa ou recolhimento de tributo significa, diretamente, emissão ou destruição de meios de pagamento. Nisto reside uma diferença básica entre uma pessoa privada e o Estado: se para a primeira é certamente ruinoso gastar mais do que recebe, isso não é necessariamente verdadeiro para o segundo. Dependerá do momento histórico em que se encontra e da composição desse gasto a mais, desse déficit. Se o déficit se transforma – numa

circunstância de expansão do sistema – em acréscimo à demanda, propiciando perspectivas adequadas de ganho ao capital, isso servirá para sancionar um acréscimo adicional de acumulação, de investimentos, que não só contribuirá para criar riquezas, seja em capital seja em meios de sobrevivência (salários), como retornará ao Estado, sob a forma de receita ampliada; formando um círculo virtuoso de expansão. Mas se esse déficit se der em um quadro de retração na acumulação (haja uma superacumulação), o seu efeito será o de criar moeda que tenderá a não se transformar em mais capital, gerando uma demanda de consumo ou o seu entesouramento; prejudicando, em ambos os casos, o ciclo de acumulação do capital.

É nesta última circunstância que se sentirá mais fortemente a necessidade de expansão da dívida mobiliária, pois como já vimos, haverá a necessidade de se sancionar a acumulação do capital monetário; pois a sua transformação pela via dos empréstimos bancários privados estará bloqueada pela provável estagnação da acumulação produtiva.

Também um superávit público, ao contrário do que vulgarmente se divulga, pode ter efeitos ruinosos sobre uma economia. Isso dependerá também da circunstância histórica do movimento geral do capital. No caso de superávit haverá diminuição dos meios de pagamento, o que pode destruir a possibilidade de consumo, não sancionando mais a continuação da acumulação do capital, ou mesmo – em casos mais severos – destruindo parte do valor do capital existente (ou até o reduzindo a zero), como aconteceu classicamente na grande depressão de 1929-33.

O segundo fator a considerar é o do câmbio de divisas pela moeda nacional. Se a entrada ou saída de divisas se dá em desequilíbrio, o saldo resultante determinará o aumento ou diminuição da quantidade de moeda doméstica. Isso provocará, no curto prazo, uma diminuição dos meios de pagamentos, destruindo porções de capitais ou de meios de consumo; ou, em sentido inverso, haverá de imediato grande disponibilidade de meios de pagamentos, pois não existirá – em contrapartida – nenhuma riqueza

investidores e autoridades governamentais de todo o mundo, em especial dos países centrais. (L.M.)

Notas

- (1) Miranda, S.; Rebelo, A.; Pereira, R. e outros. *O Plano do Fundo do Poço*. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília: 1995.
Miranda, S.; Pereira, R. e outros. *Três Teses contra o Plano Real*. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília: 1997.
(2) A privatização arrecadou, até

1997, cerca de US\$ 36,4 bilhões (em leilões, aquisições de empregados e aquisições do público), porém mais de dois terços desse valor foram abatidos de débitos relativos a outros passivos estatais (as 'moedas podres'); os recursos em moeda, absorvidos pela dívida, já estão contidos nos resultados primários. Fundap. *Indicadores Diesp*, v. 7-nº 67. São Paulo: Julho-agosto 1998.
(3) A versão oficial do Governo para as crises de liquidez do final de 1994 e de 1995 foi a inadequação de algumas instituições que não tinham se adaptado aos novos tempos de

'estabilidade' e não souberam se adaptar a perda dos ganhos inflacionários com o 'floating', nem conseguido diminuir seus custos. Diante da realidade dos choques de juros e da resultante onda de inadimplência essa 'explicação' é pouco crível e destinada ao 'consumo popular' dos comentaristas econômicos.
(4) Durante todo o período, só em dois exercícios houve liquidação de serviço da Dívida com recursos fiscais, sendo R\$ 4,55 bilhões em 1996 e R\$ 1,63 bilhão em 1997, valores, no caso, irrelevantes. Fonte: SIAFI.

TABELA 3
Dívida mobiliária pública federal, estadual e municipal - 1991-97

Período	Dívida Pública Mobiliária Federal (fora do Bacen)				Dívida/ PIB %	Dívida Mobiliária Estadual e Municipal (em circulação)			Dívida/ PIB %	Div. Mob. Pública Total Total/PIB %
	Bacen R\$ milhões	Tesouro R\$ milhões	Total US\$ milhões	Total R\$ milhões		US\$ milhões	R\$ milhões			
Dez/91			11.562	4	2,99	9.107	3	2,36	5,35	
Dez/92			36.403	164	9,40	13.485	55	3,48	12,88	
Dez/93	1.077	3.910	42.061	4.988	9,77	16.792	1.929	3,90	13,66	
Dez/94	26.453	35.329	72.942	61.782	13,43	28.575	24.203	5,26	18,69	
Dez/95	49.346	59.140	112.014	108.486	15,88	38.803	37.581	5,50	21,38	
Dez/96	83.105	93.106	169.822	176.173	21,90	48.107	49.906	6,20	28,11	
Dez/97	65.230	189.253	229.033	255.509	28,48	35.327	39.411	4,39	32,88	

R\$ e US\$ em valores correntes.

Fonte: Boletim Bacen.

criada internamente a ser adquirida.

Da mesma forma, como se viu quanto ao resultado do dispêndio público, a depender da circunstância histórica do movimento de capitais, os efeitos de um saldo positivo de entradas de divisas equivalerá ao do déficit público, enquanto a saída de divisas se assemelhará ao do superávit.

Por fim, temos o último fator: os empréstimos de liquidez do Banco Central a instituições financeiras em dificuldades ou insolventes. No seu papel de prestador final, o Banco Central geralmente avaliando o risco sistêmico que pode resultar da insolvência ou da dificuldade de honrar compromissos de uma instituição financeira, realiza operações de empréstimos que devolvem liquidez a depósitos e ativos financeiros de terceiros, ali aplicados. Embora de caráter eventual, essas operações podem envolver valores significativos, como aconteceram dentro dos programas PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro) e de saneamento de bancos estaduais a partir do final de 1995. Esses empréstimos representam para os capitais monetários abrigados em instituições insolventes uma verdadeira ressurreição. Capitais já destituídos de valor, porquanto ilíquidos e não mais

produtores de juros, voltam à vida, têm nova oportunidade de valorização; assim como os demais capitais, mantida a circunstância de restrição à acumulação produtiva, não havendo demanda de crédito privado suficiente, voltam a ser sancionados pela emissão de dívida pública.

Detenhamo-nos agora sobre fatores derivados da própria DMP e que ocasionam o chamado crescimento autônomo: os encargos da dívida, os juros reais e a correção monetária.

Em circunstâncias como a examinada, de elevados juros reais por todo o período (à exceção de 1993) e, em parte considerável dele (1991 até o primeiro semestre de 1994), uma também considerável correção monetária, os fatores derivados têm importância considerável no montante final da dívida; em especial pelo fato de que sobre eles incidem os mesmos encargos de forma cumulativa.

As medidas dos resultados das contas públicas e das principais contas externas

O nosso propósito agora é analisar os efeitos dos fatores examinados acima na determinação do déficit público e da DMP, no período 1991-97. Como em 1991, afortunadamente, a dívida atingiu um volume muito baixo e o saldo externo (medido como

saldo líquido de divisas) foi ligeiramente negativo (11), esse ano se apresenta como excelente referência inicial para análise.

A partir do início da década de 80' os saldos das contas públicas passaram a ser medidos pelo conceito de "Necessidade de Financiamento do Setor Público" (NFSP), que apresenta os saldos das contas por esfera de governo e estatais e através de três diferentes resultados: o primário (soma a receita menos a despesa não-financeira), o operacional (soma do resultado primário com os juros reais pagos), e o nominal (que inclui além dos juros reais a correção monetária).

Ao contrário da medida tradicional de resultado das contas públicas, feita através do fluxo de caixa do Tesouro (entrada e saída de dinheiro), a NFSP mede os saldos de financiamento concedidos ao setor público pelas instituições financeiras e o público. Dessa forma se calcula primeiro o valor nominal, para depois se calcular, por exclusão, os resultados operacionais e primário. Como se vê os saldos nominais e operacional não implicam em saída ou entrada líquida em dinheiro, pois os pagamentos dos encargos da dívida (juros reais e correção monetária), por exemplo, podem ser feitos mediante a emissão de mais dívida, seja pela capitalização nos contratos, seja pela emissão de mais títulos na dívida mobiliária.

Com isso fica clara a diferença entre um resultado primário, realizado obrigatoriamente em moeda, e os outros dois resultados que podem ser realizados com o aumento do saldo devedor de empréstimos do setor público. (12)

O comportamento das contas públicas, segundo o conceito NFSP, no período 1991-97, pode ser visto na [Tabela 2].

Como estamos interessados em pesquisar os efeitos, primeiramente, das

causas primárias da dívida, interessa-nos usar como referência os resultados primários das contas públicas, realizados em moeda. Ainda mais porque usando os resultados operacional ou nominal estaríamos incluindo o próprio serviço da dívida, caindo em uma referência circular. Os efeitos dos encargos na dívida serão analisados, também, e separadamente, quando avaliarmos o seu crescimento autônomo. (13)

Nas contas externas estamos interessados no movimento líquido de divisas (a entrada e a saída de moedas estrangeiras em um período, anulam seus efeitos monetários internos). O valor líquido será obtido através dos saldos da Conta Corrente (balança comercial e de serviços) e da conta de Capital (empréstimos e investimentos), que abrangem a totalidade desse movimento.

Os empréstimos de assistência de liquidez do Banco Central ao sistema financeiro são representados de acordo com os fluxos acumulados a cada ano.

Os dados relativos a essas variáveis constam da [Tabela 1]. Para relativizar os valores e evitar as distorções monetárias advindas da vigência de diversas moedas e da violenta inflação registrada em parte do período, adotamos como unidade de medida o PIB (Produto Interno Bruto) de cada ano. Os dados foram convertidos em percentuais do PIB a partir de seus valores em moeda corrente (em reais ou em dólares).

Comportamento da Dívida pública em relação aos fatores primários e derivados

Analisaremos a seguir a correlação das diversas variáveis com o comportamento dos saldos da DMP. O saldo da dívida em 1997 duplicou, em percentagem do PIB, frente ao saldo de 1989, até ali, o maior da história, e mais que quadruplicou em dólares correntes.

Como se pode observar no [Gráfico 1],

os resultados primários das contas públicas acumulados no período tiveram comportamento inverso à evolução da DMP, enquanto o saldo líquido de divisas teve comportamento bastante similar, embora com um grande hiato entre os respectivos volumes.

O período se divide em duas fases bem distintas. De 1991 a 1994 (início da abertura e desregulamentação e implantação do Plano Real), que chamaremos de primeira fase, o país apresenta crescentes superávits primários nas contas públicas, equilíbrio na conta corrente externa e a volta das entradas de capital externo. Nessa fase a Dívida pública foi crescendo, acompanhando claramente a entrada líquida de divisas, exceto em 1994, quando o aumento do superávit primário e a queda relativa da entrada de dólares foi mais do que compensado pela subida dos juros reais e pela forte assistência de liquidez do Banco Central, ocorrida no último trimestre daquele ano. Comparando os fluxos líquidos dessas várias variáveis com o comportamento da DMP, o coeficiente de correlação chega ao expressivo valor de 0,9766 (14) [ver Tabela 4 e Gráfico 2], corroborando fortemente nossa hipótese.

Na segunda fase, 1995-97 (Plano Real após a crise do México), a situação muda radicalmente: os resultados primários e o saldo em conta corrente entram em queda acentuada, transformando-se o último em forte déficit. O saldo primário do setor público apresentou equilíbrio nos dois primeiros anos e um pequeno déficit em 1997, com os superávits federais compensando os déficits estaduais e municipais. Já a conta corrente apresentou, de forma brusca, déficits significativos e crescentes; o saldo negativo do terceiro ano (em valores percentuais do PIB) quase duplicou frente ao do primeiro [Tabela 1]. Quanto ao saldo líquido de divisas, embora o movimento de capitais, no

acumulado, tenha sido crescente, os déficits de conta corrente fizeram com que seu valor, após subir em relação à primeira fase, se mantivesse estagnado, começando a declinar em 1997. O saldo negativo da entrada líquida de divisas em 1997 já mostrava a crescente dificuldade de financiamento externo e o esgotamento da estratégia do Plano Real de abertura externa e desregulamentação.

Nessa segunda fase, o movimento das duas causas primárias (superávit primário e entrada líquida de divisas) praticamente se anularam [ver Gráfico 1], mas a dívida continuou crescendo com aceleração uniforme. A causa desse 'descolamento' pode ser atribuída aos volumosos empréstimos de assistência de liquidez do Banco Central, registrados a partir do final de 1995, e pelo crescimento autônomo decorrente de juros, em valores absolutos e relativos, cada vez mais significativos. Essas duas últimas causas que já tinham aparecido no exercício de 1994, foram mais significativas na segunda fase. Enquanto a assistência de liquidez aumentou em 50%, frente à primeira fase, o acumulado dos juros reais duplicou. A Dívida pública passou a ter um componente de crescimento autônomo cada vez mais acentuado.

A soma dos fluxos líquidos de todas os fatores considerados, primários e derivados, quando comparada com a DPM, nessa segunda fase, mostra o impressionante coeficiente de correlação de 0,9978 [Tabela 4 e Gráfico 2].

Subtraindo-se o estoque da dívida em dezembro de 1990 (igual a 3% do PIB) obteremos a mesma curva do [Gráfico 2], mas com uma significativa diminuição do hiato em relação à DMP [Gráfico 3].

Conclusões

Como fica demonstrado, os gastos não-financeiros dos governos pouco

TABELA 4
Coefficientes de correlação de diversos fluxos com a
Dívida Mobiliária Pública - DMP

	Coeficiente de correlação* em relação à DMP		
	Período 1991-97	1ª fase 1991-94	2ª fase 1995-97
Saldo Primário (acumulado)	-0,8319	-0,9036	0,8557
Juros reais (acumulado)	0,9844	0,9589	0,9973
Assistência de liquidez do Bacen (acumulado)	0,9653	0,8024	0,9748
Saldo mov. Capitais + Capitais curto prazo (acumulado)	0,9838	0,9502	0,9999
Saldo Transações Correntes (acumulado)	-0,8417	0,7491	-0,9842
Entrada líquida de divisas (acumulado)	0,9093	0,9752	0,1336
Entrada líquida de divisas + juros reais (acumulado)	0,9770	0,9717	0,9930
Saldo dos fluxos líquidos** (acumulado)	0,9883	0,9766	0,9978
DMP (saldo final de cada ano)	1,0000	1,0000	1,0000

* Coeficiente de correlação mede a semelhança de comportamento ou dependência entre variáveis; seu valor varia entre +1 e -1, sendo 1 o valor de coincidência máxima e zero a maior dispersão; o sinal indica se a relação é direta (+) ou inversamente (-) proporcional.

** Soma líquida de saldo primário + juros reais + assistência de liquidez do Bacen + entrada de divisas.

influíram no déficit fiscal, tendo seu saldo acumulado no período servido de grande freio à expansão da dívida pública. Os dois principais fatores de seu crescimento, a entrada líquida de divisas e as altas taxas de juros, estão intimamente relacionados. Essas taxas, longe de significarem o descontrole do gasto público, significam o esforço da política do Governo de atrair capitais monetários na baldada tentativa de com isso financiar o crescimento pela via da abertura comercial. A maior parte do capital que para aqui migrou veio atraído pela valorização financeira e dela não pode se desligar.

O crescimento da dívida pública e o déficit público nominal refletem os custos de manutenção, por parte do Governo Fernando Henrique, de uma estratégia de financiamento externo já ultrapassada quando da eclosão da crise do México e agora posta em cheque. A inadequação dessa estratégia está no fato de não ser possível financiar as contas externas, em longo prazo, com capitais de curto prazo. Esse custo equivale à manutenção de internação de divisas sem a equivalente e proporcional contrapartida de acumulação produtiva, que faz com que a remuneração final desses capitais monetários venha a ser feita diretamente pelo Estado. A

princípio esse custo foi pago com a emissão de mais títulos públicos e pela transferência de ativos estatais; mas, agora, os capitais monetários credores precisam de garantias fiscais para o rendimento de seus títulos, para que eles não sofram perda de valor. Exigem superávits primários e a aceleração da privatização do estoque de ativos estatais remanescentes. Superávit primário que será oriundo, necessariamente, de uma combinação de cortes em despesas não-financeiras e do aumento da renda tributária.

Nesse contexto, exigem também que o Estado brasileiro assuma o compromisso, com as instituições internacionais multilaterais, de adotar uma política econômica que privilegie o pagamento dos credores externos, a ser monitorada pelo FMI.

Uma solução alternativa, a ser defendida neste momento pelas forças que se opõem, no Brasil, à política da hegemonia da financeirização, à estagnação econômica e à exclusão social, deve ir no sentido oposto.

Devemos advogar uma solução que desvalorize o capital monetário, promovendo um drástico deságio na DMP, mediante uma significativa redução das taxas de juros e alongamento dos prazos (negociado ou

não), reduzindo seus encargos à capacidade fiscal do Estado. Desse modo poderá se preservar – e aumentar – os níveis do investimento público e privado. Em consequência, o déficit em conta corrente deve ter como solução sua adequação à nova capacidade de financiamento externo – decorrente da conjuntura internacional de crise financeira – o que só pode ser conseguido mediante a adoção de uma moratória da dívida externa, um rígido disciplinamento do movimento de capitais, centralização do câmbio e pela consecução de um razoável superávit na balança comercial. 

Lecio Moraes é economista. Este artigo foi escrito originalmente como uma nota à bancada de deputados federais do Partido Comunista do Brasil, para fundamentar uma discussão sobre o ajuste fiscal, defendido pelo Governo Fernando Henrique, o FMI e outras agências governamentais como solução para a crise financeira e cambial do Brasil em setembro/outubro de 1998. Minha gratidão a Marilda Soares, amiga de sempre, pelo paciente trabalho de revisão e a Náilda N. Bandeira, pelo inestimável apoio de pesquisa.

Notas

(1) Usaremos 'déficit das contas públicas', 'déficit público' ou 'déficit', para nos referirmos ao resultado nominal das contas do setor público, governo federal, Estados, Municípios e estatais, segundo o conceito de Necessidade de Financiamento do Setor Público – NFSP. Resultado fiscal se refere ao setor público, exceto as estatais.

DMP é a dívida em títulos negociáveis emitida pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central (DMPF), e pelos Tesouros dos Estados e dos Municípios. Os valores referidos são relativos ao montante em poder do mercado: os títulos federais fora do Banco Central, e os títulos estaduais e municipais em circulação. A DMPF forma a parte mais importante da DMP, representando, em média no período 1991-97, 73% do total. Usaremos 'dívida pública', 'dívida' ou 'dívida mobiliária' como sinônimo de DMP; para o conjunto da dívida pública, que inclui também a dívida

contratual (contratos com instituições financeiras e fornecedores do Estado) e outros passivos, usaremos 'dívida pública total'.

(2) Arbitragem: modalidade de atuação financeira que permite ganhos através das diferenças entre taxas de juros em mercados diferentes.

(3) Belluzzo, L. G. Dinheiro e as Transfigurações da Riqueza, em: *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*, M.C. Tavares e J.L. Fiori, (organizadores). Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

(4) Isto não significa que o capital monetário crie valor; seus ganhos (juros) advêm da repartição da massa de mais-valia com o capital industrial e o capital comercial. Marx (que o denomina capital-dinheiro) atribui a essa forma de capital a forma geral $D - D'$ (*O Capital*, Livro 3, Cap. XXI a XXIV).

(5) Nesse caso, o multiplicador do endividamento equivaleria ao de um empréstimo bancário privado, mas com a propensão a poupar igual a zero.

(6) De modo geral a emissão de títulos de crédito (privados) pelas instituições financeiras tem como contrapartida a manutenção de ativos em títulos públicos.

(7) Braga, J. C. Financeirização Global, em: *Poder e Dinheiro*, citado.

(8) Hirst, P. e Thompson, G. *Globalização em Questão*. Petrópolis-

RJ: Editora Vozes. 1998. Pág. 68-seg. Chesnais, F. *A Mundialização do Capital*. Ed. Xamã, 1996. Pág. 299.

Baeza, A. V. La productividad del trabajo al encuentro de la teoría marxista, em: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* nº 2. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1998. Pág. 37.

(9) Embora déficits públicos causados por excesso de gastos não-financeiros possam aumentar a dívida pública, esta não é a causa principal nem a razão de sua existência. Como mostramos, na circunstância histórica dada, a função principal da dívida está no sancionamento da acumulação financeira e não no financiamento de despesa pública não-financeira.

(10) A rigor, além desses fatores primários principais e dos fatores derivados (juros reais e correção monetária, citados adiante), outros fatores de pequena monta ou eventuais também são fontes da Dívida – como a securitização de dívidas contratuais ou de outros passivos estatais. Porém pelo seu caráter eventual, seu pequeno valor ou pela difícil mensuração, mas principalmente por não determinarem o comportamento da Dívida, esses outros fatores serão desconsiderados pela análise.

(11) O volume baixo da dívida em 1991 deve-se à violenta contração de liquidez realizada pelo Governo Collor, em seu início, em março de 1990, que desvalorizou drasticamente

os títulos da volumosa dívida (que caiu de 15,4%, em 1989, para apenas 3% do PIB em 1990) herdada da década de 80. A forte recessão do período 1990-91 aliada à pressão da banca internacional pela efetiva renegociação da dívida externa (esta herdada da década de 70), determinou o saldo negativo no movimento de capitais nesse período.

(12) Graças a essa diferença de medidas é que é possível, e comum, que em um mesmo período o resultado de caixa do Tesouro seja superavitário enquanto o resultado nominal ou operacional seja deficitário.

(13) No caso, examinaremos apenas os efeitos dos juros reais; como usaremos os valores expressos em porcentagem do PIB a preços correntes, eliminamos a maior parte do efeito da correção monetária, desprezando-a como variável; embora o seu efeito cumulativo seja importante e não tenha sido eliminado; por ser de difícil medição e não alterar os resultados de nossa análise, optamos por considerá-lo junto aos demais fatores determinantes não-mensuráveis.

(14) O coeficiente de correlação mede a semelhança de comportamento ou dependência entre variáveis; seu valor varia entre +1 e -1, sendo 1 o valor de coincidência máxima e zero a maior dispersão; o sinal indica se a relação é direta (+) ou inversamente (-) proporcional.

Entendendo a solução do Governo e das agências internacionais

A solução que vem sendo defendida pelo Governo e pelas agências governamentais e multilaterais (Tesouro americano, G-7, FMI, BIRD, etc) – embora com algumas diferenças importantes – busca atender a dois objetivos precípuos: minimizar a desvalorização de capitais e garantir sua liberdade de movimento, ou, em outras palavras, a possibilidade de seu resgate em divisas fortes.

O primeiro objetivo, a manutenção do valor do capital (em todas as suas formas) em nossa economia está vinculada: a) ao valor dos títulos públicos, em especial aos federais, devido à sua função de principal

sancionador da acumulação financeira; b) a manutenção da taxa cambial. Por esse motivo a solução almejada pelo Governo e pelas agências contempla a manutenção de altas taxas de juros, repúdio a qualquer iniciativa unilateral de reescalonamento dos prazos de vencimento, e a viabilização do pagamento dos seus encargos com recursos fiscais. Busca-se compensar, momentaneamente, o risco de inadimplência da dívida, mantendo o seu valor e tentando deter o seu crescimento em 'bola de neve'. Em especial, essa solução exige superávits primários e privatização de ativos estatais que garantam a monetização dos rendimentos,

sem risco de desvalorizar a moeda (a emissão de moeda para liquidação de encargos seria compensada pela destruição de moeda causada pelos superávits primários), significando a mudança da composição do gasto público, aumentando nele a participação das rendas de capital. A estabilidade da taxa de câmbio é necessária para preservar aos capitais que saírem ou aos seus rendimentos, perdas na conversão; no entanto, é possível conciliar uma desvalorização forte ou brusca, indesejada pelos credores, desde que seja monitorada e que haja seguro cambial (*hedge*) suficiente para os devedores internos e investidores, como comentaremos adiante.

O segundo objetivo, a liberdade de movimento dos capitais, pode ser viabilizado: a) pelo direcionamento da economia para um esforço de aquisição de divisas, por meio de superávits comerciais; b) pelo rebaixamento do nível da produção para o consumo interno. Enquanto a primeira estratégia garantirá as divisas necessárias à liquidação externa das rendas e do principal dos capitais (juros, amortização, remessa de lucros, repatriamento de investimento, etc), a segunda libera a maior quantidade possível de capital na forma monetária, retirando-o da produção ou desincentivando sua acumulação produtiva. Foi o que aconteceu na década de 80 após a crise de 1982; naqueles anos, o país cresceu pouco (exceto no experimento heterodoxo do Plano Cruzado), mais de 107 bilhões de dólares líquidos saíram do país para saldar o serviço da dívida e dos investimentos (1) e uma quantidade expressiva de capital de brasileiros e residentes (estimada em 60 bilhões de dólares) abandonou o país, ilegalmente. (2)

É evidente que essas soluções esbarram nos limites políticos e sociais da possibilidade de contração e de transferência de riqueza. Além disso, essas estratégias, longe de serem coerentes, são muitas vezes contra-

ditórias entre si. Por isso os resultados são sempre incertos e é preciso estabelecer prioridades para as perdas.

Mesmo que haja um sucesso relativo e ocorra uma grande transferência das perdas para os assalariados, outros trabalhadores e para as pequenas empresas, é impossível mesmo assim, uma vez desencadeada a crise, não haver desvalorizações significativas dos capitais. Assim, no enfrentamento da crise, a tendência predominante entre as autoridades governamentais ou financeiras, tanto nacionais como internacionais, é privilegiar a proteção dos valores financeiros bancários, que formam o coração do sistema, onde se comanda o processo fundamental da acumulação. Essa prioridade, embora possa sacrificar parte do capital produtivo, protege o sistema de um risco letal. Daí advém a prioridade para esquemas financeiros internacionais de sustentação, que minimizem os riscos de pânico de realização, e a adoção de medidas recessionistas internas que liberem a maior quantidade de capital possível sob formas transferíveis para o exterior.

Uma das contradições mais evidentes dessas estratégias é que a política recessionista implica tanto em perdas comerciais para os países centrais, como em perdas de recebíveis financeiros decorrentes da insolvência de empresas. Na tentativa de minimizar essa última consequência, uma das exigências das agências e dos credores internacionais sempre é a estatização da dívida externa ou, pelo menos, de seu risco cambial, como também aconteceu na crise de 1982. Naquele ano o governo brasileiro se responsabilizou, inicialmente, pelo risco cambial de toda a dívida externa até então tomada; depois, em dezembro de 1982, pelo aval de toda a dívida afeta ao setor público; e, por fim, quando do primeiro acordo com os bancos internacionais de reestruturação da dívida, em fevereiro de 1983, o governo aceitou o papel de 'primeiro devedor', e não só de avalista,

para todos os empréstimos que ingressariam, relativos ao chamado Projeto 1 (dinheiro novo), tanto para o setor público como para o setor privado.

(3) Atualmente grande parte da dívida externa também já foi estatizada pela assunção, por parte do Banco Central, do risco cambial, através da troca maciça de títulos públicos por outros com correção cambial ou denominados em dólar (4), proporcionando um seguro cambial barato para os grandes investidores ou devedores.

Com as vantagens a curto prazo que teria o saldo do comércio externo brasileiro com uma desvalorização significativa do real, e com a maior parte dos investidores e devedores internos com proteção cambial, não é de surpreender que o FMI esteja tentando incluir a obrigatoriedade de uma desvalorização da moeda no acordo do 'programa de estabilização'. Embora afastada em um primeiro momento, a sua adoção em um futuro próximo não está descartada; tudo dependerá do desempenho da balança comercial, do sucesso da consecução de superávits comerciais nos próximos meses. (L.M.)

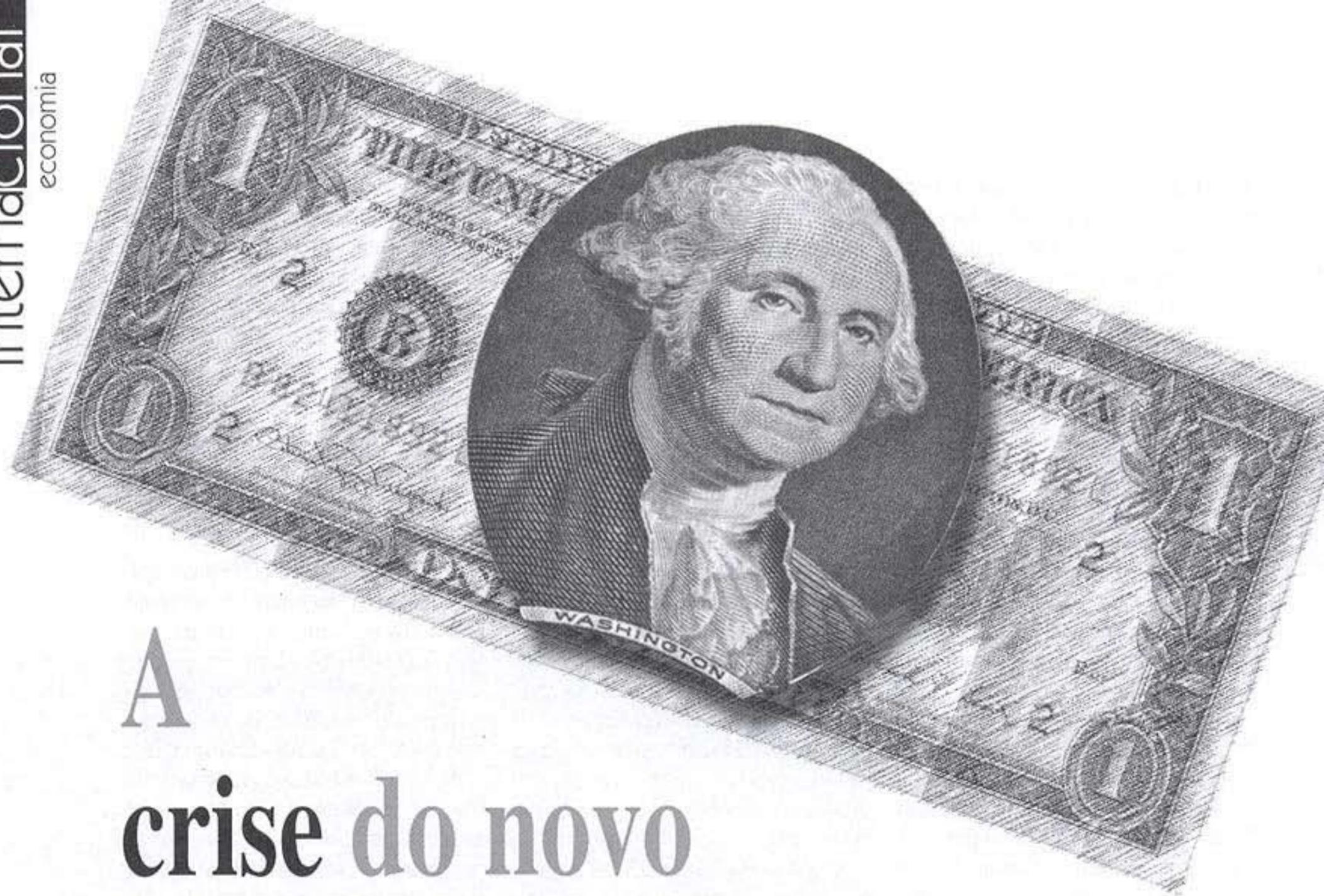
Notas

(1) Saldo líquido, no período 1982-90, dos investimentos, empréstimos, financiamentos, outros capitais, pagamentos de amortizações e de juros e remessas de outros rendimentos de capitais. Banco Central. *Boletim do Bacen*, diversos números. Brasília.

(2) Entretanto, a dívida externa que era de US\$ 61,4 bilhões ao final de 1981, ainda montava em 1990 a US\$ 96,5 bilhões.

(3) Biasoto Jr., Geraldo. *Dívida Externa e déficit público*. Brasília: IPEA, 1992. Pág. 122.

(4) Em junho/98 o volume de títulos da DPMF com correção cambial atingia US\$ 42,4 bilhões; nos últimos meses esse valor vem crescendo significativamente. Banco Central. *Boletim do Bacen*. Brasília: agosto de 1998.



A crise do novo endividamento e a velha dependência

LUIS FERNANDES

O capitalismo de Breton Woods era liberal na esfera comercial e intervencionista na esfera financeira; hoje, nos países ricos, ele tem perfil oposto: é liberal na esfera financeira e intervencionista na comercial

Às vésperas da passagem para o século XXI, os países em desenvolvimento (rebatizados como ‘emergentes’) são novamente atingidos em cheio por grave crise financeira. Ao contrário da crise da dívida externa do início dos anos ’80, cujo epicentro estava localizado na América Latina, os tremores atuais se irradiam, a mais de ano, da Ásia. Seus abalos logo fizeram tremer os alicerces da Rússia (recém-convertida ao capitalismo liberal) e voltam a sacudir, agora, praias latino-americanas. Para além da sua sanha destrutiva comum, a crise atual guarda importantes diferenças com a que inaugurou a chamada ‘década perdida’ no nosso continente: sua forma e sua dinâmica são fortemente marcadas por aquelas transformações recentes do capitalismo normalmente agrupadas sob a rubrica da ‘globalização financeira’. Para compreender a crise atual e suas conseqüências, portanto, devemos analisar, em primeiro lugar, as mudanças processadas na economia política internacional do capitalismo no último quarto de século, com destaque para a liberalização/desregulação financeira.

O sistema de Bretton Woods e os controles de capitais

A evolução da economia capitalista mundial no pós-guerra foi marcada pelos acordos e instituições estabelecidos no Acordo de Bretton Woods, de 1944. Para viabilizar uma integração global com base nos princípios do livre comércio, o dólar norte-americano foi transformado em moeda padrão para o comércio internacional, mantendo-se uma taxa

fixa para sua conversão em ouro (35 dólares a onça). Simultaneamente, os países membros foram encorajados a montar e/ou a preservar rígidos controles sobre os fluxos de capitais (sobretudo os de curto prazo), de forma a preservar a autonomia das suas políticas macroeconômicas. Procurava-se, assim, resguardar e consolidar as variadas práticas e estruturas de intervenção estatal doméstica erguidas em resposta ao

colapso da “civilização liberal” no mundo, sobretudo a partir do *Crack* de 1929 e da Grande Depressão que se lhe seguiu. O Fundo Monetário Internacional (FMI) foi montado para supervisionar a operação do novo sistema monetário e prestar assistência aos países que enfrentassem problemas na sua balança de pagamentos. O Banco Mundial (BIRD) assumiu a responsabilidade pelo financiamento dos esforços de reconstrução do pós-guerra (e, mais tarde, dos de desenvolvimento). Paralelamente, sucessivas rodadas de negociação realizadas no âmbito do GATT procuraram estabelecer e consolidar um novo regime liberal de comércio internacional. O desenho definido em Bretton Woods, assim, era *liberal* na esfera comercial, mas *regulatório/intervencionista* (isto é, não-liberal) na esfera financeira.

As práticas e instituições definidas em Bretton Woods articularam uma fase excepcional de crescimento da economia capitalista mundial durante as quase três décadas a que Eric Hobsbawm chamou de “os anos dourados” do capitalismo (1) (a bem da verdade, cabe registrar que os países socialistas sustentavam, no período, ritmos ainda mais elevados de crescimento). O sistema de Bretton Woods se assentava sobre a hegemonia formal e explícita dos Estados Unidos, muito mais formal e explícita, por sinal, do que a que havia sido exercida pela própria Inglaterra no auge da civilização liberal do século XIX. Cabia aos EUA preservar a estabilidade do sistema monetário internacional. Sua moeda nacional se transformou no meio de troca, na unidade de conta e na reserva de valor básicos para toda a economia capitalista. Se, por um lado, isto permitia ao governo norte-americano

sustentar artificialmente seguidos défices fiscais via a 'venda' de dólares ao exterior, por outro, a responsabilidade pela estabilidade sistêmica também tolhia a autonomia de sua ação econômica. Tal situação foi tolerada inicialmente pelos Estados Unidos, em função do contexto mais geral de confronto com o socialismo na Guerra Fria. Mas a emergência de novas potências dinâmicas concorrentes (sobretudo o Japão e a Alemanha) nos marcos do desenvolvimento desigual do próprio capitalismo logo fez as autoridades norte-americanas mudar de posição. Estas cancelaram unilateralmente, em 1971, os compromissos previamente assumidos em relação à conversibilidade do dólar em ouro. Para todos os efeitos, tal decisão determinou o fim do regime monetário fixado em Bretton Woods.

A liberalização financeira e o neoprotecionismo comercial

As transformações da chamada 'globalização financeira' foram deflagradas na seqüência deste colapso do regime monetário de Bretton Woods. Na esfera monetária, o padrão dólar-ouro foi substituído por variados arranjos de taxas flutuantes que acabaram conformando três áreas

especulativos, ao mesmo tempo em que aprofundou o seu entrelaçamento com os demais mercados de capitais. Na esfera financeira, a maior parte do mundo capitalista encaminhou-se para a liberalização dos fluxos de capital, via a eliminação ou progressiva restrição dos controles centralizados constituídos no período anterior. O protagonismo político dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha foi absolutamente crucial neste processo, sobretudo após a eleição de Reagan e Margareth Thatcher. Enquanto isso, na esfera comercial, a evolução mundial (pelo menos nos países centrais) foi marcada pelo recrudescimento de práticas protecionistas, seja via a adoção de legislação específica de retaliação comercial unilateral (como a Seção 301 do *Trade Act* adotada pelos Estados Unidos em 1988), via o incremento de barreiras não-tarifárias ou via a formação de blocos econômicos. Em suma, o capitalismo foi assumindo, nos seus centros dominantes, um perfil oposto ao que havia sido desenhado originalmente em Bretton Woods: se tornou *crecientemente* liberal na esfera financeira e *intervencionista/protecionista* na esfera comercial.

As origens mais remotas do processo

internacionais. Para tal, certos bancos foram autorizados a operar em dólar, sem estarem submetidos ao controle das autoridades monetárias britânicas ou às regulações do seu sistema financeiro. A escala destas operações aumentou enormemente nos anos '50 e '60 com os depósitos em dólar feitos por empresas multinacionais norte-americanas que passaram a investir e operar na Europa. Estes depósitos foram incentivados ativamente pelo próprio governo dos Estados Unidos, que vislumbrou no mercado do eurodólar um canal adicional para o financiamento, via a 'venda' da sua moeda nacional, dos seus défices emergentes. (2) No bojo deste processo, outras moedas tornadas conversíveis se juntaram ao dólar no mercado, transformando-o em um mercado mais amplo de eurodivisas. Suas operações também se expandiram geograficamente, passando a integrar mercados semelhantes em outros centros financeiros (como Toronto, Amsterdã, Frankfurt, Milão, Paris, Zurique, Hong Kong, Singapura, as Bahamas, Ilhas Caimã, etc). (3)

O grande salto nas operações do mercado de eurodivisas, no entanto, se deu mais tarde, com a reciclagem dos gigantescos lucros obtidos pelos países produtores de petróleo após as seguidas elevações do preço do produto no mercado mundial nos anos 70. O excesso de liquidez que se formou no mercado de eurodivisas nesse período transformou os bancos comerciais que lá operavam em fonte principal do financiamento dos países em desenvolvimento (sobretudo, latino-americanos), mediante a oferta de condições de empréstimo (aparentemente) muito vantajosas. Quando o governo Reagan optou unilateralmente pela brusca valorização do dólar e pela elevação brutal das suas

Após 1971, o padrão dólar-ouro foi substituído por variados arranjos financeiros de taxas flutuantes

monetárias dominantes no mundo capitalista: as do dólar norte-americano, do marco alemão e do iene japonês. A alta volatilidade resultante desta flutuação transformou os mercados monetários internacionais em alvo privilegiado de ataques

de desregulação financeira remetem à formação do chamado mercado de eurodólares em Londres no imediato pós-guerra. Esse mercado foi constituído por iniciativa do governo inglês que procurava recuperar a *City* como centro dominante das finanças

taxas de juros no início dos anos '80, essas condições não apenas se evaporaram como se transformaram em uma gigantesca armadilha para os países em desenvolvimento. A crise da dívida externa não tardou em se transformar em uma grave crise de desenvolvimento, evidenciada na chamada 'década perdida' da América Latina. No bojo desta primeira crise de endividamento, um novo papel foi definido para o FMI, instituição que havia perdido sua funcionalidade original com o colapso do regime monetário de Bretton Woods. O Fundo assumiu a responsabilidade pela imposição (via as condicionalidades associadas à liberação de novos empréstimo) de ajustes internos aos países endividados, para garantir a normalização dos pagamentos devidos por estes aos bancos credores.

A reconfiguração dos mercados internacionais de capitais

Os processos iniciais de 'globalização financeira' estiveram, assim, no coração da crise geral de endividamento que se abateu sobre os países em desenvolvimento no início dos anos '80. Mas esta, ainda não envolvia, fundamentalmente, operações regulares de empréstimo conduzidas por instituições financeiras tradicionais (os bancos comerciais), ainda que a partir de mercados especiais desregulados. À medida que a maré liberalizante foi transbordando para o próprio marco nacional dos países capitalistas centrais (via a restrição ou eliminação dos controles sobre fluxos de capital e o progressivo enfraquecimento da regulação do sistema financeiro doméstico), o perfil das operações e a composição estrutural dos mercados de capitais se alteraram significativamente.

Os dois desenvolvimentos cruciais nesta reconfiguração foram os processos de *securitização* e de criação de novos instrumentos financeiros. O primeiro processo (o da *securitização*) refere-se à expansão de práticas e técnicas de financiamento via emissão de títulos (públicos ou privados), em detrimento das operações tradicionais de empréstimo bancário. O interessante é que os próprios bancos comerciais desempenharam papel decisivo na difusão dessas novas práticas, ao buscar reduzir os riscos das suas operações de empréstimo nos novos mercados desregulados via a venda de carteiras de investimento compostas por títulos e obrigações das dívidas oriundas das suas operações de empréstimo. Tanto os governos quanto as empresas privadas, no entanto, logo perceberam que poderiam operar a *securitização* diretamente nos mercados de capitais, prescindindo da intermediação bancária. O lançamento maciço de títulos do Tesouro dos países centrais nesses mercados se tornou, de fato, a espinha dorsal da escalada da *securitização*. O segundo processo acima referido (o da criação de novos instrumentos financeiros) também foi presidido pela busca de mecanismos de proteção das aplicações face à crescente instabilidade e volatilidade dos mercados financeiros e monetários mundiais após o colapso do Sistema de Bretton Woods. O destaque, aqui, foi a proliferação de variados mercados de futuros e opções, sobretudo os de derivativos de moedas e taxas de juros.

Os processos de reconfiguração que acabamos de ver alimentaram uma impressionante intensificação dos fluxos de capitais nos mercados que compõem o sistema financeiro internacional. Segundo dados do BIS, o volume de negócios fechados

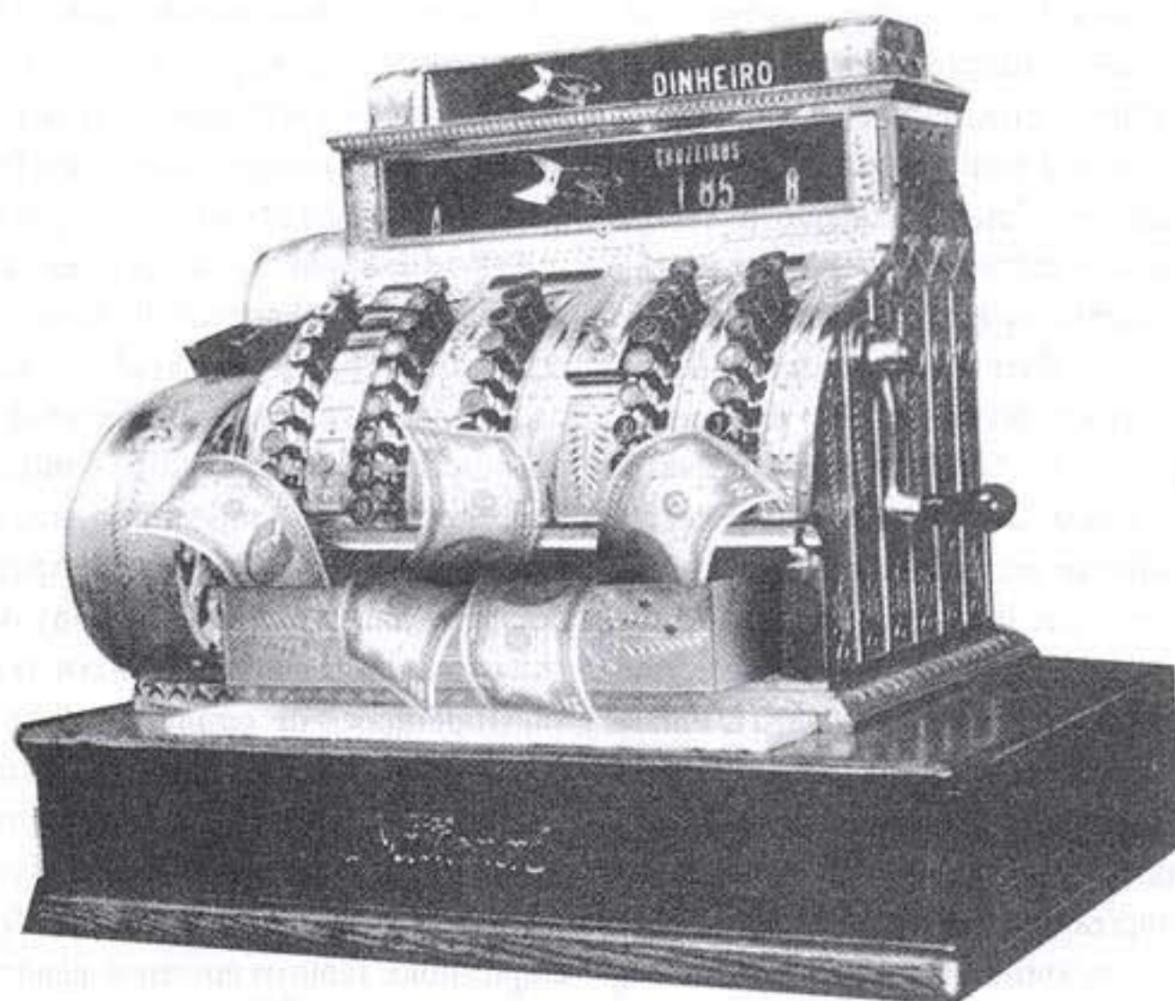
diariamente nos mercados internacionais de moeda pulou de uma média de US\$ 18 bilhões no início dos anos '70 para US\$ 1,2 trilhões em 1995. (4) Calcula-se que não mais de 10% dessas transações estão efetivamente relacionadas a operações de comércio ou investimento (cuja viabilização constitui a própria 'razão de ser' dos mercados monetários). (5) No que concerne os mercados internacionais de derivativos, o valor dos *swaps* de taxa de juros e moedas aumentou de US\$ 560 milhões em 1987 para US\$ 7 trilhões em 1995. (6) Já o valor das operações transfronteiras de ações e obrigações (isto é, as compras e vendas de títulos entre residentes e não-residentes) subiu de um patamar equivalente a 9% do PIB norte-americano e 7% do PIB alemão, em 1980, para 151% e 197%, respectivamente, em 1996 (não há dados disponíveis sobre essa proporção no Japão em 1980, mas de 1984 a 1996 ela passou de 25% para 83%). (7) No âmbito dessa extraordinária expansão dos fluxos internacionais de capitais, as instituições bancárias tradicionais vêm perdendo seguidamente terreno para novos e poderosos agentes que operam as inovações dos mercados financeiros, como os fundos de pensão, os fundos mútuos de investimento e as seguradoras, além das próprias direções financeiras das grandes empresas industriais.

A determinação política da globalização financeira

As análises predominantes na mídia sobre estes processos de globalização financeira tendem a enfatizar sua dimensão tecnológica, de forma a afirmar seu caráter irreversível e desqualificar os que insistem em posições de crítica e/ou resistência. Não

há dúvidas que desenvolvimentos tecnológicos (sobretudo na área da telemática) contribuíram decisivamente para a expansão dos fluxos financeiros internacionais, via a drástica intensificação do escopo, velocidade e complexidade das operações. Mas a reconstituição dos momentos-chave desse processo, conforme a resumida narrativa histórica aqui desenvolvida, revela que a dimensão tecnológica não foi determinante. De fato, a integração global dos mercados de eurodivisas (desenvolvimento precursor da 'globalização financeira', como vimos) foi efetuada, até os anos '80, com base em operações conduzidas via telefone e telex (isto é, desenvolvimentos tecnológicos da segunda metade do século passado!). Foi, na verdade, a decisão política de estados chaves do sistema internacional – com destaque absoluto para os Estados Unidos –, em forçar a liberalização e desregulação do sistema financeiros internacional o que determinou o grau de integração global hoje alcançado no seu interior.

Para o Estado norte-americano, trata-se de um movimento (vitorioso) de reconfiguração e relançamento do seu poder hegemônico no mundo, via exploração unilateral das posições de força que sua moeda ocupa nos mercados internacionais de capitais. Afinal, por mais que a integração financeira internacional tenha avançado após o colapso do Sistema de Bretton Woods, as relações entre as três áreas monetárias dominantes (e os blocos ou pólos econômicos que as sustentam) estão muito longe de serem simétricas. O dólar permanece como a principal moeda de reserva, transação, denominação e intervenção no mundo – 86% das operações nos mercados internacionais de capitais continuam referidos à moeda norte-americana. (8) Quase dois terços das reservas



internacionais mundiais ainda são mantidas em dólar. (9) Como a emissão deste continua sendo monopólio do Estado norte-americano, o mesmo continua a deter amplos poderes de intervenção sobre a operação dos mercados internacionais de capitais (ao contrário do que apregoam os arautos do "fim do Estado-nação"). (10) Ou seja, as políticas macroeconômicas adotadas pelos Estados Unidos continuam a produzir forte impacto sobre o restante do mundo, como foi gráfica e tragicamente revelado pela crise da dívida externa nos anos '80.

Os 'mercados emergentes' e o novo endividamento

E como ficam os países em desenvolvimento diante disso tudo? Com algum atraso – e intensidades variadas – a maior parte deles também foi tragada pela onda da liberalização financeira no decorrer da década de 80 (assim como o foram os antigos estados socialistas da Europa Central e do Leste na década

seguinte). Como já havia ocorrido nos países centrais, suas moedas nacionais se tornaram conversíveis nos mercados monetários internacionais e os controles centralizados sobre os fluxos de capitais foram reduzidos ou eliminados. Os novos mercados que se abriam para aplicações financeiras internacionais com base nestas medidas foram batizados de 'emergentes'. No Sudeste asiático, a liberalização financeira continuou convivendo com formas capitalistas domésticas marcadamente intervencionistas e protecionistas. Já na América Latina, ela veio acompanhada da acelerada abertura comercial, nos termos preconizados pelo chamado "Consenso de Washington". Conforme a nova ortodoxia liberal, a estabilidade monetária deveria e poderia ser preservada nos marcos da liberalização financeira e comercial, via uma política agressiva de atração de capitais nos mercados 'globalizados' para cobrir o déficit da balança de pagamentos (o que implica a manutenção prolongada de

taxas de juros elevadas e câmbio sobrevalorizado).

O que a experiência dos anos '90 revela – da crise mexicana de 1994/95 até a atual – é que este arranjo torna os países em desenvolvimento extremamente vulneráveis às ações especulativas dos novos agentes financeiros constituídos pelos processos de globalização. Isso é consequência da importância crescente assumida pelos investimentos de portfólio com horizontes de curtíssimo prazo ou pelas aplicações em títulos (públicos ou privados) com alta liquidez no mercado doméstico de capitais. Parte substantiva dos ativos monetários da reservas internacionais fica, assim, comprometida com aplicações de curtíssimo prazo e/ou especulativas. (11) Essa é a marca do novo endividamento gerado nos 'mercados emergentes' que se subordinam à lógica da liberalização financeira. Embora os mesmos fenômenos se registrem nos países centrais, sua vulnerabilidade é menor devido ao monopólio exercido pelos estados dominantes sobre a emissão das moedas que servem como referência básica para as operações nos mercados internacionais.

A prolongada crise financeira que vem se alastrando pelos mercados

emergentes tem por base, assim, uma nova crise de endividamento nas condições específicas geradas pelos processos de "globalização financeira". No bojo da crise o FMI se transforma, novamente, em um instrumento crucial de intervenção dos interesses norte-americanos, condicionando a aprovação e/ou liberação de recursos à continuidade ou aprofundamento das políticas de liberalização comercial, financeira e produtiva nos países que os recebem. A armadilha resultante dessa opção – que combina taxas elevadas de juros domésticos e cortes profundos nos gastos públicos – está transformando, uma vez mais, a crise do endividamento em crise de desenvolvimento. Só que, desta vez, ela parece ser bem mais geral do que a dos anos '80: já atinge grande parte da Ásia, bem como a Rússia e outros antigos países socialistas do Leste europeu, e parece se encaminhar aceleradamente, agora, para a América Latina. Em toda parte em que se instala a crise vem gerando grande turbulência política. Talvez resida aí, justamente, a esperança para a sua superação. Afinal, assim como a 'globalização financeira', a gestação de uma alternativa viável de desenvolvimento não-liberal no mundo

também depende da intervenção política.

Luis Fernandes é Professor do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio e do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense.

Notas:

- (1) E. Hobsbawm, *Era dos Extremos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, cap. 9.
- (2) E. Helleiner, *States and the Reemergence of Global Finance*, Nova York, Cornell University Press, 1994, p. 91.
- (3) J. Williamson, *The Open Economy and the World Economy*, Nova York, Basic Books.
- (4) Fundo Monetário Internacional, *World Economic Outlook – May 1997*, Washington, FMI, 1997, p. 64.
- (5) D. Felix, "Financial Globalization and the Tobin Tax", *Challenge*, vol. 38, 5/1/1995, p. 56.
- (6) R. Gonçalves *et alli*, *A Nova Economia Internacional*, Rio de Janeiro, Campus, 1998, p. 149.
- (7) Fundo Monetário Internacional, *op. cit.*, p. 60.
- (8) D. Felix, *op. cit.*, p. 56.
- (9) A. Walter, *World Power and World Money*, Hertfordshire, Harvester Wheatsheaf, 1991, p. 200.
- (10) Referência ao livro de K. Ohmae, *O Fim do Estado Nação*, Rio de Janeiro, Campus, 1996.
- (11) R. Gonçalves *et alli*, *op. cit.*, p. 160.

A S S I N E

Revista Sem Terra

Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

REVISTA SEM
TERRA

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.org.br

LEIA AS PUBLICAÇÕES DO MST

Envie seus dados (nome e endereço) juntamente com cheque nominal à ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA, Alameda Barão de Limeira, 1232, CEP 01202-002, São Paulo/SP ou deposite no Bradesco, agência 0136-8 conta 105510-0.

A crise do capital não está restrita à esfera financeira



UMBERTO MARTINS

A maior parte das economias do planeta em recessão, queda na taxa de lucros e bolsas de valores em declínio: qual é a natureza, dimensão e perspectivas da crise econômica mundial, uma das mais profundas do capitalismo?

Ainda no ano passado, durante os debates do 9º Congresso do PCdoB, a existência ou não de uma crise da economia capitalista era um tema que suscitava polêmica. Projeções excessivamente otimistas do FMI e Banco Mundial, divulgadas no auge de um ciclo de crescimento da economia norte-americana, alimentaram a idéia de que estava em curso um “relançamento” do sistema e não faltou quem falasse de retorno aos dourados anos do pós-guerra. Hoje, no final de um ano em que se comemora o sesquicentenário do *Manifesto Comunista*, com a maior parte das economias do planeta em recessão, lucros e bolsas de valores em declínio e o irremediável colapso do sistema financeiro internacional, uma discussão do gênero já não faz sentido. Parece evidente que testemunhamos a mais global e talvez mais profunda crise do capitalismo, de modo que a vida coloca em tela outras questões, relacionadas à natureza, dimensão e perspectivas do fenômeno.

Para os trabalhadores a necessidade de conhecer e formar uma consciência clara do problema não decorre apenas da curiosidade intelectual – antes disso, é indispensável para iluminar o caminho da sua estratégia revolucionária, da luta de classes contra o capitalismo e em prol de um novo sistema econômico-social. Uma vez que o mercado dispõe de interpretações para todos os gostos (vende até a idéia de que tudo não passa de uma crise de paradigmas), é forçoso investigar o assunto.

Não me parece que se possa encontrar diretamente em Marx ou Lênin uma

explicação convincente para a atual crise, que – embora contendo elementos de superprodução – difere, por exemplo, das depressões cíclicas do sistema capitalista, apesar do fato dessas continuarem ocorrendo. É, porém, na teoria marxista (nas leis da economia política que Marx dissecou e no materialismo dialético) que residem os instrumentos teóricos básicos fundamentais à compreensão do tema.

Uma das grandes contribuições de Marx na análise do capital, particularmente preciosa na atualidade, é a observação de que as ilusões e falsas

concepções neste terreno (ou seja, quando se trata da observação de fenômenos econômicos) são muito comuns. Um dos perigos palpáveis em nosso meio é a tendência de absolutizar o lado financeiro da crise, destacando-o da chamada economia real e dotando-lhe de uma independência que, no final das contas, não passa de ficção. Não faz muito tempo, ela se expressou no conceito de “financeirização” da economia, que embora já esteja em desuso oculta-se atrás de idéias do tipo “a crise deixou de ser financeira para ser econômica”, que supõem a separação desses dois aspectos do processo de produção capitalista.

O problema não reside em ressaltar os formidáveis desequilíbrios financeiros do sistema – por demais evidentes para que possam ser negligenciados –, mas em abordá-los de um ponto de vista metafísico, pelo qual não se pode compreender suas relações dialéticas com o lado real da economia, sua ligação com o processo de reprodução e dependência da valorização real do capital que só se completa ao passar pelo crivo da produção. Em certa medida, o próprio processo de reprodução ampliada do capital na esfera financeira, em que dinheiro gera mais dinheiro (um movimento que Marx representava como $D-D'$) de uma forma que parece tão natural quanto um coqueiro que dá coco, cria na consciência dos próprios capitalistas uma imagem falsa. Na verdade, a valorização do capital na esfera financeira depende do processo real de reprodução capitalista ou da valorização do setor produtivo. Em outras palavras, os juros (e, devemos acrescentar, todos os outros rendimentos provenientes da esfera financeira) constituem “mera porção dos lucros” auferidos no processo produtivo, conforme dizia Karl Marx.

Isto não exclui, porém, a possibilidade de que os juros e outras formas de rendimentos financeiros, em determinadas ocasiões, venham a superar os lucros, como de fato parece suceder hoje na relação entre os países economicamente dependentes e seus credores. Mas, é precisamente através do divórcio entre juros (e outros rendimentos financeiros) e lucros que eclode a crise. Quando a fonte de refinanciamento seca (com a reversão do fluxo de capitais das periferias para os centros do imperialismo), verifica-se a necessidade de transferência de riquezas ao exterior (para o pagamento dos encargos das dívidas externas e outras obrigações) em valor que supera a capacidade de produção de excedentes da economia, donde provém a exigência de sacrificar parcela substancial do consumo da sociedade e dos investimentos. A razão é a seguinte: a valorização real do capital na esfera financeira tem de estar respaldada pela produção real de excedentes, de forma que quando os juros superam os lucros, e esta condição prevalece durante certo tempo, torna-se inevitável uma desvalorização das dívidas.

Superar a concepção metafísica que separa artificialmente a esfera financeira da produtiva (dois momentos do movimento de reprodução do capital que ocorrem simultaneamente no mercado) é, a meu ver, o ponto de partida para pisar terreno firme na investigação sobre o estado de saúde do sistema. A crise deve ser encarada e estudada como crise do modo de produção capitalista (ou do capitalismo em sua totalidade). A turbulência do sistema financeiro reflete perturbações mais sérias no processo de produção e reprodução do capital, é mister buscar suas causas mais profundas – algo além das quebras de bolsas e da inconstância

Refletindo interesses de classe, as idéias econômicas da moda carregam muitas ilusões

do chamado capital volátil. É bom buscar enxergar a crise de uma perspectiva histórica um pouco mais ampla, o que implica a análise do movimento da economia capitalista nas últimas décadas.

Quando pensamos na realidade brasileira, a palavra crise tem sido tão recorrente durante os últimos 18 anos que sugere um processo de instabilidade e dificuldades em que a economia mergulhou já há um bocado de tempo. Tal impressão não é destituída de motivos. No rastro da elevação das taxas de juros norte-americanas e eclosão da crise da dívida externa no início dos anos 80, a economia nacional (assim como a quase totalidade da América Latina) ingressou numa fase crítica, alternando períodos de recessão com estagnação que justificaram o conceito de *década perdida* empregado por muitos observadores para caracterizar o período.

A época de elevadas taxas de crescimento do PIB, que registrou uma média anual de 7% ao ano desde o pós-guerra até o fim do “milagre”, ficou definitivamente para trás, dando lugar a um período de vacas magras, com a expansão do produto reduzida a algo em torno de 2% e uma inflação alta e renitente, que sobreviveu até recentemente. Tal foi o resultado da

cobrança e dos esforços de pagamento da dívida externa acumulada durante os anos 70, num momento de grande liquidez no sistema financeiro mundial (então atribuída ao surgimento do mercado de eurodólar e à “reciclagem”, nele, dos “petrodólares”), que favoreceu o refinanciamento dos débitos antigos, criação de novos, em boa medida contraídos a juros flutuantes – que fizeram a dívida inchar como bola de neve depois que o governo Reagan, em 1979-80, decidiu elevar as taxas de juros norte-americanas para cerca de 20% (nominais).

Os anos 90 trouxeram de volta muitas das ilusões correntes nos anos que precederam a primeira crise da dívida externa no país. Uma plethora de capitais no mercado financeiro internacional, combinado com um processo de centralização de capital crescente e extraordinário em todo o globo levou a uma nova orgia de endividamento, entreguismo e atração dos mais diversos e aventureiros tipos de investidores estrangeiros. Conforme o economista Robert J. Samuelson “entre 1990 e 1996 o fluxo anual líquido de capitais em direção a todos os chamados ‘mercados emergentes’ – do Brasil até a China – atingiu a média de 150 bilhões de dólares, segundo o FMI. Foi aproximadamente 10 vezes a média verificada no período de 1984-1989”. Isto viabilizou um breve intervalo de estabilidade em nosso país, o luxo de déficits comerciais, o plano de controle da inflação ancorado numa taxa cambial artificial (insustentável a médio prazo) e uma aparência de prosperidade, embora meio embaçada por um nível de desemprego em crescimento, que vem batendo recordes. O PIB registrou uma evolução positiva, apesar de medíocre (5,9% em 1994; 4,2% em 1995; 2,8% em 1996 e 3,7% em 1999).

Agora, quando a fonte novamente secou, com a reversão do fluxo de capitais em direção aos centros imperialistas, a frágil estabilidade também está indo para o ralo. Por enquanto, o governo prepara seu pacote recessivo com o FMI que, segundo as estimativas mais modestas, deve provocar uma redução de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1999. As coisas podem ser piores – a aposta do governo na possibilidade de manter a paridade dólar-real relativamente estável, num quadro de escassez de capitais e necessidade de transferir riquezas em quantidade expressiva para o exterior a fim de pagar banqueiros, remeter lucros e dividendos das multinacionais e remunerar o capital volátil, não parece sensata.

A crise que se esboça no Brasil guarda muitas similaridades com aquela que eclodiu no início dos anos 80, ambas têm em comum um grande fator: a dívida externa. Mas, numa diferença que salta aos olhos, a situação atual é bem pior para o país, em função do aumento da vulnerabilidade externa. Nossas elites governantes não tiveram o bom senso de avaliar lições recentes da nossa história e o grande saldo do governo FHC foi a ampliação da vulnerabilidade externa. O passivo externo do País, que compreende a dívida e outras obrigações com estrangeiros, cresceu 70% durante seu governo. A necessidade de financiamento externo para cobrir o déficit em transações correntes e amortizações da dívida externa deve alcançar o valor recorde de 55 bilhões de dólares no próximo ano. O processo de desnacionalização da economia promovida por meio da “abertura” neoliberal e das privatizações aumentaram extraordinariamente a dependência; as fusões e aquisições aqui realizadas pelo capital estrangeiro vêm provocando um crescimento preo-

cupante da remessa de lucros e dividendos, que somente no mês de setembro superaram o valor médio anual registrado na década de 80.

Não foi só o Brasil que andou mal das pernas neste período – países dependentes na AL, África e depois o Leste europeu, também amargaram crises e o mundo capitalista em seu conjunto já ia de mal a pior. Registre-se a exceção de alguns “emergentes” asiáticos (beneficiados na década de 80 pela reciclagem dos excedentes das contas correntes dos japoneses). Agora – para não fugir à regra – também eles enveredaram pelo caminho da recessão.

O contexto geral em que transcorria o movimento de reprodução do capital, e em que a própria realidade brasileira se enquadra, é portanto, de crise. Os sinais mais relevantes de dificuldades vieram dos próprios centros do sistema. Economistas e historiadores já observaram que os anos 70 marcam o ingresso do capitalismo numa fase de decadência, quando confrontada com os anos dourados do pós-guerra. A média de crescimento do PIB dos “países industrializados”, conforme a antiga classificação do Banco Mundial

lista nos últimos anos. Por si, os dois fenômenos indicam e expressam crise. E sugerem que sérias perturbações na engrenagem de reprodução do modo de produção capitalista vêm empurrando as economias para a estagnação. Podemos também identificar no fenômeno a crise do modelo de desenvolvimento do capitalismo adotado desde o pós-guerra, baseado em boa medida nas teorias keynesianas e num grau maior de intervenção do Estado na economia (para prevenir crises e assegurar, com investimentos públicos, taxas de crescimento razoáveis e “pleno emprego”). O esgotamento de tal modelo – com a falência do Estado de Bem Estar Social (ou pelo menos de suas bases) e o acúmulo de desequilíbrios fiscais e financeiros – é um fato, mas a crise não provém meramente de maus governos, ao contrário do que propaga o neoliberalismo. Tem fundamentos mais profundos.

Por sinal, foi a percepção do estado de crise estrutural do capitalismo que levou à elaboração da política neoliberal, que vem sendo aplicada

A reversão do fluxo de capitais elimina a estabilidade ilusória das economias dependentes

(reunidos na OCDE), chegou a superar a casa dos 5% na década de 60 e não parou de declinar desde então, oscilando agora em torno de 2%. Em contrapartida, a taxa média de desemprego na Europa era inferior a 2% e atualmente castiga 11% da População Economicamente Ativa (PEA).

Desemprego em massa e crescimento medíocre têm dado o tom do desenvolvimento do sistema capita-

(em diferentes tonalidades, segundo as regiões e países) desde os governos de Ronald Reagan (nos EUA) e Margareth Thatcher na Inglaterra (a partir de 1979) – com o diagnóstico de que as dificuldades provinham do modelo keynesiano e a solução, por conseqüência, era o retorno à lógica do capitalismo concorrencial, o que – embora sirva perfeitamente aos propósitos do capital – nunca passou

de ilusão. Agora, com a retração global das economias (compreendendo depressão em alguns países, recessão, estagnação e desaceleração da economia em outros), temos a prova final do fracasso do neoliberalismo se o avaliarmos pelo objetivo de reanimar os investimentos e reverter a tendência à estagnação econômica.

Estou convencido de que a chave para o entendimento da crise é o fenômeno que Marx caracterizou como a revolução da composição orgânica do capital impulsionada (em nosso caso) pelo avanço da produtividade do trabalho, que gera

O movimento desta lei do desenvolvimento da economia capitalista na história, de certa forma tão objetiva e implacável em seus efeitos quanto os ciclos econômicos (que desde o início do século XIX compreendem momentos de crescimento e recessão, com impecável regularidade), foi diferenciado e contraditório desde a rigorosa análise que Marx lhe dedicou (no livro 3 de *O Capital*), a ponto de ter sido dada por superada após o advento do sistema imperialista, quando o avanço dos monopólios imperialistas sobre nações mais

centros imperialistas (sede das multinacionais e do capital financeiro internacional) e os povos das nações economicamente dependentes. Mais do que nunca, está na ordem do dia a necessidade de batalhar por um modelo de desenvolvimento independente na periferia do sistema.

Também é em tese verdade que, crescendo a concorrência entre os monopólios por mercados contraídos pela recessão, eleva-se a temperatura da luta (às vezes surda, outras aberta) entre as potências capitalistas ou, em outras palavras, a crise acirra as contradições interimperialistas. Não creio que incorra em equívoco quem toma por sintoma disto a expressiva queda do dólar frente ao iene que vem se verificando há algumas semanas. Como isto se dá em pleno apogeu de um fenômeno que até há pouco tempo vinha sendo oficialmente classificado como “crise asiática”, é um fato que dá mesmo no que pensar, especialmente quando se considera as causas apontadas pela grande imprensa (segundo a qual os japoneses andaram desovando títulos do Tesouro norte-americano para cobrir prejuízos na Ásia). O episódio revela que o dólar é uma moeda fraca e se considerarmos justa a proposição de que o valor ideal (e de equilíbrio) de uma moeda é (pelo menos a médio e longo prazos) indicado pelos resultados da balança comercial, devemos também admitir que o valor relativo do dólar (particularmente frente ao iene) ainda está muito alto e tende a um declínio maior. Com um déficit comercial que anualizado já chega à casa dos 300 bilhões de dólares, a “maravilha” da economia global (conforme avaliação corrente na mídia em relação aos EUA) não possui grandes margens de manobra. Aqui encontramos o campo em que os domínios da economia e da geopolítica se entrelaçam – e se confundem.

A crise da economia capitalista é estrutural e foi seu reconhecimento que permitiu a hegemonia das idéias neoliberais

efeitos contraditórios e irônicos para os capitalistas e seus interesses. É esta lei do desenvolvimento do capitalismo, que se desdobra na afirmação contraditória da tendência à queda dos lucros e que está por trás tanto do declínio das taxas de investimento e crescimento das economias quanto (em combinação com este último fator) do crescimento do desemprego. A alta da composição orgânica do capital altera radicalmente a proporção em que os investimentos se repartem em capital constante (ou em meios de produção como instalações, máquinas, equipamentos, matérias-primas e intermediárias e outros) e capital variável (força de trabalho), em detrimento do segundo item – e é, hoje, a principal causa do desemprego em massa verificado em praticamente todo o mundo capitalista.

atrasadas (com uma composição orgânica mais baixa do capital) propiciou um extraordinário aumento dos lucros. Porém, na medida em que esta mesma internacionalização do capital avança (e induz a uma equalização da composição orgânica do capital a nível mundial) é natural que venha a se reafirmar a tendência à queda nas taxas médias de lucro.

Para o movimento operário (que também anda às turras com sua própria crise) tão ou mais importante que a análise da economia é a observação das repercussões políticas e geopolíticas da crise. Parece evidente que a centralização do capital a nível mundial e o acúmulo de dívidas externas impagáveis conduz ao aumento da dependência nos chamados “mercados emergentes” e, por esta via, acirra as contradições de interesses entre os

Não é de hoje que se fala no colapso dos acordos assinados em Breton Woods (que originaram a ordem capitalista do pós-guerra). Poucos desconfiam que isto significa, se for verdade, o “colapso” da “Pax Americana”. Embora seja fato que os acordos e instituições criadas em Breton Woods estão há muito caducos (e que esta caduquice seja provocada pelo declínio do poder econômico dos EUA) vivemos, como parece de todo evidente, ainda, sob a égide da hegemonia do dólar, com o FMI e o Banco Mundial (principais instituições criadas em Breton Woods) cuidando da saúde do sistema financeiro mundial (para eutanásia, ao que parecem, eles exibem inegável competência) – fato, aliás, sobre o qual o governo FHC, fechando um acordo com o Fundo, não nos deixa mentir.

Entretanto, tais instituições revelam-se miseravelmente impotentes diante da crise. Os recursos disponíveis pelo FMI para contornar colapsos cambiais

e estabelecer a estabilidade monetária são reconhecidamente irrisórios frente à dimensão da atual crise e aos prejuízos por elas provocados – isto explica a moratória russa decretada poucos dias após o anúncio de mais um pacote bilionário de ajuda (no valor US\$ 22,8 bilhões) organizado e monitorado pelo Fundo, que hoje – literalmente falido – só tem condições de oferecer conselhos fracassados e prestígio em queda. Doravante prestem atenção à evolução da idéia de constituição de um fundo asiático de socorro aos “emergentes” da região, no valor de 100 bilhões de dólares, cuja proposta (feita no outono do ano passado durante a 52ª reunião do FMI em Hong Kong) valeu ao Japão uma humilhação diplomática e uma arrogante oposição dos EUA.

Durante a maior parte dos anos 90, o ciclo de crescimento da economia norte-americana (considerado, sem muita razão, como extraordinário), contrastado com o desempenho

deplorável do PIB no Japão (que alterna momentos de estagnação com recessão), criou a matéria-prima para forjar o senso comum de que o império norte-americano tinha recuperado a liderança econômica sobre o conjunto do mundo capitalista. Ainda hoje o “consenso” em torno de tal idéia é tão forte quanto os interesses que lhe respaldam. Levem em conta que no início da década o sentimento dominante era outro e não se surpreendam se vier a se inverter (novamente) já no próximo ano, pois a fugacidade das idéias que alimentam o senso comum é tão notável quanto sua superficialidade.

É bem provável que a ordem econômica imperialista vigente desde o pós-guerra, sustentada na hegemonia do dólar, esteja caminhando do colapso virtual para a falência prática, real – o que, de qualquer modo, é tema para outro artigo.

Umberto Martins é jornalista.

Campanha de Assinaturas

Assine as publicações do Partido Comunista Português - PCP. Remessa pelo correio a partir de São Paulo/SP (portes incluídos).

- ∂ **Avante!** Jornal semanal, 24 números - 6 meses - R\$50,00
- ∂ **Avante!** Jornal semanal, 12 números - 3 meses - R\$25,00
- ∂ **O Militante** Revista bimestral, 6 números - 1 ano - R\$18,00



Remeta-nos um cheque no (S) valor (es) acima. Se preferir, deposite em nossa conta, no Banco Itaú Agência 0349 - Maria Paula - c/c 29143-5, em nome de Livraria Portugal, e neste caso, envie-nos o comprovante ou fax do mesmo.

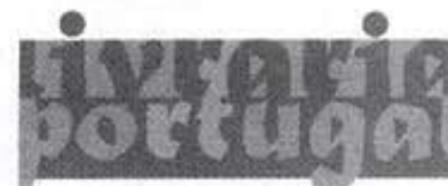
Nome: _____ Telefone: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

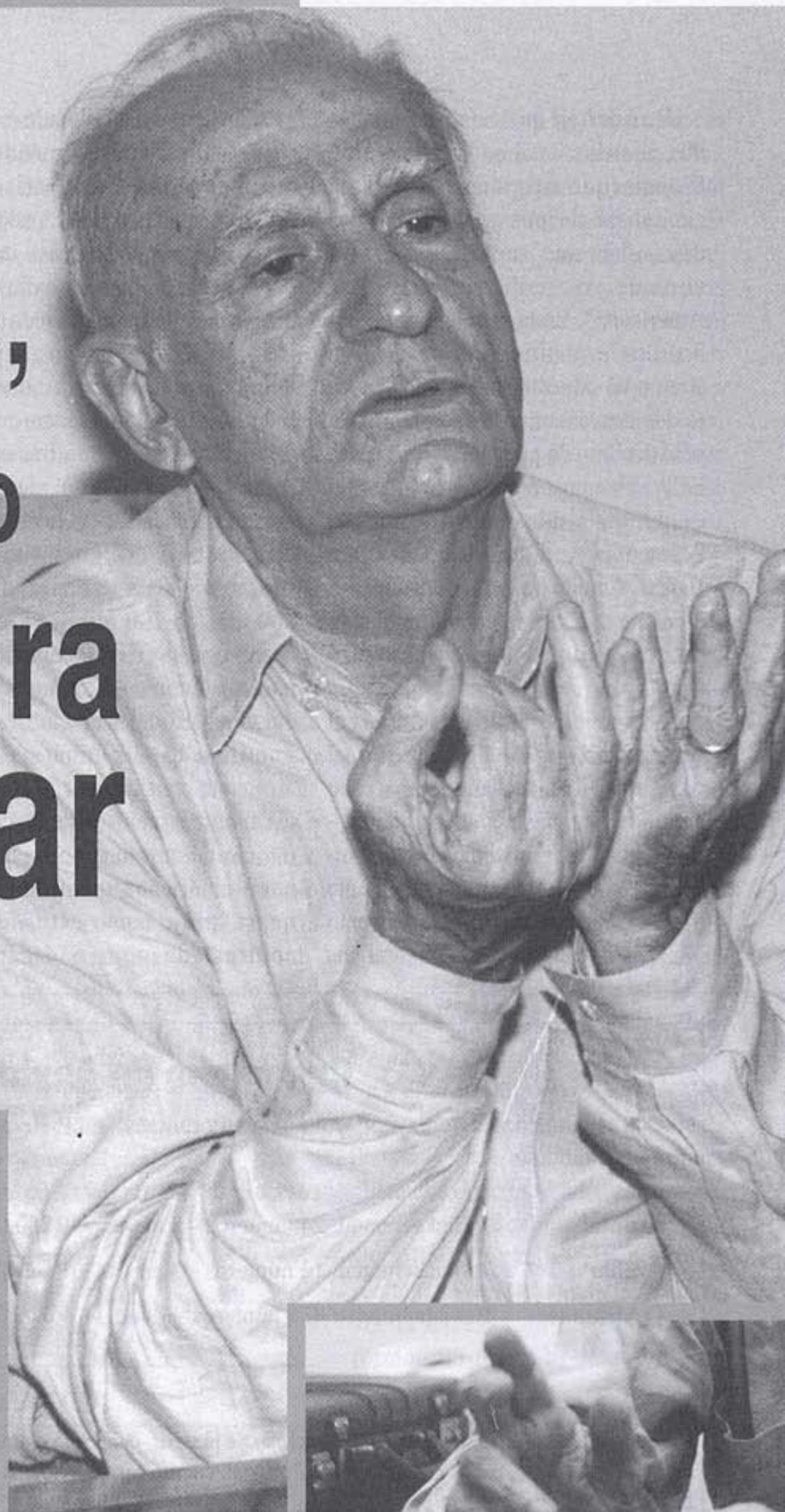
Livraria Portugal Ltda.
Rua Genebra, 165 - Centro
CEP 01316-010 São Paulo - SP
Telefax: (011) 3104-1478 ou 3104-0128
E-mail: liv.port@uol.com.br

Distribuidor da Editorial
Avante! no Brasil



Ariano, o guerreiro da cultura popular

ENTREVISTA COM
ARIANO SUASSUNA
POR ÊNIO LINS



*A*riano Suassuna é uma das principais personagens da produção cultural brasileira. É considerado o maior prosador brasileiro vivo e os críticos reconhecem seu papel destacado como escritor. Um dos mais polêmicos e atuantes. Aos 71 anos, anuncia seu auto-recolhimento para um período de intensidade produtiva. O objetivo é ousado, produzir pelo menos 21 volumes onde pretende incluir novíssimas obras e rever “tudo o que escreveu”.

Como já havia deixado claro em seu livro sobre estética, ainda nos anos 70, não fica em cima do muro. Não é um eclético, toma partido, defende sua posição. É radical na defesa do que considera popular e nacional, bate de frente nas concepções neoliberais, acredita num futuro não-capitalista e não deixa de manifestar opiniões discordantes sobre valores estéticos em moda na arte e na cultura.

Paraibano, instalou seu fortim em Pernambuco e dedicou-se a entender a cultura da região nordestina e construir suas recriações a partir das manifestações populares autênticas. “Não sou um popular, defendo a arte popular, recrio sobre ela, assim como recrio sobre o erudito, busco o nacional”.

Grande parte de sua obra está esgotada, como o antológico Romance d’A Pedra do Reino ou o Príncipe do Vai e Volta (1971) ou

Iniciação à Estética (1975). Começou a publicar com Uma Mulher Vestida de Sol em 1947, e está longe de requerer aposentadoria, como indica seu mais recente e ousado projeto.

No final do ano, entrega o cargo de secretário de Cultura do Estado de Pernambuco, sem considerar-se menor por ter perdido as eleições junto com a esquerda pernambucana. “Não fomos destruídos, apenas perdemos uma eleição, e não vendemos nossa alma ao diabo, como alguns fizeram”. No papel de diabo, o neoliberalismo. Como Fausto, FHC.

Conversar é uma outra arte de Ariano Suassuna. Em sua gestão na Secretaria de Cultura de Pernambuco, adotou a tática das “Aulas Espetáculo” como última arma para enfrentar uma situação de total falta de verbas. “Se não tem recursos para fazer, faço eu sozinho. Se não tiver o que oferecer à arte popular, ofereça-se ao menos o secretário” – dizia ele no início da gestão. Algum recurso foi conseguido e o secretário não deixou de se doar nas aulas-espetáculo, cujas apresentações ultrapassaram as fronteiras de Pernambuco e do Nordeste, convertendo-se em atos de defesa da cultura nacional e popular.

Criador do Movimento Armorial, onde busca a afirmação de uma arte emblemática do povo brasileiro, através de suas raízes culturais e históricas, gosta de ser considerado um guerrilheiro da cultura. E define sua atual fase como Romançal. No Armorial, a resistência; no Romançal, momento de consolidação e ampliação das posições. E tem uma fase mais avançada, o Arraial – “mas aí, não é tarefa para o artista sozinho. Para chegar lá, só com vocês, com o povo, é coisa para o socialismo”.

A entrevista consumiu algumas deliciosas horas e estendeu-se a uma apresentação de uma de suas mais recentes produções “A Demanda do Graal Dançado”.



Foto: João Santana

Você é um defensor da cultura dos despossuídos, dos oprimidos, a partir das culturas da plebe européia, dos negros e índios formadores do Brasil, assim como defende o vigor dos clássicos universais. Há quem ache isso coisa do passado e sem espaço no terceiro milênio, que seria o tempo da globalização. Os objetos de sua defesa sobreviverão aos novos tempos?

Eu acho que têm vez, sim. No meu entender quando uma obra de arte é boa, ela tem a capacidade de perdurar no tempo. Os grandes clássicos são

Tenho grande admiração por Guimarães Rosa, mas para mim a obra fundamental sobre o sertão não é *Grande Sertão – Veredas*. Para mim, *Os Sertões* de Euclides da Cunha é o fundamental. O que tinha ali de envelhecer, já envelheceu. O que está contido nele é permanente, vai durar pelo resto da vida.

Uma obra de arte, como uma poesia popular, se ela tiver essa quantidade de sonho humano presente, através de uma obra bem realizada do ponto de vista artístico, ela perdura para sempre. Cito

plebe marginalizada que foi de lá enviada ao novo mundo – há quem diga que deseje o retroagir da história...

É uma inverdade. Dizem que advogo a volta da Idade Média. Não prego isso, primeiro porque não quero, não desejo isso. Segundo, tal não seria possível, mesmo que eu quisesse. O tempo não volta. Nunca afirmei isso. O que afirmo é que na cultura brasileira existem sobrevivências da cultura medieval ibérica – e mostro no caso da *Cantiga do Valente Vilela*, que citei antes. Ali, numa composição brasileira do século XIX, é claro o parentesco com as cantigas épicas do romanceiro ibérico do século XII. (*Recita, comparando, as cantigas.*)

Você citou Canudos como fundamental. Porque Canudos é essencial para a brasilidade?

Quando coloco Canudos como essencial, antes coloco Palmares e ainda acrescento depois o Contestado. Mas vamos pensar, então, sobre Canudos. Em primeiro lugar, vou partir do que penso da importância do folheto de cordel para a cultura brasileira. O meu interesse pelo folheto vem do fato que considero essa manifestação o único espaço literário onde o povo brasileiro se expressou, se expressa, sem imposições ou deformações que viessem ou de cima, ou de fora. É um foco de resistência cultural.

A meu ver, do ponto de vista político, Canudos representa o que o Cordel representa para a cultura. A meu ver, foi um momento onde o povo brasileiro se expressou politicamente sem influência de cima ou de fora. Até ser massacrada, aquela comunidade foi uma prova da capacidade do povo de se organizar por conta própria, de saber enfrentar as adversidades sociais, políticas e até da própria natureza.

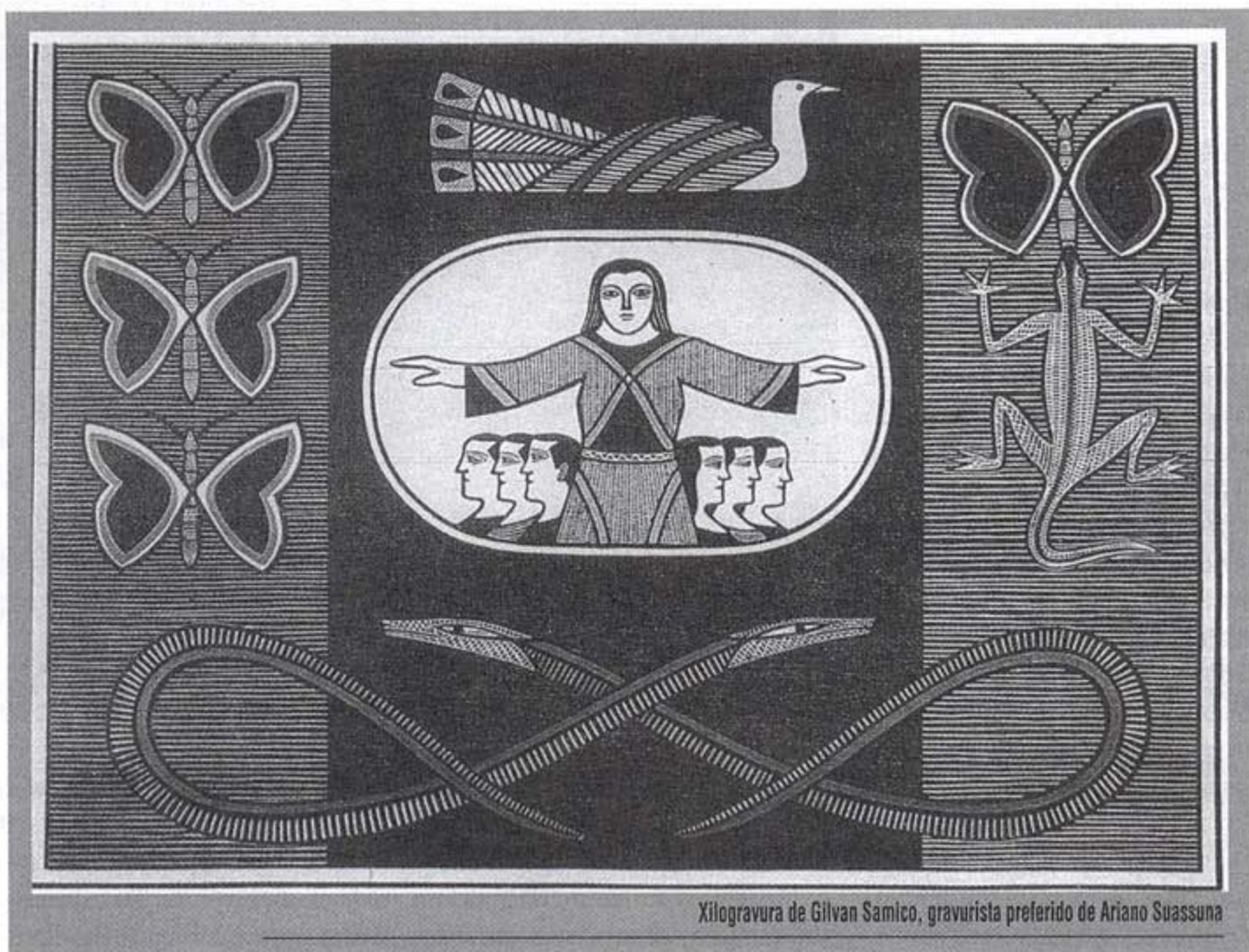


Ariano Suassuna, no XXII Congresso Mundial de Jornalismo. Recife, 1998

contemporâneos de todos os tempos. *Dom Quixote* por exemplo, quando foi escrita era uma obra de vanguarda. Hoje ainda é uma obra de vanguarda, e para mim, no fim do terceiro milênio continuará como obra de vanguarda. Ela tem uma quantidade de sonho humano que não envelhece. Toda obra de arte tem uma parte que envelhece e outra que não envelhece – quando ela é boa tem essa parte perene.

o exemplo do cordel *Cantiga do Valente Vilela*, que eu cantava em menino. Pois esse folheto é aparentado de um trabalho ibérico intitulado *O Cantar de El Cid*, que tem as mesmas características populares. Ambos perduram.

Em sua defesa de uma cultura popular – onde estão presentes as lembranças de uma Europa da Idade Média, trazidas para o Brasil pela



E a acusação da restauração da monarquia?

Mais uma provocação dos inimigos de Canudos. A república estava recém implantada. Através de um golpe. Pode ser considerado um sistema institucional mais avançado, mas colocado através de um golpe militar. Conselheiro tem conhecidas manifestações de simpatia à monarquia, é verdade, mas não existe ação daquele povo em defesa da recondução do velho regime. Não existiu articulação política neste sentido. Quando o governo passou a fustigá-los, a pressionar por meio dos impostos, eles passaram a ver ali coisa ruim, e lembravam-se – como imagem paternalista – da figura do Imperador, que para eles, não ligava para o arraial.

Teria sido a “conspiração monárquica” uma provocação da oligarquia da região, preocupada com o arraial?

Veja: Canudos, como eu disse,

conseguiu ser uma organização popular viável, inclusive com sucessos no campo da economia. Vejamos o exemplo da criação de cabras. Por experiência própria, aqueles sertanejos sabiam o que podia resistir e crescer naquele clima, e foi constituído um rebanho caprino em tal quantidade, que o arraial chegou a exportar peles de cabra, experiência que depois enriqueceu Delmiro Gouveia. Esse sucesso era o que preocupava, e não as crendices de Conselheiro.

Essas comunidades encravadas no campo, construídas em torno de um beato, não lembram as comunidades paracristãs medievais, citadas até em romances como O Nome da Rosa?

É um bom exemplo. Gosto do Umberto Eco, mas essa prática me lembra mais Dostoievski que, em Crime e Castigo, coloca o nome de seu

personagem em lembrança dos Rascóvis, líderes místicos, divergentes da igreja ortodoxa, que criavam comunidades próprias. Prefiro ainda mais o grego Nikos Kazantzakis quando cita as comunidades heréticas na Europa mediterrânea, inclusive aquelas perseguidas pela Inquisição como adeptas da chamada heresia do Espírito Santo. Muitos dos condenados por esse crime foram despachados, como degredados, ao novo mundo, ao Brasil. Muita gente na península ibérica seguia as idéias de um frade chamado Joaquín de Fiori, que dividia a história em fases evolutivas, identificando um período superior chamado de Espírito Santo, que pode ser comparada a Comte em seu Estado Científico, ou mesmo ao conceito evolutivo de sociedade em Marx. Podem ser consideradas como núcleos pré-socialistas, talvez. Pelo menos, divergiam da organização social e política daqueles tempos.

Em relação à modernidade, dizem que Ariano Suassuna não aceita a televisão, a informática, a Internet...

Não sei se me faço entender. Um dia, conversando com uma pessoa amiga minha, me foi perguntado se eu não gosto de televisão. Eu respondi "olhe, essa pergunta é a mesma coisa que você me perguntar se sou contra ou a favor do machado. Depende do que você vai fazer com o machado. Se você estiver no mato e precisar vencer um rio, e se não estiverem lá os ecologistas radicais, você pega o machado, derruba um pé de pau e improvisa uma ponte, ou uma jangada. Sou a favor do machado. Mas se você pega o machado e lasca a cabeça de uma criança, eu sou contra. Quer dizer, não sou contra nem a favor do machado – sou contra ou favorável a determinados usos do machado. A televisão é um instrumento maravilhoso, como é que se pode ser contra a televisão? Não pode. Um dos mais belos espetáculos que eu já vi, era um balé com Nureyev dançando Stravinski, na Suíte Petruska (que sou admirador desde os 17 anos), assisti na televisão. Tinha sido gravado em Nova York. Não fosse a TV, não teria visto, porque não vou a Nova York.

Agora, me preocupa o uso que é feito da televisão. Um parente meu, ao reclamar de seus filhos pequenos estarem assistindo filmes muito violentos, sanguinários, ouviu a resposta de que "não está se matando gente, não pai, é só índio". Índios, vietnamitas, pretos são inimigos e inimigos podem ser mortos, não são gente, é a mensagem. Os psicólogos americanos estão com uma dificuldade enorme de explicar porque determinadas crianças de lá se vestem de Rambo e atiram nos



O Maracatu, com grande presença em Pernambuco, é um dos principais folguedos populares do Brasil.

colegas. Poderiam ver alguns desses programas de TV, aí talvez entendessem.

Da mesma forma o computador. Não tenho a menor razão para ser contra. Eu é que não quero aprender a trabalhar nele, acho que não dá mais tempo, no meu caso seria um problema a mais para administrar. Não tenho nada contra os computadores – a não ser contra um programa de computador que sugere a correção de nomes, e rejeitou o meu sobrenome, Villar Suassuna, considerando que estava escrito errado, e sugeriu que o certo seria "vilão assassino". Ah, contra esse eu sou. (Risos.)

Por falar nisso, você está com mais uma obra prestes a estrear na televisão...

É. Vai ser o Auto da Compadecida, que deve ir ao ar em dezembro, encenado em quatro capítulos, uma mini-série.

O resultado de suas obras levadas à TV o satisfaz?

Absolutamente. Muito bem mesmo. Luiz Fernando Carvalho, que trabalhou na direção das duas

primeiras experiências, Uma Mulher Vestida de Sol e A Farsa da Boa Preguiça, se deu muito bem comigo, entendeu o espírito do trabalho. Eu tive o primeiro convite nos anos 60 para fazer uma novela, mas não me entendi bem com o pessoal, que queria fazer uma caricatura da pronúncia nordestina, coisa que acho detestável. Aí eu proibi. Na época, eles recusaram também minha indicação da trilha sonora com música do Quinteto Armorial, queriam um repertório indicado por gravadoras multinacionais, interessadas na venda de determinados discos, aí não deu certo mesmo. Em 1994, veio o Carvalho, que compreendia o trabalho e nem foi preciso exigir nada. Deu tudo certo. É o caso do machado.

No campo da música, você pratica a fusão, a mistura, do popular com o erudito...

Tento a fusão não apenas na música, mas na literatura. O Santo e a Porca, por exemplo, tem como base Plauto e Molière, o clássico ambientado no popular. O popular, tento agregar ao nacional. Quer dizer, eu recrio. Porque o popular não sou

eu quem faz, é o povo – que faz melhor que qualquer um. Não me limito a repetir o clássico nem a ficar no popular. Eu parto sempre de uma recriação do popular e do erudito em busca do nacional. Assim procuro fazer no campo do teatro, da poesia, da literatura, da música...

E o samba, a MPB?

Meu interesse mesmo é pela arte erudita e pela arte feita pelo povo. Considero a chamada Música Popular Brasileira uma produção da classe média, para consumo da classe média. Agora, o samba e, principalmente, o chorinho, são gêneros musicais que não são tão populares quanto os violeiros ou rabequeiros, não chegam a ser eruditos e alcançam grande qualidade. Pixinguinha ou Ernesto Nazareth fizeram o que eu chamo de transposição do popular rumo ao erudito. Villa Lobos já recriou o popular como erudito. Cartola é importantíssimo, no campo do samba, representa o genuíno desse gênero.

O jazz, blues, rock...

O rock é inferior ao jazz. O jazz e o blues são manifestações musicais de raiz popular, mais precisamente de raiz negra, que ao meu ver é a manifestação mais forte da cultura americana. O spiritual é de grande qualidade, é uma coisa muito bonita, onde os negros americanos comparam a diáspora deles com os judeus no cativeiro do Egito e da Babilônia. (Cantarola uma bela composição, em inglês, um spiritual) O jazz tem coisas muito lindas. Acho o rock muito inferior a isso e não é manifestação de arte negra nem popular, é de classe média branca.

E realizações como o Balé Popular do Recife?

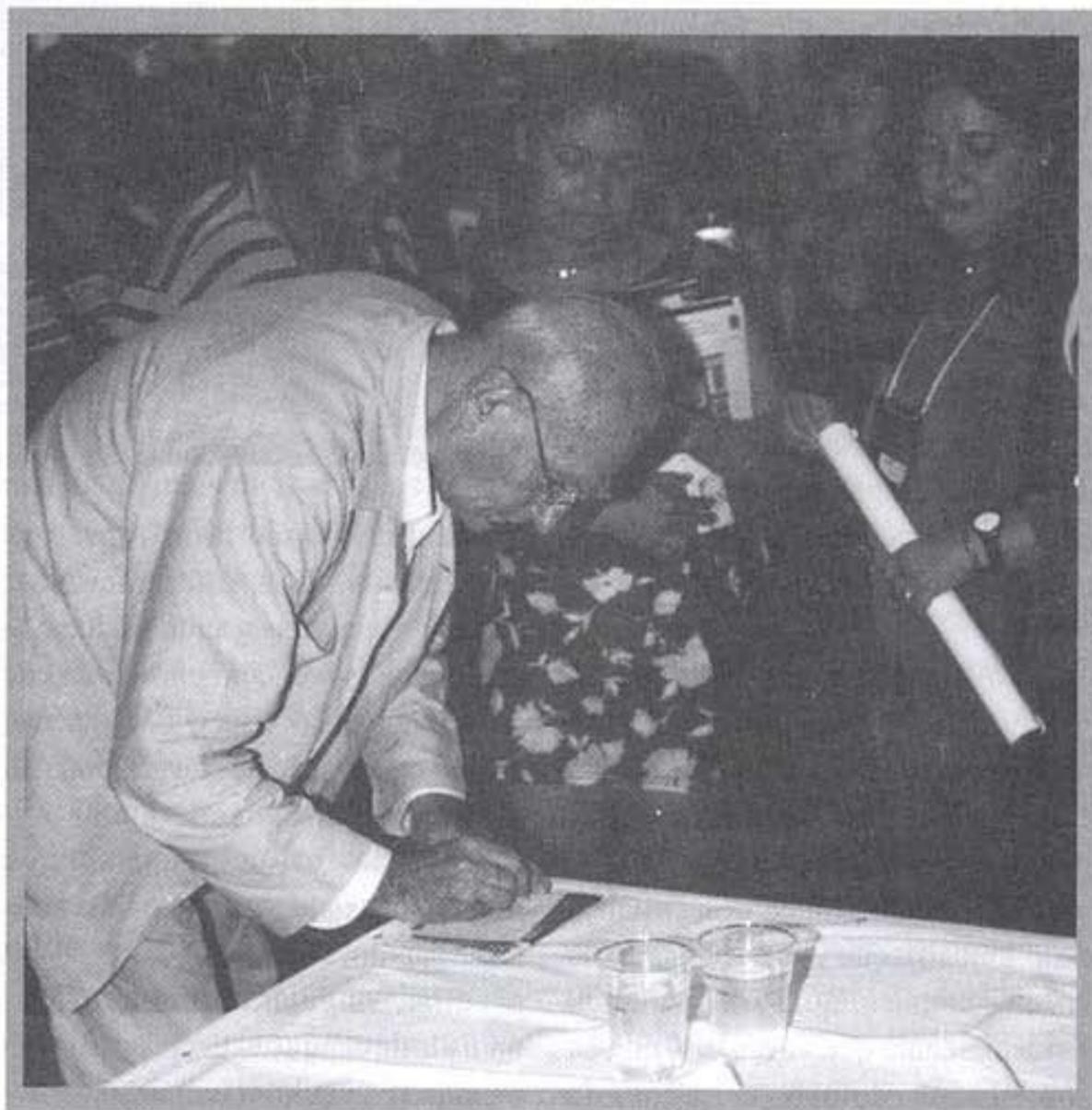
Quando fundei o Balé Popular do Recife minha intenção era chamar a atenção de todos para a cultura popular, base do trabalho. Mas o grupo era formado por componentes oriundos da classe média, eram os anos 70 e essa era a melhor forma de divulgação, de identificação com um público importante, essa mesma classe média, como ainda é hoje. Queria chamar a atenção para a arte popular, através da recriação dessas manifestações do povo. Considero um sucesso. Antes já tinha tentado com o Balé Armorial, e também foi uma boa experiência.

Qual sua avaliação do período como secretário estadual de Cultura? Operou o cidadão em detrimento do artista?

Não concordo, não. Não vou ser falso modesto, acho que fiz um bom trabalho. Teve seus percalços, como todo trabalho tem. Só o fato de ter

criado condições para que o Quarteto Romançal e Antônio Madureira trabalhassem, já foi uma vantagem muito grande. Se não fosse secretário, não teria tido condições de viabilizar esse projeto.

Não contribuí só como cidadão. Também contribuí como artista, fiz trabalho até como escultor popular, como no caso da Ilumiara Zumbi, em Olinda. Ali, numa praça de chão de barro, em Olinda, se apresentavam dois grupos de maracatu rural, o Piaba de Ouro e o Leão Formoso. Como secretário disse: aí vou fazer um centro cultural, mas não um monumento desses que o estado constrói e depois não tem condições nem de limpar. Não vou criar coisa que depois precise de ativação artificial. Naquela praça os dois maracatus se responsabilizariam por manter vivo. Como



artista, elaborei o espaço físico, como anfiteatro (rapaz, parece uma coisa grega), onde preguei em volta sete murais em pedra, esculpida em baixo relevo representando as divindades afro-brasileiras, e, no centro, uma que representava Zumbi dos Palmares. O primeiro mural foi fixado lá no dia 20 de novembro de 1995.

Como secretário construí o teatro Arraial (em homenagem ao Arraial de Canudos), onde peças como *A Demanda do Graal Dançado* foram montadas. Nesse espetáculo, eu junto Mestre Salustiano, tocando sua rabeca (Salustiano é o presidente do Piaba de Ouro) e seis bailarinos (três de formação clássica e três de formação popular). A música é de Mestre Salustiano, depois vem Villa Lobos, depois Antônio Nóbrega, depois entra Beethoven (eu estava ouvindo o Quinto Movimento para Quarteto de Cordas e achei parecido com uma pré-figuração do frevo) e Antônio Madureira (que encerra com um frevo erudito). Fizemos um espetáculo com isso, rapaz, olhe que está bonito. Deixe eu concluir, isso me dá muita alegria como artista. Não há contradição entre o cidadão e o escritor no cargo de secretário de Cultura. Agora, é verdade que eu passei quatro anos dando mais atenção ao trabalho institucional, a outras artes que não propriamente a minha. É preciso saber dosar.

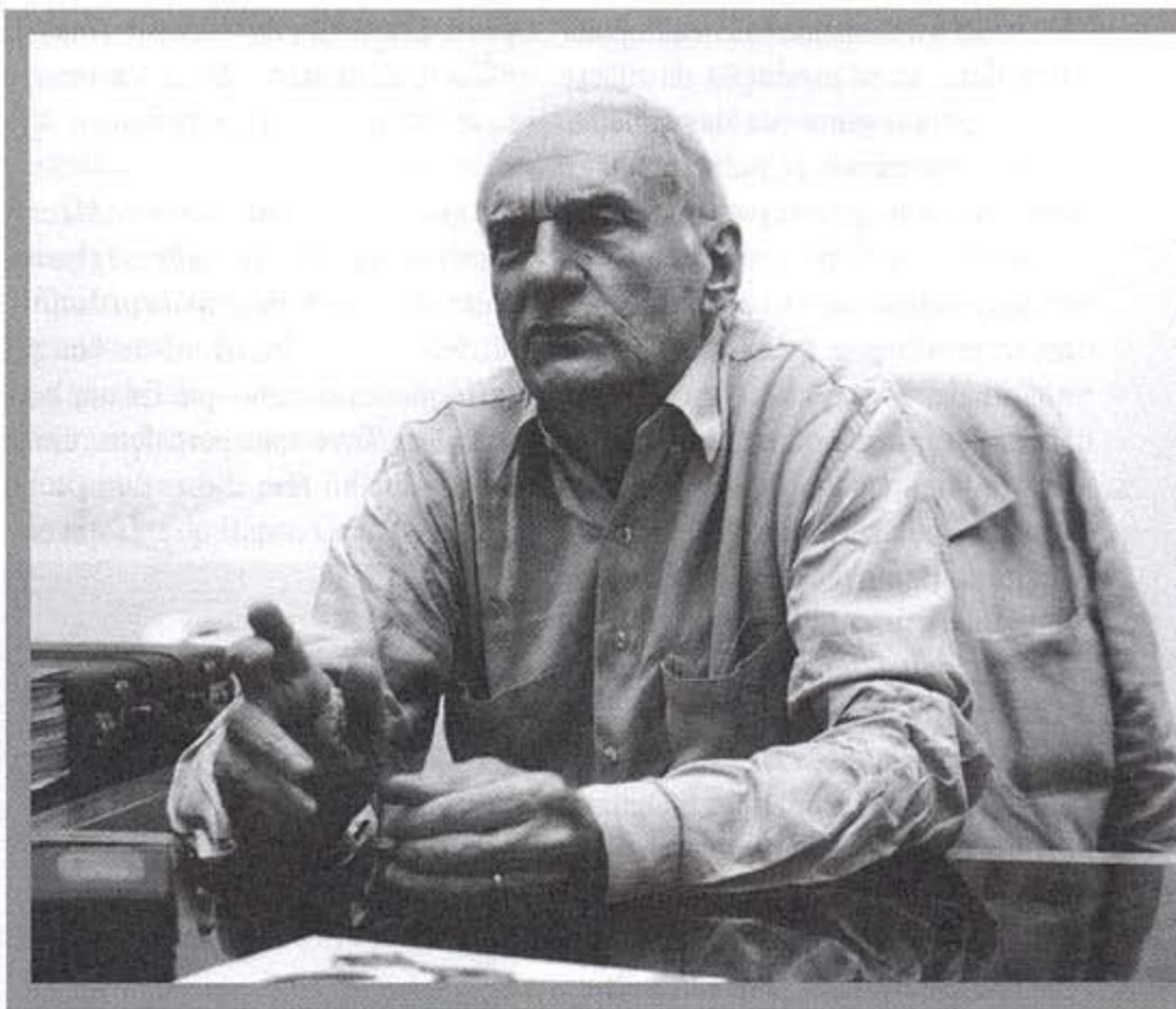
Sua posição em relação à 'globalização', ao processo histórico em que vivemos, qual é? Como vê a interferência deste processo global na cultura?

Encaro com grande desconfiança essa 'globalização', tanto do ponto de vista econômico, quanto do cultural. Evidentemente que vocês são, que eu sou, todos somos a favor da

internacionalização. É o ideal da sociedade humana. Mas a internacionalização só pode ser realizada entre iguais, do jeito que está sendo feita é mais uma manifestação de colonialismo. É uma 'globalização' onde o domínio dos países ricos sobre os países pobres aumenta. É por isso que eles dão tanta importância ao fator cultural, como fator de dominação. Os países poderosos, interessados na

Neste quadro de discussão sobre o papel e tamanho do Estado, muitos acham que o financiamento da cultura deve ser vinculado ao mercado, sob a responsabilidade da iniciativa privada. E aí?

Veja bem, os patrocínios da iniciativa privada, se vierem, são bem-vindos. Mas não devem servir de pretexto para o Estado se omitir. Principalmente em países como o Brasil,



'globalização a seu favor', investem na cultura de massas para uniformizar, destruir as culturas nacionais, locais e ou populares. Vendem uma caricatura da arte universal. Esse vasto conceito da universalização da arte não pode ser alcançado através de uma uniformização forçada, achatadora e monótona, como está sendo feita hoje. Cada país deve contribuir com sua nota peculiar, singular, diferente. Desta unidade de contrastes é que pode surgir a unidade da cultura universal.

o papel do Estado no financiamento da cultura é fundamental.

Em relação ao socialismo, qual sua posição?

Estou a cavaleiro para dizer isso, porque discordei da esquerda na época da experiência socialista no Leste europeu, mas hoje vejo com muita alegria o papa João Paulo II dizer que na União Soviética havia sementes de verdade. Tá entendendo? Lá não havia tráfico de

drogas – no tempo de Stalin, mesmo, que era o mais duro – havia uma previdência social de primeira, havia pleno emprego. Houve erros, muitos. Mas no capitalismo, você não tem nem essas sementes de verdade. Isso é um regime perverso por natureza, que tem como objetivo fundamental o lucro, então o capitalismo é a coisa menos cristã que existe no mundo.

Depois da Secretaria de Cultura de Pernambuco, dedicação total à arte?

Integralmente. Vou parar até com as aulas-espetáculos...

Até com a aula-espetáculo? Mas ela é arte.

Se não puder ter dedicação exclusiva ao trabalho de escritor, não vou conseguir levar adiante o projeto. E vou levar.

O projeto é mesmo o último volume da trilogia iniciada com O Romance d'A Pedra do Reino, como a imprensa tem noticiado?

Não, é muito maior. Esse romance não é mais um. Para você ter uma idéia, ele vai ter 21 volumes. Eu não sei nem se tenho tempo de vida para escrever tudo isso, espero

que sim. Esses volumes formam um conjunto, em que os personagens passam de um para o outro. Poderão ser lidos separadamente, entendeu? Se conseguir terminar como eu penso, ele vai concluir A Pedra do Reino, que fará parte desta obra, como um dos volumes. Será uma espécie de revisão e de reapresentação de tudo que eu escrevi até hoje, inclusive das peças de teatro, que reaparecem sob a forma de romances. É um projeto ambicioso. 

Ênio Lins é jornalista.



UBES 50 ANOS
e ainda tem gente que diz que isso é coisa de criança...

UNIAO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS

SOU DA PAZ

PAZ-EMPREGO EDUCACAO EHC-COVAS

Política externa e desenvolvimento no regime militar



PAULO FAGUNDES VIZENTINI

Conflito estudantil em 1968

O regime militar foi contraditório. Implementou um ambíguo desenvolvimentismo, que reprimiu o movimento popular e acirrou as desigualdades sociais

Recentemente o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que “era preciso encerrar a Era Vargas”. O que ele quis dizer com isso? Muitos consideraram que se referia ao autoritarismo, ao estatismo e ao corporativismo, sobretudo sindical, que caracterizaram a vida nacional desde então, inclusive no período militar. Contudo, considerando a concepção do governo atual, isto se refere ao modelo de desenvolvimento, em sentido integral. Assim, é preciso refletir sobre o tema, e descobrir o que nele desagrade aos neoliberais, sobretudo com relação ao regime militar.

Sintomaticamente, só se analisa o período 1964-85 quanto ao que ele tem, obviamente, de mais obscuro: a repressão e a política interna. Quanto à política externa e à economia, estabelece-se uma transposição mecânica dos aspectos político-repressivos internos para estes planos, distorcendo a realidade e mostrando a ditadura como meramente ‘entreguista’. Contudo, minha pesquisa sobre a política externa do regime militar e sua relação com o desenvolvimento, a sair como livro este ano (e aqui apresentada resumidamente), aponta para a continuidade do projeto nacional-desenvolvimentista durante este período, apesar de sua inflexão conservadora.

Este projeto, cujas origens ideológico-estratégicas remontam ao movimento tenentista dos anos 20, foi impulsionado a partir dos anos 30 com Getúlio Vargas e, com avanços e recuos, prosseguiu durante o período populista entre 1945 e 1964. Apesar do golpe de 1964 encerrar o ciclo nacional-desenvolvimentista do populismo, o processo de desenvolvimento industrial prosseguiu sob outras formas. A

redemocratização, por sua vez, também não apresentou uma ruptura significativa no modelo, o que só veio a ocorrer em 1990, com a adoção do projeto neoliberal na ‘Era dos Fernandos’, este sim descomprometido com o desenvolvimento nacional.

Nesta perspectiva, este artigo não se ocupará dos já conhecidos (mas nem sempre lembrados) atos de terrorismo de Estado, assassinatos, tortura, repressão, censura e contenção dos movimentos populares, mas exclusivamente da

A indicação de Costa e Silva representou uma resposta da burguesia nacional e da ‘linha dura’ nacionalista, contrariando o grupo castelista

política exterior e do desenvolvimento. Isto porque a maioria dos militares, à sua maneira, considerava-se ‘nacionalista’ e ‘desenvolvimentista’, especialmente alguns dos mais duros e repressivos (enquanto ‘liberais’ como Golbery associavam-se mais aos interesses

norte-americanos). Hoje, muitos deles se sentem ‘traídos’ pelos tecnocratas, e se opõem firmemente às privatizações, bem como às ameaças à soberania territorial e político-jurídica nacional. Portanto, hoje faz-se necessário retomar a questão nacional, buscando-se novas alianças e fazendo uma análise objetiva do passado recente, sabendo ‘separar o joio do trigo’.

O regime de segurança nacional e sua consolidação (1964-69)

Com o golpe de 1964, os militares assenhoram-se do poder, marginalizando lideranças civis tradicionais, e passaram a governar apoiados em tecnocratas. Economistas liberais e pró-norte-americanos como Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos (apelidado pelos nacionalistas de Bob Fields), foram colocados à testa dos Ministérios da Fazenda e Planejamento, respectivamente. Uma das primeiras medidas do novo governo foi revogar a lei de controle da remessa de lucros e aplicar um pacote de medidas econômico-financeiras para conter a inflação e o déficit orçamentário: compressão salarial e do crédito, corte nos gastos públicos, desvalorização cambial e redução da emissão monetária.

Paralelamente, os ministros da área econômica chegaram a um acordo com os Estados Unidos para o pagamento das empresas encampadas pelo governo Goulart, como a mineradora Hanna e a AMFORP (energia elétrica), além de promulgar uma lei dando garantias aos

investimentos e empresas estrangeiras.

Embora o FMI julgasse as medidas 'gradualistas', agências do governo norte-americano (USAID) e instituições sob seu controle (Aliança para o Progresso, Banco Interamericano de Desenvolvimento) socorreram imediatamente os militares brasileiros, liberando centenas de milhões de dólares, que estiveram bloqueados durante a presidência de Goulart. No início de 1965 também o FMI e o

pela inflação) e a Correção Monetária também para as cadernetas de poupança; finalmente, o governo implantava o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Banco Nacional da Habitação (BNH). O FGTS destinava-se a indenizar empregados demitidos, que a partir de agora perdiam a estabilidade que antes possuíam após dez anos de serviço, o que reestruturava completamente o mercado de trabalho. Os recursos do fundo eram investidos

bom para o Brasil". Como prova de lealdade ao "grande irmão do norte", o Brasil rompeu relações com Cuba em maio de 1964 e enviou tropas à República Dominicana em junho de 1965 sob bandeira da OEA, onde também apoiava os Estados Unidos na tentativa de constituir uma Força Interamericana de Defesa.

A ausência de reação séria ao golpe, a recessão econômica, a exclusão e subordinação dos golpistas civis produziram importantes divergências internas no primeiro governo militar, o que se refletiu na escolha do futuro presidente, o General Arthur da Costa e Silva, então Ministro do Exército. O segmento da burguesia que dependia do mercado interno, ou que sofreu a concorrência das empresas transnacionais favorecidas pelo governo, manifestavam seu descontentamento através das entidades empresariais, como a Federação Nacional das Indústrias. A eles logo se juntaram os militares da linha-dura nacionalista. Castelo Branco era próximo do grupo da ESG (cujo grande ideólogo era o General Golbery do Couto e Silva), de linha 'liberal e internacionalista', isto é, adepto de uma intervenção política mais limitada e próximo dos Estados Unidos e do capital estrangeiro. Já a chamada 'linha-dura', se era favorável a métodos políticos mais violentos e a uma intervenção mais profunda na sociedade, por outro lado apoiava o nacionalismo desenvolvimentista, como seus colegas e rivais de esquerda, que haviam sido expulsos das Forças Armadas. Assim, a indicação de Costa e Silva representou uma resposta da burguesia nacional e da linha-dura nacionalista, contrariando o grupo castelista.

Eleito pelo Congresso, Costa e Silva assumiu o poder em março de 1967, tendo como vice um civil da

Sob Médici, o mercado interno

cresceu, mas a pobreza aumentou

e os salários caíram

Banco Mundial passaram a liberar recursos, enquanto igualmente tinha início o afluxo de novos investimentos (em escala modesta). Assim, estabilizaram-se as finanças, embora num quadro recessivo bastante forte. Isto, aliado à desarticulação dos partidos, sindicatos e do movimento popular, recuperava a confiança da comunidade financeira internacional no Brasil.

Costuma-se considerar a política econômica do primeiro governo militar como meramente conjuntural e saneadora. Contudo, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), introduzia também certas reformas de médio e longo prazo, fundamentais para a construção de um capitalismo moderno no Brasil. A reforma tributária centralizava, tornava eficiente e aumentava a arrecadação; criava-se o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional, dotados de amplos poderes; introduziam-se as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN, títulos do governo corrigidos

no BNH, fomentando o setor da construção civil. Teoricamente destinados à moradia popular, os recursos acabaram sendo empregados em habitações de classe média, infraestrutura para empresas e em projetos viários urbanos.

No campo diplomático, o governo Castelo Branco representou um verdadeiro recuo, abandonando o terceiromundismo, o multilateralismo e a dimensão mundial da Política Externa Independente, regredindo para uma aliança automática com os Estados Unidos e para uma diplomacia de âmbito hemisférico e bilateral. O que embasava tal política era a geopolítica típica da Guerra Fria, teorizada pela Escola Superior de Guerra, com seu discurso centrado nas fronteiras ideológicas e no perigo comunista. Em troca da subordinação à Washington e do abandono da diplomacia desenvolvimentista, o Brasil esperava receber apoio econômico. O Chanceler Juracy Magalhães chegou a afirmar que "o que é bom para os Estados Unidos é

ARENA, Pedro Aleixo, prometendo retomar o desenvolvimento econômico e liberalizar o regime, o que permitiria uma maior participação da burguesia nacional. Contudo, o destino dessa espécie de populismo autoritário-paternalista seria outro. Os Estados Unidos pressionaram pela manutenção da antiga equipe econômica, produzindo-se o primeiro atrito e ameaças veladas. Aliás, em junho de 1966 ocorreu um atentado à bomba no aeroporto de Recife, onde o recém indicado Costa e Silva deveria desembarcar.

Hélio Beltrão e Delfim Neto foram nomeados Ministros do Planejamento e Fazenda, respectivamente, e atenuaram a política monetarista de seus antecessores, retomando o desenvolvimento econômico, que atingiu um crescimento de 9,3% do PIB em 1968. O Programa Estratégico de Desenvolvimento do governo estabeleceu o controle dos juros, atenuou o aperto financeiro e favoreceu o setor da indústria pesada e energia. Consolidou-se o papel do

Estado na economia, que além de orientar e coordenar no plano macroeconômico, criava empresas estatais nos setores estratégicos, que não interessavam ao capital estrangeiro nem ao privado nacional. Curiosamente, o regime militar, que tinha como um dos seus objetivos reverter o estatismo inerente ao nacional-populismo, acabou lançando mão dos mesmos métodos.

As relações internacionais também representaram uma ruptura profunda em relação ao governo anterior, contrariando frontalmente Washington. A Diplomacia da Prosperidade do Chanceler Magalhães Pinto, enquanto política externa voltada à autonomia e ao desenvolvimento, assemelhava-se muito à PEI, embora sem fazer referência à reforma social. Ressaltava que a *détente* entre os Estados Unidos e a União Soviética, fazia emergir o antagonismo Norte-Sul, e em função disso definia-se como nação do Terceiro Mundo e propugnava uma aliança com este, visando a alterar as regras injustas do sistema internacional. Tal foi a tônica

na II UNCTAD (Conferência da ONU para o Desenvolvimento), onde o discurso do representante brasileiro valeu-lhe sua indicação para o recém criado Grupo dos 77, bem como na recusa em assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP).

Na América Latina, o Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) passou a criticar a criação de uma Força Interamericana de Paz, propôs a integração regional horizontal e a cooperação nuclear, além de buscar relacionar-se com a Hispanoamérica através da CECLA (Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana) e não da OEA, dentro de um enfoque que se afastava do pan-americanismo e buscava o latinoamericanismo. Tal política agravou as relações com os Estados Unidos, que passaram a criticar Costa e Silva e a estabelecer novas alianças e estratégias para recolocar o Brasil no caminho de 64. A crise do governo e sua queda, foram motivadas tanto pelo acirramento da luta interna (no grupo dirigente e na sociedade), como por claras pressões externas.



O Regime Militar montou uma forte infra-estrutura, com ênfase na energia elétrica, como a construção de Itaipú (foto)

Médici e a diplomacia do interesse nacional (1960-74)

A Junta Militar (setembro-outubro de 1969) e o governo Médici caracterizaram-se pela forte repressão à oposição armada e a importantes segmentos da sociedade. No campo econômico, contudo, as coisas eram diferentes. Como havia declarado o novo presidente, “o Brasil vai bem, mas o povo vai mal”. Durante o governo Médici, sob o comando do poderoso Ministro da Fazenda, Delfim Neto, a economia cresceu em torno de 10% ao ano entre 1970 e 1973, fenômeno popularizado pelo regime como milagre brasileiro. Os governos anteriores haviam criado uma estrutura e preparado o caminho para tal crescimento, especialmente a presidência de Costa e Silva. Consolidava-se o famoso tripé econômico: as empresas

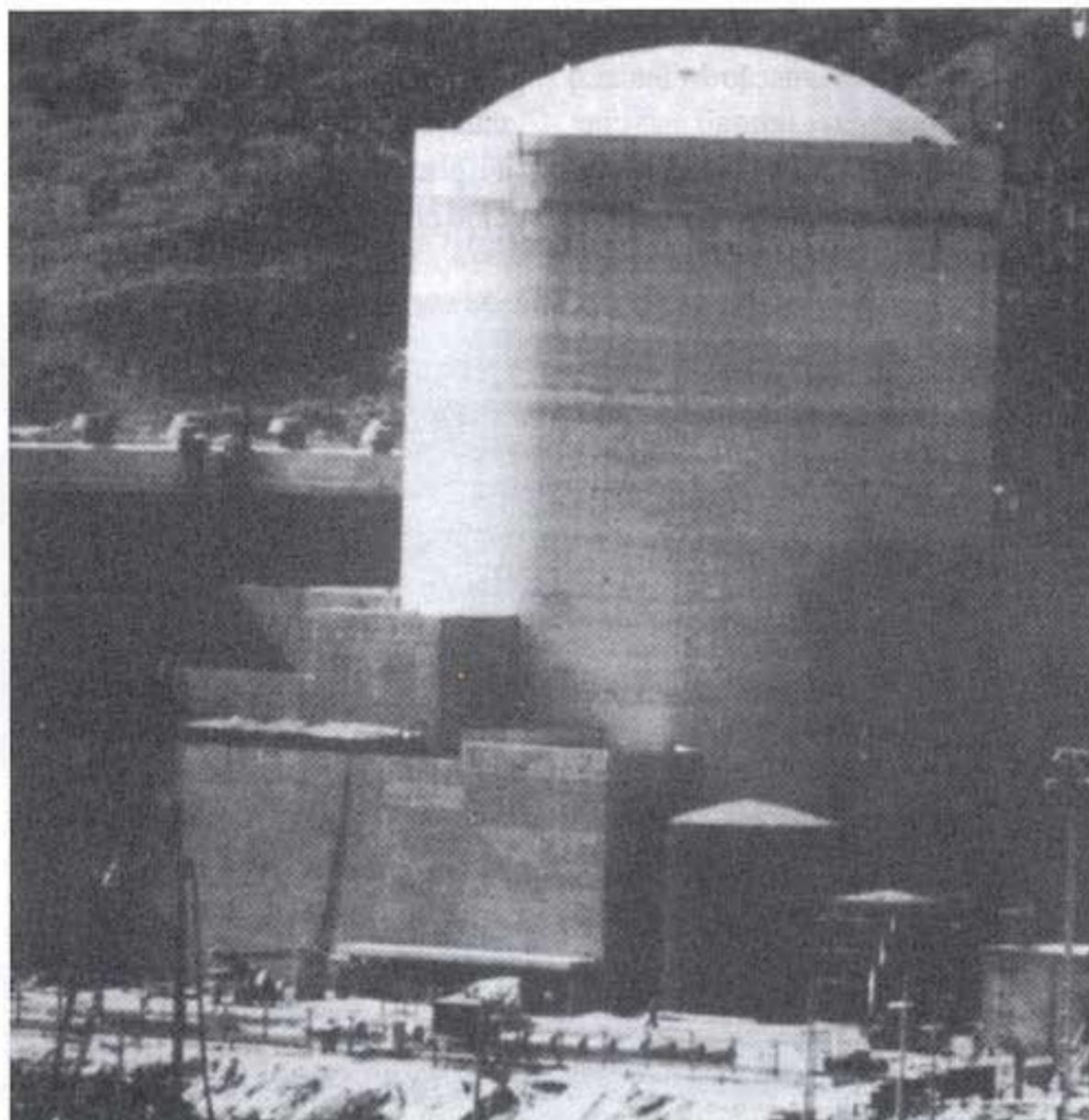
estatais encarregavam-se da infraestrutura, energia e das indústrias de bens de capital (aço, máquinas-ferramenta), as transnacionais produziam os bens de consumo duráveis (automóveis e eletrodomésticos) e o capital privado nacional voltava-se para a produção de insumos (autopeças) e bens de consumo popular. A indústria automobilística tornou-se o setor mais dinâmico da economia, atingindo uma produção anual de um milhão de unidades. Longe de gerar rivalidade, o tripé estabelecia uma divisão de trabalho e, uma vez que o crescimento era grande, havia lugar para todos.

Apesar do arrocho salarial (Delfim Neto dizia que “era preciso primeiro fazer o bolo crescer, para só depois dividi-lo”), criou-se uma nova classe média de técnicos e profissionais liberais

ligada ao ‘milagre’ e fortemente consumidora. Assim, os bens de consumo popular cresceram abaixo da média, enquanto automóveis e eletrodomésticos sofisticados chagavam a crescer o dobro. Além da forte concentração de renda, também ocorreu grande concentração econômica, principalmente no setor financeiro. A poupança espontânea da classe média e compulsória dos trabalhadores (fundos governamentais como o FGTS) carrearam recursos para investimentos, enquanto as aplicações na Bolsa de Valores passaram a ser comuns para os ‘novos ricos’. Assim, enquanto ocorria a pauperização e redução do nível salarial de parte da população, crescia o mercado interno, de forma estratificada. Mas isto era insuficiente para o nível de crescimento da economia, sendo necessário buscar-se mercados externos para produtos industriais.

Repressivo e formalmente pró-americano, mas por outro lado desenvolvimentista, o governo Médici constitui um fenômeno complexo e contraditório, de difícil explicação. Contudo, ao analisar-se sua política exterior e seu projeto de Brasil Potência, o aparente paradoxo torna-se compreensível. A auto-intitulada Diplomacia do Interesse Nacional do Chanceler Mário Gibson Barbosa promoveu visíveis alterações de forma, em relação à Diplomacia da Prosperidade de Costa e Silva. A solidariedade terceiromundista foi abandonada, bem como o discurso politizado (substituído pelo pragmatismo), a estratégia multilateral cedeu lugar ao estrito bilateralismo e à via solitária, e as áreas de atrito com os Estados Unidos receberam maior atenção, estabelecendo-se um relacionamento satisfatório.

Contudo, além de denunciar a tentativa de “congelamento do poder



Depois que os EUA recusaram-se a colaborar com o projeto nuclear brasileiro, Geisel assinou um tratado com a Alemanha Ocidental, para a construção da Usina Nuclear de Angra, no RJ (foto)

mundial” pelas grandes potências, a nova política externa tinha objetivos ambiciosos, como “o ingresso do Brasil no Primeiro Mundo. Até o final do século (...) construir-se-á no país uma sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana, assegurando-se a viabilidade econômica, social e política do Brasil como grande potência”. Assim, ao lado da aparente convergência com Washington, o país manteve seus ataques (agora apenas em seu próprio nome) às estruturas do comércio e finanças internacionais, recusou-se a assinar o TNP e avançou o projeto de qualificação tecnológica e construção de uma indústria armamentista nacional. Além disso, a atração de investimentos e tecnologia foi maximizada com o estreitamento de laços com outros pólos do capitalismo, como Japão e Europa Ocidental. Este processo, bem como o desenvolvimento econômico, foram também facilitados pelo desempenho positivo da economia mundial entre 1968 e 1973. Forte impacto simbólico teve a ampliação do mar territorial brasileiro de 12 para 200 milhas em 1970, contra a vontade dos Estados Unidos.

Assim, como foi possível conciliar boas relações com os EUA com um projeto nacionalista-industrializante de grande potência, o que para os governos anteriores fora impossível? Os problemas políticos internos do Brasil (combate à guerrilha) produziram uma forma de solidariedade por parte da Casa Branca, num momento em que governos de esquerda estavam no poder no Chile, Bolívia e Peru, e que a Argentina e o Uruguai conheciam uma confrontação política interna que beirava a guerra civil. Assim, o Brasil era um aliado necessário para estabilizar a região, principalmente

num momento em que a Doutrina Nixon preconizava um desengajamento relativo dos Estados Unidos e a transferência de determinadas tarefas à potências regionais aliadas (Irã, Israel, Brasil, África do Sul, Paquistão). Neste sentido, o Brasil

gradativo do petróleo desde 1971, o que aumentava seu poder de compra e obrigava o Brasil a garantir o abastecimento, buscando simultaneamente compensações ao encarecimento das crescentes importações de combustível (que desequilibrava a

Geisel aprofundou o processo de industrialização pela via da substituição das importações

cumpriu com o papel que Washington esperava, ao fornecer apoio aos golpes de Estado no Chile, Uruguai e Bolívia. Existia, portanto, um espaço internacional para a configuração de um projeto de potência média regional e uma conjuntura latino-americana altamente favorável. Também é importante considerar que a complementaridade econômica entre os dois países era cada vez menor, e que Nixon estava mais preocupado em desengajar seu país do Vietnam e buscar novas estratégias para a recuperação da desgastada hegemonia norte-americana.

A Diplomacia do Interesse Nacional, preocupada exclusivamente em tirar proveito das brechas existentes no sistema internacional, enfatizou uma estratégia individual de inserção, estabelecendo relações essencialmente bilaterais, especialmente em direção aos países mais fracos. Tal foi o caso da América do Sul e Central e dos países neocoloniais africanos do Golfo da Guiné, com os quais o Brasil assinou convênios culturais, de cooperação técnica e comerciais, abrindo linhas de crédito para a aquisição de produtos brasileiros. Mais ousada e repleta de conseqüências foi a aproximação com os países árabes, devido ao aumento

balança comercial). A Guerra do Yom Kippur em outubro de 1973, e o subsequente aumento violento e embargo parcial de petróleo, aprofundarão qualitativamente o problema no governo seguinte.

Geisel e o pragmatismo responsável (1974-79)

O aumento vertiginoso do preço do petróleo no final de 1973 atingiu o Brasil em cheio, não apenas em suas contas externas, mas no próprio cerne do projeto de desenvolvimento. Os governos militares haviam negligenciado o transporte ferroviário e hidroviário, em proveito do rodoviário, e o público em proveito do individual, o que favorecia as indústrias automobilísticas transnacionais e implicava num crescente consumo de petróleo importado. Apesar de Geisel haver herdado um PIB de 133 bilhões de dólares, uma inflação anual de 18,7% e uma dívida externa de 12,5 bilhões de dólares, o ‘milagre’ legara-lhe problemas estruturais, pois apostara num modelo que empregava energia importada barata, dependia do afluxo de investimentos de capitais estrangeiros e da utilização de tecnologia também importada. Além do aumento do preço do petróleo encarecer as

importações brasileiras, produziu uma forte recessão nos países industrializados, o que gerou uma queda nos investimentos externos e nas importações de produtos brasileiros por parte destes e de países em desenvolvimento não produtores de petróleo. No plano interno, o mercado consumidor também se reduzia, colocando a produção e o comércio brasileiros em sérias dificuldades.

Desta forma a nova equipe econômica, integrada por Mario Henrique Simonsen no Ministério da Fazenda e João Paulo dos Reis Velloso no Planejamento, precisava buscar

estatal. Aliás, o Estado consolidou-se como maior agente produtivo, e possibilitou a reação econômica que o governo estava desencadeando.

Embora tivesse que cortar gastos para controlar a inflação, o governo manteve um crescimento econômico que oscilou entre 5 e 10% ao ano, criou 5 milhões de novos empregos e aumentou as exportações em 50%. Contudo, como as importações continuaram altas, lançou-se mão de uma maior tributação (agravando as tensões sociais) e de empréstimos externos. Como havia abundante liquidez no mercado financeiro internacional, com os

diplomacia denominada Pragmatismo Responsável e Ecumênico do Chanceler Azeredo da Silveira foi estreitar vínculos com os países árabes. O Itamaraty permitiu a instalação de um escritório da OLP em Brasília, apoiou o voto anti-sionista na ONU e adotou uma intensa política exportadora de produtos primários, industriais e serviços, em troca do fornecimento de petróleo. Mais do que isto, o Brasil adotou uma íntima cooperação com potências regionais como Argélia, Líbia, Iraque e Arábia Saudita, sob a forma de joint-ventures para prospecção no Oriente Médio através da Braspetro, e para o desenvolvimento tecnológico e industrial-militar (venda de armas brasileiras e projetos comuns no campo dos mísseis).

Com relação ao campo socialista, ocorreu um incremento comercial com os países com os quais já possuíamos vínculos, o bloco soviético, e o impactante estabelecimento de relações diplomático-comerciais com a República Popular da China em 1974. É interessante ressaltar que o Brasil passou a cooperar com estes países também em termos estratégicos, como forma de afirmar sua presença autônoma no cenário mundial. Da mesma forma, a atuação brasileira na ONU e nas demais organizações internacionais conheceu um intenso protagonismo, e isto em convergência explícita com o Terceiro Mundo e suas instituições representativas. Na mesma linha, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo marxista do MPLA em Angola, mantendo também estreitas relações políticas e econômicas com Moçambique e outros Estados da Linha de Frente da África Austral. Aliás, a política africana do Brasil conheceu um incremento espetacular neste período.

Mesmo no âmbito das potências

A redemocratização foi marcada pela continuidade da política anti-popular, e pela resistência do projeto nacional-desenvolvimentista

alternativas urgentes. O II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), lançado por Geisel em setembro de 1974, longe de adotar uma estratégia defensiva, preparou um aprofundamento do processo de industrialização por substituição de importações, com vistas a tornar-se auto-suficiente em insumos básicos e, se possível, em energia. O governo optou por diversificar as fontes de energia, lançando um ambicioso programa de construção de hidrelétricas, usinas nucleares, incremento da prospecção de petróleo (através dos Contratos de Risco com empresas estrangeiras) e produção de álcool para combustível automobilístico (Projeto Proálcool). Além disso, foi intensificada a capacitação tecnológica do país em diversas e importantes áreas, como a nascente informática e a petroquímica, com base em esforço

petrodólares de juros baixos, contraíram-se empréstimos que, devido a elevação brutal dos juros da dívida nos anos 80, deixariam futuramente o país em situação desesperadora. Paralelamente, o regime iniciou um processo de abertura política controlada.

A reação econômica do governo Geisel implicava proceder a uma alteração significativa das relações exteriores, pois o capitalismo brasileiro atingira um nível de desenvolvimento que implicava num alto grau de inserção mundial. Isto se tornava ainda mais urgente devido à conjuntura internacional adversa, e ao fato do regime militar haver piorado ainda mais a distribuição de renda, fazendo com que o mercado interno fosse insuficiente para as dimensões da economia. O primeiro passo da



capitalistas, Geisel promoveu alterações significativas. Frente ao insatisfatório relacionamento com os Estados Unidos, não hesitou em dar um conteúdo qualitativamente superior ao relacionamento com a Europa Ocidental e o Japão, com os quais incrementou a cooperação comercial, atração de investimentos, transferência de tecnologia e implantação de projetos agrícolas e industriais. Com relação à Bonn e Tóquio, pode-se considerar que se estabeleceu uma cooperação estratégica, que ultrapassou de longe a tradicional política de barganha expressa pela diplomacia brasileira em outras ocasiões. Quando a Casa Branca recusou-se a colaborar com o projeto nuclear brasileiro, o presidente não vacilou em assinar um Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental. Frente às crescentes pressões americanas para desistir do Acordo, particularmente intensificadas após a emergência da política de direitos humanos da administração Carter em 1977, Geisel rompeu o Acordo Militar Brasil-EUA, vigente desde 1952. Também é digno de nota o avanço do programa espacial (foguetes e satélites) desenvolvido pelo Brasil, e que gradativamente será vinculado à cooperação com a China Popular.

Com relação à América Latina, o Brasil procurou estreitar a cooperação, abandonando o discurso ufanista de grande potência. Iniciou conversações com a Argentina para a solução do contencioso das barragens hidrelétricas da Bacia do Prata, obtendo um acordo durante o governo seguinte. O apoio ao regime militar argentino implantado em 1976 facilitou ainda mais a aproximação. Quando na segunda metade dos anos 70 surgiram rumores de uma possível internacionalização da Amazônia, o Brasil imediatamente reuniu os países vizinhos e com eles lançou a Iniciativa

Amazônica, estabelecendo uma estratégia comum para a exploração da região e reafirmação das soberanias nacionais dos países membro sobre ela.

O Pragmatismo Responsável, como não poderia deixar de ser, despertou a ferrenha oposição dos Estados Unidos, bem como de segmentos conservadores da política brasileira. Geisel precisou mediar constantemente conflitos entre o Conselho de Segurança Nacional, que opunha-se à muitos aspectos desta diplomacia, e o Itamaraty que a defendia. Um fato interessante foi que, desde a adoção desta linha diplomática, a grande imprensa internacional passou a atacar o governo com veemência, denunciando sistematicamente a violação de direitos humanos no país, o que só era feito em escala muito reduzida durante o governo Médici, que foi qualitativamente mais repressivo e não propunha uma abertura política.

Figueiredo, a crise da dívida e o universalismo (1979-85)

O último governo militar, ampliado para seis anos, marcou-se pelo aprofundamento da abertura política, em meio a grandes dificuldades, e dos problemas econômicos internos e externos, que pressionavam estruturalmente o modelo de desenvolvimento. A situação econômica e política mundial tornou-se dramaticamente adversa para o Brasil com o Segundo Choque Petrolífero (devido à Revolução no Irã e à guerra com o Iraque) e com o fim da *détente* em 1979, marcando uma vigorosa reação americana que se aprofundaria durante a Era Reagan. Além disso, durante os anos 70 processou-se uma rearticulação da economia mundial, através da reestruturação das formas produtivas, do estabelecimento de uma nova divisão internacional da produção e do desencadeamento de uma Revolução

Científico-Tecnológica, que voltaram a ampliar a distância entre os países capitalistas avançados e os em desenvolvimento. Coroando esta estratégia, em 1981 Reagan promoveu um violenta elevação da taxa de juros, tendo como um dos objetivos aumentar a dívida externa dos países do Sul. Assim, a crise da dívida constituía um instrumento de pressão contra a política econômica dos mesmos e um golpe mortal no projeto de desenvolvimento de nações como o Brasil.

Vencida a Síndrome do Vietnam, os Estados Unidos adotaram um maior protagonismo nas relações internacionais, com a Nova Guerra Fria e a Iniciativa de Defesa Estratégica, que além de tentar restaurar a bipolaridade e enfraquecer a União Soviética, criava instrumentos para a subjugação política e extração de recursos do Terceiro Mundo. Enquanto a União Soviética e a ONU enfraqueciam-se como instrumentos de apoio para os países periféricos, os Estados Unidos eliminavam as possibilidades de relações multilaterais, desarticulando progressivamente a atuação coordenada do Terceiro Mundo. Para completar, o

e executada a derrota da Argentina e a implosão de seu regime militar, reforçaram a percepção do governo e da diplomacia brasileira de que estava se processando uma rearticulação do sistema internacional fortemente negativa para a autonomia dos países de porte médio do Terceiro Mundo. Isto levou o Brasil a apoiar integralmente a Argentina, inclusive com a venda secreta de aviões de combate durante a guerra, o que solidificou a cooperação entre ambos, a qual continuou crescendo com o retorno da democracia na Argentina.

A política externa do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro auto-denominou-se de Universalismo, e esforçou-se por manter a autonomia do Brasil num cenário crescentemente desfavorável, conservando fortes traços de continuidade com o Pragmatismo Responsável. Definindo o país como parte do Terceiro Mundo, a diplomacia brasileira continuou a atuar nos fóruns internacionais em convergência com o Movimento Não-Alinhado (embora não membro efetivo), denunciando as estruturas políticas e econômicas internacionais. Com a gradativa submissão da Europa Ocidental e do

resultados de tal cooperação.

Com relação ao Oriente Médio e à China, o Brasil intensificou a cooperação, obtendo resultados relativamente positivos, embora dificultados pelas conseqüências da Guerra do Golfo e dos problemas econômicos internos do Brasil. A indústria armamentista estatal brasileira, tendo atingido elevado grau de desenvolvimento, conseguiu neste período incrementar suas exportações, tanto para os países árabes como, em menor medida, para os africanos e centro-americanos. Apesar de tal atitude nesta última região, o Brasil fez-se cada vez mais presente, apoiando o Grupo de Contadora na mediação do conflito centro-americano.

A implantação da Guerra Fria e a solução militar protagonizada pelos Estados Unidos (conflito de baixa intensidade na Nicarágua e El Salvador e invasão de Granada), levaram o Brasil a integrar o Grupo de Apoio à Contadora, e depois o G-8, convergindo com a diplomacia mexicana, venezuelana e argentina. A América do Sul, por sua vez, constituía cada vez mais um espaço valorizado pela diplomacia brasileira, incrementando uma cooperação político-econômica, cujo eixo central era o acercamento com a Argentina. Além disso, o Brasil observava com extrema inquietação a crescente pressão americana pela redemocratização no Cone Sul, interpretando o fenômeno como uma estratégia de desarticulação das potências médias e de legitimação do pagamento da dívida externa destas.

A crescente dificuldade das exportações, na medida em que o Estado carecia de recursos para continuar financiando-as, a queda no afluxo de capital estrangeiro e o aumento dos pagamentos para amortização da dívida externa, provocaram uma severa recessão em 1982-83, além de

O regime militar cumpriu dois objetivos básicos: construiu um capitalismo industrial moderno e dependente, e conteve o movimento popular

surgimento do neoliberalismo nos países centrais tornava ainda mais difícil a sobrevivência de experiências capitalistas nacional-desenvolvimentistas no Sul.

A América Latina foi atingida em cheio pela crise da dívida em 1981 e, em seguida, pela Guerra das Malvinas em 1982. A maneira como foi articulada

Japão ao rearranjo econômico e diplomático-estratégico da administração Reagan, a cooperação com estes países conheceu uma significativa redução. Na África, o Brasil manteve uma presença importante, mas a recessão da década perdida naquele continente e o aprofundamento da guerra na África austral, limitaram fortemente os



incrementar a inflação, obrigando o Brasil a pedir uma moratória. O Ministro Delfim Neto, que voltara à direção da economia, conduziu difíceis negociações com o FMI, o qual exigia a aplicação de um programa ainda mais recessivo para sanear as finanças e liberar novos empréstimos. A estratégia brasileira foi a de ganhar tempo, prometendo e não cumprindo, enquanto aceitava alguns itens do programa mas manobrava para tentar manter o projeto de desenvolvimento. Este, concretamente, ingressava num processo de desagregação, temperado por medidas paliativas e, geralmente, contraditórias. A dívida externa atingirá a cifra de 100 bilhões de dólares e o aprofundamento da crise produzirá o aumento do custo de vida e uma série de impasses na política salarial e nos indicadores sociais.

A redemocratização não apenas foi marcada por traços de continuidade política no sentido anti-popular, mas também como resistência do projeto nacional-desenvolvimentista, embora num contexto interno e externo ainda mais adverso. Com o advento dos governos neoliberais nos anos 90, o governo Sarney aparece mais ainda como uma tentativa de preservar o combalido projeto da 'Era Vargas'.

Conclusão

Do início da década de 60 ao fim da de 80, a história brasileira foi marcada pela ascensão e queda do regime militar, que permaneceu no poder por 21 anos e alterou profundamente a sociedade brasileira. Estabelecer um balanço deste período é algo difícil, que poucos

tiveram a coragem de fazer. Basicamente, o regime militar propôs e cumpriu dois objetivos básicos: construir um moderno capitalismo industrial e conter o movimento popular. Quanto ao primeiro aspecto, é preciso considerar que os militares deixaram o Brasil na posição de único país ao sul do Equador dotado de um completo e diversificado parque industrial, ao contrário de seus congêneres do Cone sul, que desindustrializaram seus países. Neste sentido, é preciso reconhecer que o regime manteve um projeto de desenvolvimento e a perspectiva de projeto nacional. Obviamente, como país periférico e em decorrência de ser um projeto capitalista, isto não reverteu a dependência do país, até hoje estrangulado pela dívida externa e marcado por uma série de distorções.

Ao longo deste caminho, as elites tradicionais se modernizaram, e redimensionaram as estruturas de dominação, que seguem vigentes. As desigualdades sociais, por sua vez, tornaram-se ainda maiores, colocando o país na posição de liderança da pior distribuição de renda do mundo. Mesmo tendo atingido a posição de oitava economia do mundo nos anos 80, o Brasil ostenta índices de analfabetismo, pobreza e doenças que o situam entre os mais pobres do mundo. Tendo que manter submissa politicamente e excluída economicamente grande parte da população, e optando por um modelo sócio-econômico dinâmico mas tendente às desigualdades, a burguesia brasileira

gerou uma contradição insolúvel, que a obrigou a procurar certos caminhos de autonomia, os quais antagonizavam certas regras da ordem capitalista mundial.

No caminho da modernização (econômica) sem mudança (social), o Brasil vive ainda as mesmas tensões internas de trinta anos atrás, só que mais graves e num cenário mais complexo. Além disso, mesmo as conquistas materiais 'nacionais' estão hoje ameaçadas pelo reordenamento internacional e pelo projeto neoliberal, que critica justamente o caráter nacional e industrializante de viés estatal do governo militar (e da Era Vargas), acusando-os de serem a fonte dos problemas atuais. Contudo, os desdobramentos da modernização econômica sem mudança social está criando condições objetivas para a superação das contradições estruturais acima mencionadas. Falta ainda, contudo, amadurecer as condições subjetivas, que dependem da consciência e mobilização de determinados agentes sócio-políticos. Uma das condições preliminares para tanto, é realizar-se uma análise objetiva do regime militar e das transformações sociais que produziu no Brasil, levando-se em consideração sua dimensão nacional-desenvolvimentista, ainda que de viés conservador. 

Paulo G. Fagundes Vizentini é doutor em História pela USP, e professor-pesquisador de História contemporânea e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O socialismo é inevitável (!?!)

BERNARDO JOFFILY

Este debate coincide com a maré pós-modernista, em conexão com o colapso soviético e o envenenado ambiente ideológico de Restauração neste fim de século

Trabalhador industrial e camponesa, V. Mukhina, 1935

O debate pertence à pauta suscitada, ou resuscitada, pela crise do socialismo. Envolve várias alas do pensamento marxista. E aflora intermitentemente no Partido Comunista do Brasil, desde o 8º Congresso até agora, no 150º aniversário do *Manifesto do Partido Comunista*. Questiona-se este trecho:

“À medida em que a grande burguesia se desenvolve, desmorona sob seus pés a própria base em que assentou sua produção e sua apropriação dos produtos. A burguesia produz antes de mais nada os seus próprios coveiros. Sua eliminação e o triunfo do proletariado são igualmente inevitáveis.” (1)

Os que tomaremos a liberdade de chamar *evitabilistas* vêm aí um deslize dogmático do *Manifesto*. Sugerem que se ampute a excrescência do corpo teórico marxista.

Com a palavra Karl Marx

É de justiça começar dando a palavra a Karl Marx, não para invocar o santo nome do fundador da doutrina mas porque ele tem o que dizer a respeito, e disse. O trecho citado não é uma excrescência. O próprio Marx o explicita numa célebre carta a Weydemeyer:

“No que toca a mim, não me cabe o mérito de ter descoberto a existência das classes na sociedade moderna nem a luta entre elas. Muito antes, alguns historiadores burgueses já haviam descrito o desenvolvimento histórico desta luta de classes, e alguns economistas burgueses a sua anatomia econômica. O que apresentei de novo foi demonstrar: 1) que a existência das classes diz respeito apenas a determinadas fases históricas, do

desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado; 3) que esta mesma ditadura não é senão a passagem para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes.” (2)

Engels tem a mesma convicção:

“Estamos agora aproximando-nos de uma fase de desenvolvimento da produção em que a existência das classes não só deixou de ser uma necessidade, mas até se converteu em um obstáculo à própria produção. As classes vão desaparecer, de maneira tão inevitável como surgiram no passado. Com a desaparecimento das classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado.” (3)

A teoria da inevitabilidade

Mas é *O capital* que expõe uma verdadeira teoria da inevitabilidade do socialismo. Falando da *Tendência histórica da acumulação capitalista*, Marx examina como a acumulação primitiva resume-se à expropriação do produtor imediato, à dissolução da propriedade baseada no trabalho pessoal. E segue:

“Desde que este processo de transformação decompôs o suficiente a velha sociedade, de alto a baixo, desde que os produtores são transformados em proletários e suas condições de trabalho em capital, desde que por fim

o regime capitalista se sustenta unicamente pela força econômica das coisas, então a socialização ulterior do trabalho, assim como a transformação progressiva da terra e dos demais meios de produção em instrumentos socialmente explorados, numa palavra, comuns, a expropriação ulterior dos proprietários privados reveste-se de uma nova forma. Agora trata-se de expropriar não mais o trabalhador independente e sim o capitalista, o chefe de um exército ou uma esquadra de assalariados.

Esta expropriação se realiza pelas leis imanentes da produção capitalista, que conduzem à concentração dos capitais. Correlatamente com essa centralização, com a expropriação de um grande número de capitalistas por um punhado deles, desenvolvem-se em escala sempre crescente a aplicação da ciência à técnica, a exploração conjunta e metódica da terra, a transformação da ferramenta em possantes instrumentos só empregáveis coletivamente, a economia dos meios de produção, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado universal, e com isso o caráter internacional do regime capitalista. À medida em que diminui o número dos potentados do capital que usurpam e monopolizam todas as vantagens deste período de evolução social, crescem a miséria, a opressão, a degradação, a exploração, mas também a resistência da classe operária cada vez maior, mais disciplinada, unida e organizada pelo próprio mecanismo da produção capitalista. O monopólio do capital torna-se um entrave para o modo de produção que cresceu e prosperou com ele e sob seus auspícios. A socialização do trabalho e a centralização de seus meios materiais alcançam um ponto onde eles já não podem caber em seu invólucro capitalista. Este invólucro se estilhaça.

Soa a hora final da propriedade capitalista. Os expropriadores são por sua vez expropriados.

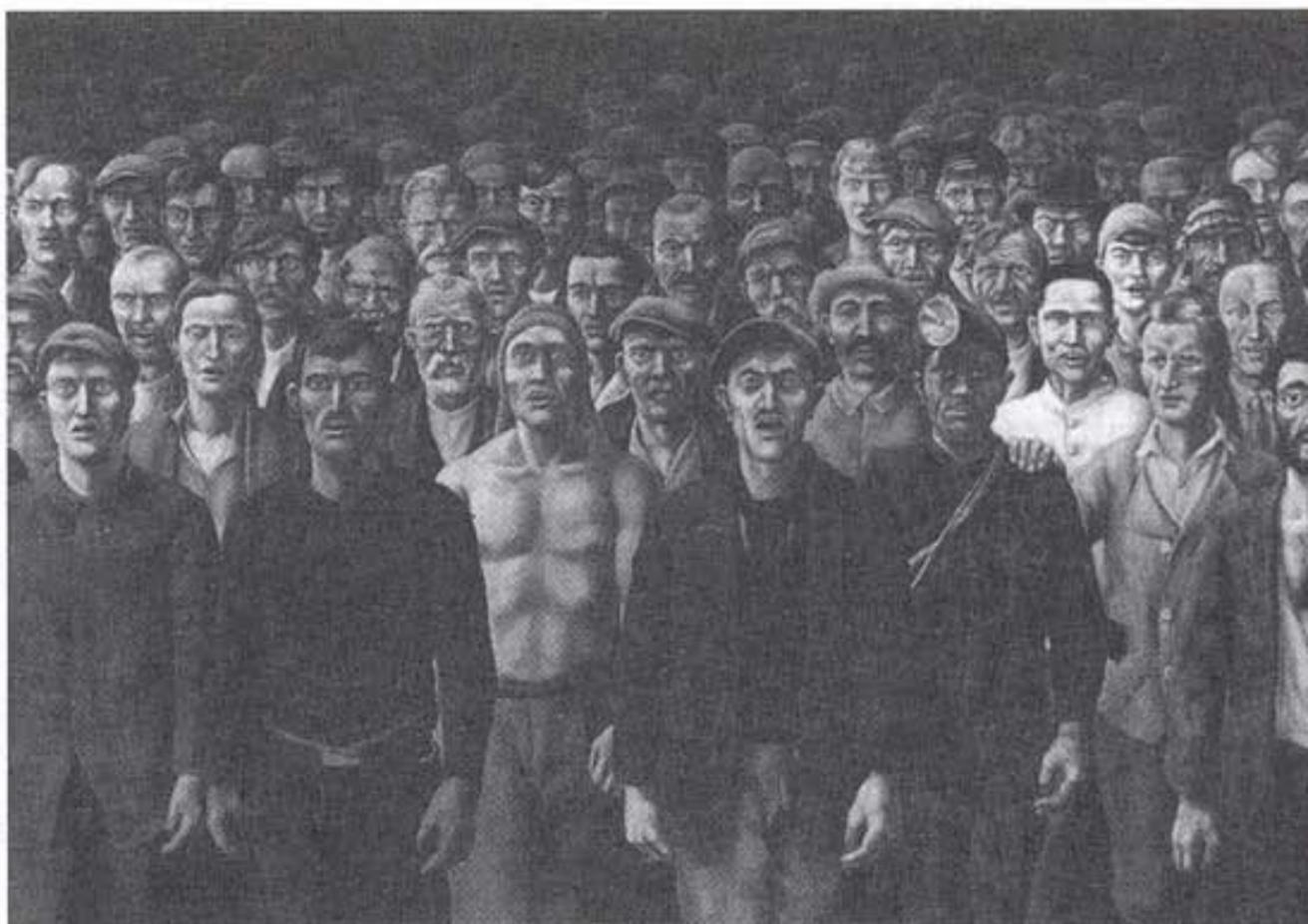
A apropriação capitalista, conforme o modo de produção capitalista, constitui a primeira negação desta propriedade privada, que não é senão o corolário do trabalho independente e individual. Mas a produção capitalista engendra sua própria negação com a mesma fatalidade das metamorfoses da natureza. É a negação da negação. Ela reestabelece não a propriedade privada do trabalhador, mas sua propriedade individual, embasada nas aquisições da era capitalista, sobre a cooperação e a posse comum de todos os meios de produção, inclusive a terra.

Para transformar a propriedade privada e parcelada, objeto do trabalho individual, em propriedade capitalista, foi necessário naturalmente mais tempo, esforços e sacrifícios, do que serão exigidos pela metamorfose em propriedade social de uma propriedade capitalista que, de fato, já repousa sobre um modo de produção coletivo. Antes, tratava-se da expropriação da massa por uns poucos usurpadores; agora, trata-se da expropriação de uns poucos usurpadores pela massa.” (4)

E, para não haver dúvidas, Marx repete o trecho do *Manifesto* sobre o triunfo dos coveiros.

Esta passagem oferece mais de um exemplo de como a abstração teórica permite descobrir leis gerais e portanto tendências gerais do desenvolvimento social. Marx deduz, do capitalismo concorrencial do século 19, sua conversão em capitalismo monopolista, que ele não chegou a viver. Não por acaso, Lênin, após passar em revista a metamorfose imperialista já consumada, torna à tecla em 1916:

“Estamos diante de uma socialização da produção e não de um simples



A internacional, óleo de Otto Griebel, 1928/30

‘entrelaçamento’; [...] as relações da economia e da propriedade privada constituem um invólucro que já não corresponde ao conteúdo; [...] este invólucro deve inevitavelmente se decompor, caso artifícios retardem sua supressão; [...] ele pode permanecer em estado de decomposição durante um período relativamente longo (no pior dos casos, caso a cura do abcesso oportunista se prolongue em demasia), mas [...], apesar de tudo, será inelutavelmente suprimido.” (5)

Produção social e apropriação privada

Voltemos a *O capital*: Marx deduz sua tese da contradição entre produção social e apropriação privada. A apropriação burguesa nega a apropriação que a precede, do artesão e do camponês que ainda reúnem em si a dupla condição de proprietários e trabalhadores. Mas ela traz em si sua própria negação, pois se apropria de uma produção cada vez mais social. Todo o desenvolvimento do capitalismo é também o desenvolvimento deste antagonismo.

Ora, a socialização da produção avança “correlatamente” com o as forças

produtivas que a exigem. Uma e outra são irreversíveis. A hipótese da humanidade desaprender a produção coletiva é tão plausível quanto a da Europa desdescobrir a América. A solução do antagonismo só pode derivar do conteúdo socializado do processo produtivo. A superação do capitalismo não é aleatória. Deriva da natureza deste, de suas contradições internas, está contida nele.

Uma variante evitabilista busca uma saída honrosa diferenciando *necessidade de inevitabilidade*: socialismo seria *necessário*, não *inevitável*. A distinção não se sustenta: em filosofia, *necessário* significa exatamente *indispensável, inevitável, obrigatório*. Só num sentido coloquial a palavra quer dizer *conveniente, útil, desejável*. E a substituição apenas turva a questão essencial: o capitalismo está fadado a perecer, e ceder lugar a um sistema de apropriação social? Ou pode eternizar-se? Ou é possível uma alternativa não-socialista que supere o sistema burguês?

Rosa Luxemburg: “socialismo ou barbárie”?

Posta a teoria, vejamos se ela resiste

às críticas evitabilistas. A mais usual esgrime o dilema “socialismo ou barbárie”, formulado por Rosa Luxemburg no *Panfleto de Junius* (1916). Deduz dele que a degradação do capitalismo abriria não uma mas duas alternativas: ou os socialistas cumprem sua tarefa histórica, ou a humanidade vai para a barbárie.

Pobre Rosa, logo ela, inevitabilista já na polêmica de juventude com o evitabilista Eduard Bernstein! (6) Se ela resvala, neste particular, é ao contrário, por catastrofismo, por superestimar a esfera econômica em si e o fator espontâneo. Mas voltemos ao “socialismo ou barbárie”: o que afirma o *Panfleto de Junius*?

“Friedrich Engels certa vez disse: ‘A sociedade burguesa encontra-se na encruzilhada, ou da transição para o socialismo ou do regresso à barbárie’. O que significa ‘regresso à barbárie’ para nossa sublime civilização européia? Até hoje, todos nós provavelmente repetimos estas palavras impensadamente, sem suspeitarmos de sua assustadora seriedade. Neste momento, basta olhar à nossa volta para saber o que significa o regresso da sociedade à barbárie. O triunfo do imperialismo conduz ao aniquilamento da civilização. [...] Trata-se de um dilema da história mundial, ou uma coisa ou outra; a escolha depende da decisão do proletariado com consciência de classe.” (7)

Rosa, como Engels, fala em *barbárie* não como uma hipotética formação social *alternativa* ao capitalismo e ao socialismo. Denuncia, sim, a guerra, as destruições e atrocidades burguesas, a *barbárie capitalista* — forma do sistema burguês ao apodrecer.

O argumento do cataclismo

O argumento do cataclismo é pueril mas fascina, por aparentemente liquidar

a discussão: como o socialismo será inevitável, se a bomba atômica pode varrer toda vida da face da Terra?

Eis um típico sofisma. Sim, a humanidade e toda a vida terrestre podem desaparecer, em uma guerra nuclear, um desastre cósmico ou outro fenômeno natural. Sem sociedade humana, deixam de vigir as leis de seu desenvolvimento, a determinação da consciência social pelo ser social, a luta de classes, e as leis próprias do capitalismo, a contradição produção social-apropriação privada e sua inevitável superação. Não havendo vida, cessa igualmente a vigência das leis da biologia. E daí? Não seria o caso de internar num manicômio o biólogo que contestasse por isso a lei da evolução das espécies?

Como lembra Lênin, “o desenvolvimento de todas as sociedades humanas ao longo dos milênios, em todos os países, sem exceção, revela uma sujeição geral a leis, uma regularidade e consequência”. (8) Isto significa que, na contenda filosófica entre deterministas e indeterministas, o marxismo alinha-se inequivocamente com os primeiros, para horror dos evitabilistas, que flertam com o indeterminismo. Por isto o socialismo marxista proclama-se *científico*. Só no campo do determinismo as ciências sociais merecem o nome de ciências, e não meras coleções de eventos aleatórios, caóticos e imprevisíveis.

Por que mobilizar-se pelo que é inevitável?

Há quem acuse o inevitabilismo de desmobilizador. Afinal, se é certo que o socialismo virá, por que lutar por ele?

A objeção merece primeiro um reparo metodológico. Em ciência, é inadmissível desqualificar uma premissa em nome de seus efeitos indesejáveis. Esse método poderia levar

alguém, por exemplo, a negar o papel da violência na história por aversão a matanças e carnificinas. É o que fazem os pacifistas — e têm razão... caso se tome os valores morais e éticos como abstrações a-históricas. Porém a violência nem por isso acaba. E, ao existir, inverte o quadro, tornando justificável, louvável e até obrigatório o seu uso para tomar as Bastilhas e Palácios de Inverno da história.

Quanto ao mérito do argumento, deixemos a palavra ao filósofo G. Plekhanov — para Lênin “o melhor que existe em toda a literatura do marxismo mundial”:

“Uma concepção materialista da vontade se concilia perfeitamente na prática com a atividade mais intensa. Lanson faz notar que ‘todas as doutrinas que mais exigiram da vontade humana puseram como princípio a impotência da vontade; tiraram o livre arbítrio e entregaram o mundo à fatalidade’. Lanson faz mal em acreditar que toda a negação do que chama liberdade da vontade conduz ao fatalismo. Mas este erro não o impediu de salientar um fato histórico da mais alta importância: a história mostra com efeito que o próprio fatalismo não só não é sempre um obstáculo à atividade prática, mas, pelo contrário, revelou-se em certas épocas a base psicológica indispensável de uma atividade intensa. Basta citar o exemplo dos puritanos, que ultrapassaram de longe em energia os outros partidos da Inglaterra do século 17, ou os discípulos de Maomé [...]. Engana-se quem imagina que basta estarmos convencidos da inevitável realização de algo para nos privarmos de toda a possibilidade psicológica de contribuir para isso ou de nos opormos. A minha atividade própria constitui um elo necessário na cadeia dos acontecimentos necessários? Eis a questão crucial. Se responder

afirmativamente, só experimentarei menos hesitação e agirei com mais decisão”. (9)

A fragilidade do argumento fica mais clara no exame de outras inevitabilidades, como a da luta de classes, que nossos inevitabilistas admitem. Imaginemos, para efeito de raciocínio, o seguinte discurso em uma assembléia sindical:

– Companheiros! É fato que nosso salário é infame, a proposta patronal parece um tapa em nossa cara e uma greve seria mais do que justa. Mas... eu sou marxista! Estou convencido de que a luta de classes é inevitável! E a noção dessa inevitabilidade me traz uma não menos inevitável desmobilização... Se a luta de classes não depende de mim, que continue assim. Sinto, mas não contem comigo.

O orador por certo iria acompanhar nosso biólogo no manicômio. Salta aos olhos que seu discurso é insensato: a certeza da inevitabilidade da luta de classes, longe de inibir, estimula os trabalhadores. Por que seria diferente com o socialismo?

O determinismo vulgar

A crítica ao evitabilismo indeterminista exige o combate simultâneo no flanco oposto, ao determinismo vulgar que impregnou boa parte da literatura marxista do século. Essa variante empobrecida se condensa em especial na “teoria da roda da história”, que supostamente “não anda para trás”. O retorno explícito da ex-URSS ao capitalismo desmoralizou essa “teoria”, mas há exemplos anteriores de que em certas circunstâncias a “roda” pode, sim, retroceder. É o caso da Restauração feudal-absolutista na Europa após a derrota de Bonaparte (1815); só com a Revolução de 1848 a “roda” voltou a avançar.

O erro da “teoria da roda” reside em

aplicar mecanicamente à *trajetória concreta* das formações históricas as *leis gerais* do materialismo histórico. Estas são uma imensa descoberta, mas na esfera da teoria, da filosofia da história. Sua ação nas formações históricas depende de cada realidade concreta, sua trajetória, suas incontáveis relações internas e externas. Fugir do árduo labor de analisar concretamente a realidade histórica parece cômodo, mas leva ao erro. A “teoria da roda da história” é uma dessas quimeras simplificadoras, assim como sua coirmã, a “teoria dos cinco modos de produção”.

Objetividade e subjetividade da revolução socialista

Aparentemente antípodas, determinismo vulgar e evitabilismo coincidem ao menos em um ponto: ignoram o nexos objetividade-subjetividade. Um exemplo do primeiro tipo é a afirmação de J. Stalin admitindo a possibilidade de se chegar ao socialismo ainda que o fator subjetivo falhe por completo, “assim como um navio, mesmo à deriva, termina por alcançar terra firme”. Já o evitabilismo concebe a hipótese da nave social vagar eternamente sem achar quem o pilote.

O equívoco partilhado reside em desconhecer que todo processo social objetivo gera sua subjetividade – ainda que reflexa, deformada, tardia. O desenvolvimento das forças produtivas, os mecanismos do mercado, a luta de classes, passam sempre pela consciência dos seus agentes. Com maior razão uma transformação revolucionária – quando suas premissas e suas forças motrizes objetivas amadurecem – engendra sempre sua consciência de si, seu arsenal de idéias, ideólogos, chefes, heróis, aperfeiçoa-os, troca-os, compulsivamente, até cumprir por tentativa e erro o desígnio que a objetividade lhe confiou.

“A humanidade – diz Marx – jamais



Lênin em frente ao Kremlin, desenho de Izaak Brodsky, 1924

se propõe senão às tarefas que pode realizar: melhor consideradas as coisas, ver-se-á sempre que a tarefa se apresenta ali onde as condições materiais de sua realização já estão dadas, ou em vias de se formar”. (10)

Esta passagem é muito citada em um sentido, o do primado do ser sobre a consciência social, mas tem outro, simétrico: ali onde surgem as condições materiais, tão certo como a noite faz o dia elas gestam quem se proponha a tarefa. Assim, o socialismo não pode nem triunfar sem subjetividade, como na metáfora do navio à deriva, nem se inviabilizar por inexistência ou insuficiência do fator subjetivo, como aventam os evitabilistas.

O pudim subtraído

Assim se colocam as coisas na esfera da teoria marxista. Outra coisa é a sua comprovação empírica.

O pensamento materialista vê na prática o critério da verdade. O materialista inglês F. Bacon (1561-1626)

resumiu esta idéia em uma frase incisiva e saborosa, citada por Engels: "A prova do pudim está em comê-lo". (11)

Ora, desde 1917 sentimos nos lábios o doce e macio gosto do pudim. A União Soviética era a prova palpável do futuro socialista. Seu poder mobilizador tinha, entre outros, um sentido comprobatório.

Mas a URSS caiu, passando, prova viva do socialismo, a prova de que este pode fracassar e de fato fracassou. É como se tirassem o pudim baconiano das nossas bocas.

Não por acaso, o evitabilismo emerge precisamente nesta fase, e coincide com a maré pós-modernista. Afortunadamente, nossos evitabilistas estão em política no pólo oposto ao pós-modernismo, ultra-subjetivista, relativista, fragmentador, cético quanto ao valor científico da teoria social até os limites do niilismo e do cinismo. E, no entanto, uns e outros compartilham a mesma base indeterminista, a mesma desalentada negação de que o saber humano possa decifrar o enigma dos destinos da humanidade. É evidente a conexão desse desencanto com o colapso soviético e o envenenado ambiente ideológico deste fim de século de Restauração.

O proletariado do século XXI

Já antes de 1917, a fé dos socialistas na vitória se apoiava em outro pilar empiricamente verificável: o crescimento do proletariado. Hoje, também ele está em xeque, abalado pelas mutações da Terceira Revolução Industrial e por três décadas de estagnação do PIB mundial, que levam à redução da mão-de-obra ocupada na indústria, ao crescimento do desemprego e do subemprego.

Muitos marxistas retrucam, às estatísticas, que isso não elimina a centralidade do trabalho e portanto da classe operária. É apenas meia resposta,

pois desloca o debate, do crescimento-redução para a centralidade-marginalidade, deixando de fora a questão nodal. Afinal, desde o *Manifesto* o caráter multitudinário, crescente e tendencialmente majoritário dos "coveiros do capitalismo" tem papel-chave na fundamentação do socialismo. Mais que o colapso soviético (explicável por erros e revezes subjetivos), uma reversão da tendência à polarização burgueses-proletários,

seria um golpe demolidor nos alicerces do marxismo.

Só se apara o golpe examinando as mutações concretas em curso no perfil de classe da sociedade. O tema excede as ambições deste artigo, mas vale deixar algumas indicações.

O que as evidências atestam é o declínio do que chamaríamos operariado fabril clássico. Este personagem, típico da Primeira e Segunda Revoluções Industriais, já não



Lênin em Moscou, foto de 1921 (acima); e em 1930

Isaak Brodsky

o é na Terceira. Mas é um erro conceitual confundir o operariado fabril com o conjunto muito mais amplo do proletariado, que Engels definia como “a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, não possuindo seus próprios meios de produção, são constrangidos a vender sua força de trabalho para viverem”. (12)

É preciso redefinir esta classe como ela é hoje, redesenhando as fronteiras que separam (ou separavam?): a) o trabalho produtivo do não-produtivo; b) o trabalho manual do intelectual; c) os chamados setores primário, secundário e terciário; d) as ocupações ligadas à base econômica e à superestrutura. Ao fim do estudo, certamente teremos uma grata surpresa – um “proletariado expandido”, abrangendo, além do núcleo fabril, boa parte dos trabalhadores intelectuais, dos serviços, da economia informal, afora a legião “excluída”.

Este proletariado do século 21 não possui – ainda – consciência de si. O deslocamento rápido e fluido de suas fronteiras, em tempos de crise, perplexidade e ofensiva ideológica adversa, dificulta a tomada de consciência. Mas vicissitudes na marcha do ser social à consciência social não são novidade: na velha Inglaterra, entre as primeiras fábricas, nos anos 1780, e os primeiros sindicatos, nos anos 1820, o recém-nascido proletariado viveu duas gerações de perguntas sem resposta, luddismo, seitas esotéricas, alcoolismo, impotência e desespero. Se fenômenos similares emergem hoje, quem sabe é a crise da sua adolescência.

Em busca do pudim perdido

Temos, assim, uma classe que já não é como era, e necessita reconhecer-se, em busca de um objetivo que precisa superar a finada experiência soviética. É um duplo desafio à subjetividade, que justifica em parte as inquietudes

(mas nunca a conclusão) de nossos evitabilistas. Se o socialismo é inevitável, há que prová-lo, comer o pudim, fazer a nova sociedade.

Isto nos leva de volta da teoria geral da história para a história de carne e osso. Nesta, as leis teóricas atuam entremeadas e intermediadas por outras variáveis, próprias da concretude. Aqui, existe o espaço da casualidade e o da subjetividade. Aqui, os “coveiros do capitalismo” só vencem se souberem forjar seu arsenal subjetivo, sua consciência teórica, programática, estratégica e tática, suas organizações e chefes, sua moral, cultura e arte, suas polêmicas.

Em circunstâncias muito distintas, no pico da crise revolucionária pós-17, Lênin colocou esta questão ao criticar as tentativas de provar que a crise “não tinha saída”:

“Isto é um erro. Situações absolutamente sem saída não existem. [...] Não se pode ‘demonstrar’ que não há absolutamente nenhuma possibilidade de que ela [a burguesia] adormeça a essa minoria de explorados com concessões, esmague aquele movimento ou sublevação de outra parte dos oprimidos e explorados. Tentar ‘demonstrar’ de antemão a falta ‘absoluta’ de saída seria um vão pedantismo ou um jogo de conceitos e palavras. O regime burguês atravessa uma enorme crise revolucionária. Agora falta ‘demonstrar’, com a prática dos partidos revolucionários, que estes têm suficiente grau de consciência, organização, ligação com as massas exploradas, decisão e habilidade para aproveitarem esta crise a fim de levarem a cabo com êxito a revolução.” (13)

Sabemos hoje o quanto a demonstração é mais difícil e tortuosa do que se cria. Ao fim do século, o pudim marxista do socialismo inevitável é, como no *Manifesto*, uma teoria à espera da prova que só pode

ser comê-lo. Ainda assim, temos os melhores motivos para retrucarmos à Santa Inquisição anti-socialista, com a mesma convicção de Galileu ao defender o que era uma mera teoria: “E no entanto a Terra se move!”.

Bernardo Joffily é jornalista.

Notas

- (1) MARX & ENGELS, *Manifesto do Partido Comunista* (1848), Ed. Anita, p. 43.
- (2) MARX, KARL, *Carta a Weydemeyer*, (5/3/1852)
- (3) ENGELS, FRIEDRICH, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, (1884)
- (4) MARX, KARL, *O capital*, (1867), Bibl. de la Pléiade, vol. 1, pp. 1.238-1.240.
- (5) LÊNIN, VLADIMIR ILICH, *O imperialismo, última fase do capitalismo* (1916), em *Obras escolhidas*, Ed. Progresso, vol 5, pgs. 498-499
- (6) LUXEMBURG, ROSA, *Reforma ou revolução?* (1898-1899), Global Editora, pg. 75
- (7) LUXEMBURG, ROSA, *Panfleto de Junius*, <http://www.h-et.msu.edu/~german/gtext/kaiserreich/lux.html>
- (8) LÊNIN, VLADIMIR ILICH, *Sobre o Estado*, 1919, op. cit., vol 10, pg. 65
- (9) PLEKHANOV, GEORGE, *A propósito do papel do indivíduo na história* (1898), em *Obras escolhidas*, pgs. 316-317, Ed. Progresso
- (10) MARX, KARL, *Introdução à Crítica da economia política* (1859), op. cit., vol. 1, pg. 273.
- (11) ENGELS, FRIEDRICH, *Prefácio à edição inglesa* (1892), em *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, Global Ed., pg. 12.
- (12) ENGELS, FRIEDRICH, nota para a edição inglesa do *Manifesto do Partido Comunista* (1888), Bibl. de la Pléiade, vol. 1, pg. 1574.
- (13) LÊNIN, VLADIMIR ILICH, *Informe ao 2º Congresso da Internacional Comunista* (1917/1920), em *Discursos nos congressos da Internacional Comunista*, Ed. Progreso, pg. 39.

Comuna de Paris: o proletariado toma o céu de assalto

Silvio Costa - 192 pp., R\$ 18,00

A Comuna de Paris é um estrondoso fato histórico, um enorme iceberg impresso na história da humanidade de forma definitiva, porque suscitou todos os tipos de registro; é estudado desde àquela época; e aqui, o autor cumpre seu papel com primor.

Bancos, bancários e movimento sindical

Euclides Fagundes Neves - 424 pp., R\$ 30,00

O livro historia a vida cansada dos trabalhadores de crédito no Brasil, desde 1808 até os dias atuais. Trabalho de fôlego a que se propôs o bancário autor, conseguindo levar a efeito o entendimento do que é a função de banqueiro e do banco neste país.

Retrata a luta permanente pela sobrevivência do bancário, aquele que tem contato constante com o dinheiro do banco e, geralmente, ausente de seu bolso e seu lar.



Manifesto do Partido Comunista

Karl Marx e Friederich Engels

72 pp., R\$ 6,00

Documento escrito há 150 anos por Marx e Engels, marcou o período de luta dos trabalhadores na Europa, em franca expansão capitalista.

Representou, e ainda o faz, a organização e luta dos trabalhadores contra a burguesia em todo o mundo. Pela sua contemporaneidade, o Manifesto do Partido Comunista é texto fundamental para os que desejam aproveitar a obra política e militância dos autores como instrumentos de transformação.

Terra - Ponto de partida, ponto de chegada

Maria Stela L. Borges - 216 pp., R\$ 20,00

Retrata a vida dos oprimidos, dos desclassificados, dos banidos, dos que são forçados a viver nos recantos escuros da sociedade. Além de mostrar as conquistas traduzidas pela posse da terra, o livro também revela a história daqueles que não resistiram nesta longa caminhada.

União do povo contra o neoliberalismo

Documentos do 9º Congresso do PCdoB - 224 pp., R\$ 18,00

Documentos do 9º Congresso, onde se debateu o neoliberalismo e a globalização e seus avanços no mundo e no Brasil. Traça diretrizes e oferece rumos para a luta dos trabalhadores a fim de prepará-los para o debate cotidiano e conseqüente combate da ordem excludente.

CONHEÇA AINDA:

Dialética radical do Brasil negro

Clóvis Moura - 248 pp., R\$ 20,00

Nas barricadas do fim do século - A (des)ordem neoliberal

Juliano Siqueira - 184 pp., R\$ 15,00

Sociedade dos socialistas vivos

Luiz Marcos Gomes - 132 pp., R\$ 12,00

Revista Princípios

Trimestral - 84pp., Assinatura R\$ 30,00

REPRODUZA O CUPOM ABAIXO E PEÇA JÁ SEUS LIVROS OU SUA ASSINATURA DA REVISTA PRINCÍPIOS:

Nome: _____ Telefone: (____) _____

Endereço: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Profissão: _____ Data de Nascimento: ____/____/____ E-mail: _____

Desejo receber os seguintes títulos:

Valor total:

R\$ _____

Forma de pagamento:

CHEQUE NOMINAL à Editora e Livraria Anita Ltda. Valor = R\$ _____

Depósito em C/C - ITAÚ Agência 0251 Conta n.º 48 678-3 (favor enviar comprovante)

Cartão CREDICARD/DINERS ou VISA n.º _____ Validade do cartão (mês e ano) ____/____

Editora e Livraria Anita Ltda.

R. Mons. Passalacqua, 158 - Bela Vista CEP 01323-010 São Paulo/SP

Fonefax: (011) 289 1331 - E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br

Saramago,



Foto: Cleo Velleda

um Nobel português

RONIWALTER JATOBÁ

Saramago é um grande nome da literatura universal, ativo combatente das causas humanistas e comunista convicto. Para os que não acreditam, sua premiação mostra que o idioma português continua vivo

No começo da tarde do dia 8 de outubro, quando se preparava para deixar Frankfurt – após participar da tradicional feira anual de livros – em direção a Madri, de onde seguiria para a pequena e árida ilha de Lanzarote, no arquipélago das Canárias, onde mora com sua mulher, a jornalista espanhola Pilar del Rio, o escritor José Saramago recebeu a notícia de que era o ganhador do Nobel de Literatura.

Tornava-se assim o primeiro autor de língua portuguesa a ser escolhido pela Academia Sueca de Letras, desde a criação do prêmio em 1901. “Com parábolas sustentadas pela imaginação, compaixão e permanente ironia, Saramago torna tangível uma realidade fugidia”, justificaram os acadêmicos suecos.

Autor de uma obra voltada para os valores humanistas, Saramago foi logo cercado por jornalistas de todo o mundo, que o acenavam com rosas vermelhas. E com razão. Comunista – “e serei sempre comunista”, faz questão de repetir quando perguntado sobre sua opção ideológica –, Saramago afirmou que

o prêmio Nobel não iria salvar a língua portuguesa, mas, sem dúvida, iria protegê-la. Indagado sobre o valor da premiação, US\$ 985 mil, disse que não era ambicioso e que o dinheiro seria investido no auxílio de pessoas necessitadas.

A consagração de Saramago foi aplaudida no mundo inteiro, com uma óbvia e única exceção: o Vaticano, que julgou a escolha “ideológica”. Talvez por isso, Saramago explicou porque foi viver numa pequena ilha das Canárias, num lugarejo chamado Tais: “Por um problema político, depois de escrever um livro polêmico, *O evangelho segundo Jesus Cristo*,

que foi muito mal recebido em Portugal”. Mesmo assim fez questão de afirmar que o prêmio “é muito importante para Portugal porque é preciso entender que uma terra que tem sido tão marginalizada pode começar a se tornar respeitada em todo o mundo pela sua literatura. Isto é fantástico para um pequeno país.” Um dia antes, em Frankfurt, por sinal, Saramago havia feito uma palestra sobre o tema “O que é ser comunista”. Mas negou ter ganhado o prêmio por motivos políticos. “Ai de nós se a Academia fosse motivada por razões políticas”, afirmou. “Os critérios dela, espero eu, são meramente literários”.

José Saramago, cujo nome de batismo é José de Souza, nasceu em 16 de novembro de 1922 na aldeia de Azinhaga (Ribatejo), no norte de Portugal. Saramago, que é uma plantinha silvestre, era o apelido que os vizinhos davam ao seu pai. Ao ser registrado no cartório, o funcionário resolveu colocar a alcunha ao seu nome. Filho de uma família de agricultores pobres, aos dois anos de idade mudou-se com a família para Lisboa. Devido a dificuldades econômicas, teve de abandonar a escola primária para trabalhar como mecânico. “Até os meus 20 e tantos anos, eu voltava a Azinhaga pelo menos uma vez por ano”, ele lembra. “Em Azinhaga estão guardadas minhas impressões fundamentais. Quando eu chegava à aldeia, a primeira coisa que fazia era tirar os sapatos. E a última coisa que fazia, antes de regressar a Lisboa, era calçá-los. Os sapatos, e a ausência deles, se tornaram um símbolo muito forte.”

Nos anos 60, Saramago se junta ao Partido Comunista Português e foi um ativo combatente na luta contra

a ditadura de Salazar. Nessa época, já atuava na literatura. Em 1947, publicou seu primeiro livro, o romance *Terra do pecado*. A partir daí, fica em silêncio literário por mais de 20 anos. Em 1966, porém, publica um volume de poesias, *Os poemas possíveis*. Em seguida, edita uma reunião de crônicas e outra de artigos. Em 1975, no entanto, um acontecimento mudaria a vida do escritor. Já com 53 anos, era então diretor adjunto do jornal *Diário de Notícias*, quando toda a equipe foi mandada embora. Aproveita o desemprego e passa então a dedicar-se com exclusividade à literatura. Surgem romances como *Levantando do chão* e *Memorial do convento*, fazendo dele uma celebridade dentro e fora de sua terra de origem.

Segundo o jornalista Renato Pompeu, “se Saramago é o primeiro escritor em português da história a ganhar o Nobel, ele não foi o primeiro português a ter conquistado esse prêmio. Em 1949, o neurologista António Egas Moniz, nascido em 1874, ganhou o Nobel de Fisiologia e Medicina. Moniz foi o pioneiro mundial da neurocirurgia, em particular da cirurgia cerebral e da psicocirurgia.

O prêmio Nobel, criado pelo sueco inventor da dinamite, Alfred Nobel (1833-1896), já cometeu várias injustiças. Grandes escritores como o inglês Graham Greene, o argentino Jorge Luís Borges e o russo Vladimir Nabokov morreram e não entraram na lista. Também outros como o francês Marcel Proust e o irlandês James Joyce. Brasileiros como Jorge Amado e João Cabral de Melo Neto foram por várias vezes preteridos. Para Saramago, um grande escritor e ativo combatente das causas humanistas, é bem merecido.

Também o que importa é o empurrão à língua portuguesa, cada vez mais massacrada pelo poderio econômico e tecnológico norte-americano. Em Portugal, ao contrário do Brasil, a língua resiste mais. Lá, como exemplo, *mouse* é rato. Lixe-se Bill Gates. E viva Camões, Eça e Saramago. 

Roniwalter Jatobá é jornalista.

A obra completa de Saramago

- Os poemas possíveis
- Provavelmente alegria
- Deste mundo e do outro
- A bagagem do viajante
- As opiniões que o DL não teve
- O ano de 1993
- Os apontamentos
- Manual de pintura e caligrafia
- Objecto quase
- Poética dos cinco sentidos
- O ouvido da noite
- Levantando do chão
- Que farei com este livro?
- Viagem a Portugal
- Memorial do convento
- O ano da morte de Ricardo Reis
- A jangada de pedra
- A segunda vida de Francisco de Assis
- História do cerco de Lisboa
- O evangelho segundo Jesus Cristo
- In nomine Dei
- Ensaio sobre a cegueira
- Cadernos de Lanzarote
- Todos os nomes

Curiosidade: todos os livros de Saramago publicados no Brasil obedecem, por determinação do autor, à grafia de Portugal.

Trecho de *Cadernos de Lanzarote*

“14 de dezembro

Em Oviedo, para um encontro organizado pela Fundação Municipal de Cultura sobre 50 Propostas para o Próximo Milênio. Os proponentes convidados foram cinco: três filósofos (Gustavo Bueno, Gabriel Albiac e Antônio Escotado), um economista e urbanista (Luís Racionero) e um romancista (este). Quando, há uns meses, recebi o convite, pus-me a imaginar o que teria acontecido se, no ano de 995, em Oviedo, ou num destes sítios das Astúrias, a alguém tivesse ocorrido a idéia de reunir cinco letrados (certamente todos teólogos, porque filósofos doutros saberes não os haveria então ali, e os economistas, os urbanistas e os romancistas ainda estavam por inventar), com o objetivo de apresentarem propostas para os próximos mil anos. Independentemente da circunstância de por aqueles dias, na Europa, haver sido posta a correr a voz de que o mundo se acabaria daí a cinco anos, e que portanto de nada iria servir quanto ali se dissesse, é mais do que duvidoso que as eminentes cabeças teológicas reunidas em Oviedo acertassem com uma só das suas propostas. Isto me levou a não pensar mais no milênio que está para chegar e a formular propostas apenas para amanhã, quando se supõe que ainda estaremos quase todos vivos. Permiti-me compará-las a uma ponte que, a meu ver, talvez seja necessário começar por construir, se queremos alcançar a outra margem do rio, lá onde, um dia, virão a ser construídos os magníficos palácios prometidos nas propostas dos meus colegas. Limitei-me, portanto, a sugerir: 1) Desenvolver para trás, isto é, fazer aproximar da primeira linha de progresso as cada vez maiores massas de população deixadas à retaguarda pelos modelos de desenvolvimento atualmente em uso; 2) Criar um novo sentido dos deveres da espécie humana, correlativo do exercício pleno dos seus direitos; 3) Viver como sobreviventes, isto é, compreender, de facto, que os bens, as riquezas e os produtos do planeta não são inesgotáveis; 4) Impedir que as religiões continuem a ser fatores de desunião; 5) Racionalizar a razão, isto é, aplicá-la de modo simplesmente racional; 6) Resolver a contradição entre afirmar-se que cada vez estamos mais perto uns dos outros e a evidência de que cada vez nos encontramos mais afastados; 7) Definir éticas práticas de produção, distribuição e consumo; 8) Acabar de vez com a fome no mundo, porque isso já é possível; 9) Reduzir a distância, que aumenta em cada dia, entre os que sabem muito e os que sabem pouco. Na minha décima proposta preconizava um “regresso à filosofia” (apesar de ser leigo na matéria), mas retirei-me quando vi que os meus colegas, felizmente de acordo quanto ao essencial, discordavam resolutamente nos particulares, que é onde as questões realmente se decidem...”



UBES, 50 anos:



o tempo não pára...

JUANA NUNES E MILLA TENENBLAT

Os estudantes secundaristas brasileiros lutam há 50 anos pela melhoria no ensino, e por um presente e futuro dignos para os jovens

Parece que foi ontem. Há cinquenta anos um grupo de estudantes secundaristas tinha um ideal e um sonho: liberdade de expressão e um ensino médio de qualidade. Os obstáculos eram muitos. Era o tempo do Estado Novo de Getúlio Vargas, não vivíamos numa democracia de fato.

A liberdade de expressão era vigiada pelos donos do poder e a ditadura fantasiada de governo populista deixava pouco espaço para a contestação dos estudantes, dos políticos de esquerda e dos intelectuais. Mas a garra destes estudantes fez surgir a UBES – a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Com sua marca jovem e atuante, a UBES esteve presente em todos os grandes acontecimentos do país nestes últimos cinquenta anos. Seja nas ruas, nas escolas, nos debates.

Foram anos de lutas, de exigir direitos, de estar presente nos momentos importantes. E foram tantos os estudantes que se dedicaram a tantas lutas, que seria difícil fazer um quadro de todos esses anos de vida da UBES. Foram os presidentes, os vice-presidentes, vice-regionais, os diretores, o pessoal administrativo, nos grêmios, nas escolas e os estudantes nas ruas que mantiveram e mantêm a pulsação da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. São eles que dedicam amor, tempo e esforço ao sonho comum de fazer com que a educação brasileira realmente seja de qualidade e atenda aos anseios de nossa gente.

A UBES surgiu no dia 25 de julho de 1948, no Rio de Janeiro, no Colégio Pedro II. Uma de suas principais bandeiras, já naquela época, era garantir o ensino público de qualidade e uma adequada formação profissional.

Se muitas coisas mudaram, infelizmente, continuamos com problemas ainda parecidos. A educação

continua não sendo prioridade do Governo Federal, o vestibular continua funcionando como um funil e a maioria dos secundaristas não tem acesso ao ensino superior. Como se não bastasse, não temos um ensino técnico de qualidade, com amplitude nacional e direcionado para as expectativas do mercado de trabalho e da sociedade. Existem escolas públicas que realizam um bom trabalho educacional, mas a questão da educação não teve ainda o direcionamento correto, nem tão pouco o zelo que precisaria ser adotado pelos Governos estaduais e Federal.

Alguns momentos históricos

Em 1964 veio o golpe militar e a participação política dos estudantes foi ameaçada. A ditadura impedia qualquer manifestação ou até mesmo reivindicação, por mais simples que fosse. Os estudantes não se calaram e foram às ruas pedir democracia. A resposta do governo foi dura e se traduziu em repressão e tortura. Mesmo assim, o grito de liberdade ecoava das escolas e dos grêmios estudantis.

Cada vez mais a política dos militares endurecia. Aos poucos os grêmios foram impedidos de funcionar e com o fechamento da UBES pela ditadura um grande vazio tomou conta da política estudantil brasileira. Não que os estudantes tenham se calado, mas a clandestinidade era agora inevitável. Essa resistência fez com que o governo da época considerasse os estudantes inimigos públicos.

A situação que já era desesperadora piorou em 1968. Foi nesse ano que o assassinato injustificável do estudante Edson Luís detonou a Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, em 1º de abril. Edson foi morto pela PM com um tiro no peito. O protesto fora organizado para reivindicar mais verbas para a educação. A resposta do governo veio em forma de balas.

Foi na cidade maravilhosa que a repressão deixou sua marca mais evidente. O Rio fervia como centro cultural e político e os militares não deixaram por menos. Em 1968 foram mortos oito estudantes. São Paulo perdeu um estudante e Goiânia outro. Edson Luís foi morto pela polícia no Calabouço – Restaurante Central dos Estudantes – e a comoção pelo seu assassinato provocou uma série de protestos por todo país. No enterro do estudante uma multidão acompanhou revoltada – o que se transformaria na histórica Passeata dos Cem Mil.

A luta dos jovens pela valorização do ensino público e por mais verbas para a educação era vista como uma afronta, e a 'porrada' era a única linguagem que a ditadura praticava. Mas os estudantes eram heróis sem capa nem espada, usavam seus corpos frágeis para tentar parar o 'trator' dos militares.

A UBES é então fechada pela ditadura. Passam-se os anos e a luta continua.

Em 1981, durante o Congresso de Reconstrução, a UBES volta à ativa. O paulista Sérgio Amadeu é então eleito presidente. A História do Brasil e da UBES começava a mudar. Era momento de se voltar a falar de democratização do ensino público, diretas para diretor, passe livre para os estudantes de todo país e valorização do ensino técnico.

A UBES estava viva. Nem a tortura fora capaz de calar a força dos nossos jovens. Os anos oitenta

foram época de reconstrução, de tentar minimizar os estragos do período militar.

Em 1985, a gestão da entidade era presidida pela amazonense Selma de Oliveira – a primeira mulher a



Enterro do estudante Edson Luiz, morto pela PM em 1968

presidir a UBES, após a reconstrução –, que liderou a campanha pela valorização do Grêmio Livre – trabalho vital para o fortalecimento do movimento estudantil. Com esse projeto a UBES mais uma vez voltava sua força para as escolas, que havia sido obrigada a abandonar nos anos 60 e 70. A paraense Leila Márcia da Silva Santos presidiu a entidade entre 1990 a 1992, e os pontos fundamentais dessa gestão foram o direito à meia-entrada, a criação da carteira da UBES, o fortalecimento dos grêmios e a campanha pelo *impeachment* de Fernando Collor. A UBES teve um papel fundamental nesse processo político, indo às ruas, organizando manifestações, dizendo não a uma série de atitudes absurdas tomadas pelo governo “collorido”.

A UBES em 1998

1998 foi sem sombra de dúvida um

ano de muitas realizações para a UBES. As reivindicações não são muito diferentes das do início da UBES: verbas para educação, contra o sucateamento do ensino público.

Neste país a educação ainda não é assunto sério. Tanto que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que é um conjunto de provas feitas pelos estudantes do 1º e 2º graus, realizado em 1997, avaliava a qualidade do ensino nos estados sem levar em conta as diferenças regionais. O Saeb, de 1995, mostrava que os alunos da 8ª série do 1º grau do Sudeste sabiam mais que os alunos da 3ª série do 2º grau de estados como Maranhão, Piauí, Acre e Ceará. Mas, o Governo Federal resolveu esperar o término das eleições para divulgar os números para não prejudicar a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Fato que demonstra mais uma vez o descompromisso com a educação e o compromisso com a politicagem barata.

De fevereiro a março de 1998 uma greve dos professores, principalmente universitários, que atingiu estados como São Paulo, Minas Gerais, Pará e Santa Catarina, levou os estudantes secundaristas novamente às ruas para protestar. Em São Paulo cerca de 1.500 estudantes foram às ruas para protestar contra a política educacional do governo de Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas. No Rio de Janeiro uma passeata no dia 1º de abril acabou em tumulto. E a polícia aproveitou, mais uma vez, para dar pancadas nos estudantes. Os manifestantes elegeram o Dia da Mentira para protestar contra o Governo Federal e exigir melhoria para os salários dos professores. Em Curitiba também houve ato e paralisações, no entanto, sem grandes transtornos.

A UBES foi atuante no protesto contra o *provão* do ensino médio mostrando, de forma bem humorada, através de um questionário respondido pelos alunos nos locais em que a prova foi aplicada, seu repúdio pela forma escolhida para

avaliar o ensino – que deixa de lado questões fundamentais como a estrutura necessária para o desenvolvimento de um ensino de qualidade.

Com o movimento ‘Se Liga 16!’ esteve junto com a UNE, as UEEs de cada estado e o Tribunal Superior Eleitoral, recrutando jovens e explicando a importância do voto. O trabalho que havia começado em 1992, com um sucesso surpreendente, foi retomado em 1998. Artistas jovens como Java Mayan, Thierry Figueiras, Hugo Gross, Nívea Steman e Leandra Leal participaram ativamente da campanha para conscientizar os estudantes de um direito que pode mudar os rumos políticos do país. E a UBES estava lá mais uma vez.

Não podíamos esquecer de falar do estado do Ceará, onde um confronto entre estudantes e policiais em Fortaleza acabou ferindo nove secundaristas. A briga lá era pelo direito à meia-passageira.

Presente em todos os estados brasileiros, a entidade está organizada em vice-presidências regionais para facilitar o contato com os estudantes. A atual gestão tem investido no fortalecimento do movimento estudantil e, para viabilizar esse projeto, tem estado em contato com muitos secretários estaduais de educação, visando uma maior integração entre estudantes e o poder público. O resultado não poderia ser mais satisfatório já que a UBES tem conseguido assegurar a participação dos estados em muitos dos seus projetos. Um bom exemplo disso foi o acordo firmado entre a entidade e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) com o apoio da UNICEF e da UNESCO, durante o Seminário Internacional sobre Gestão Educacional, que aconteceu em agosto último. O acordo assinado no Rio de Janeiro prevê a cooperação para o desenvolvimento da Campanha da Paz. Entre as metas da parceria a criação do Dia Nacional de Trabalho Pela Paz e a criação de um Fórum de Debate na Internet (ubes.org.br) que pretende

mobilizar os 40 milhões de estudantes secundaristas brasileiros através de palestras, debates e manifestações culturais.

Entre as vitórias conquistadas pela atual gestão da UBES está a reorganização da Associação Baiana de Ensino Secundarista, que estava fechada desde os tempos da ditadura. O trabalho na capital baiana visa fortalecer o movimento estudantil no estado e a organização na luta pelo ensino de qualidade. Foi realizado, ainda, um Congresso que reuniu

aproximadamente mil pessoas e onde estiveram presentes diversas lideranças políticas como o ex-governador da Bahia João Durval, Pedro Stédille, Waldir Pires, além de expressivos nomes da política estudantil, assim como os diretores nacionais da UBES.

Nesse final de século a luta também não tem sido fácil. Entre as brigas por mais verbas para a educação, há a reforma inconsequente do Governo Federal para o segundo grau, o *provão* do ensino médio, a luta pela valorização

do professor, crise econômica, escolas particulares querendo processar pais endividados – são os tempos em que dívidas na escola poderão parar no SPC... Enfim é como dizia Cazusa:

“O tempo não pára. Não pára não. Eu vejo o futuro repetir o passado. Eu vejo um museu de grandes novidades.

O tempo não pára.”



Juana Nunes é presidenta da UBES e Milla Tenenblat é jornalista.

Lugar de criança é na escola

De acordo com o IBGE em 1997, aproximadamente 2,7 milhões de crianças entre 7 e 14 anos estão fora das escolas. O Censo escolar diz que são 1,8 milhão. A revista Conjuntura Econômica publicou um artigo em fevereiro de Ib Teixeira, da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, afirmando que 3,1 milhões estão fora das salas de aula. Ainda segundo esse artigo a evasão pode chegar até o final do ano a seis milhões. Apesar da confusão dos números, a realidade está presente nas ruas das cidades do país. Muitas crianças perambulam

na mendicância, deixando para a infância um rastro irreversível de pobreza e falta de oportunidade profissional. Esses serão os jovens do futuro. Que futuro?

A UBES está nas ruas também por isso. Para que os estudantes estejam na escola e que ali se dê nossa revolução social. Só dentro das salas de aula será possível mudar o ensino de 1º e 2º graus, e também o universitário. Educação é um todo, e a UBES, consciente disso, está presente em todas as lutas por um ensino melhor, por um país melhor.

FUNDEF corta verbas da educação dos estados

Uma das questões prioritárias para a UBES, em 1998, tem sido a discussão em torno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF). Em debates com os secretários de educação estaduais e municipais de todo país, a UBES tem tentado ‘destrinchar’ esse complexo dispositivo do Governo Federal, que desde sua criação em 1996 tem criado mais polêmica do que soluções práticas. A questão da educação no Brasil hoje passa essencialmente pela questão do financiamento. Para compensar as perdas causadas pelo FUNDEF alguns governos estaduais optaram pelo aumento das alíquotas do ICMS para compensar parte da receita, já que uma parcela do FUNDEF provem de 15% da arrecadação do ICMS. A perda de arrecadação decorrente da implantação do FUNDEF, em janeiro de 1998, atingiu estados como o Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Espírito Santo. O Governo Federal, no

entanto, alega que a criação do Fundo servirá para a melhoria dos salários dos professores do 1º Grau, já que 60% dos recursos devem ser utilizados para aumentar a remuneração do professor. De acordo com a lei, nos dez primeiros anos de vigência, 60% dos recursos deverão ser utilizados para o desenvolvimento do ensino fundamental. A lei garante que o Governo Federal deve complementar os recursos sempre que o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente, valor este estipulado pelo presidente da República, só que, ao adotar essa medida, a variação de receitas também pode ser reduzida. Neste ano os estados e municípios acabaram tendo de arcar com a responsabilidade pela manutenção do ensino público.

A demora do Governo para determinar o valor mínimo por aluno acaba desarticulando a política educacional de estados e municípios. O número de alunos matriculados no ensino básico determina os recursos do fundo que serão repassados a estados e municípios. O número de alunos é, assim, o único critério na

repartição dos recursos oriundos do Fundo. Essa resolução causa uma perda maior para os estados que têm uma rede de ensino de Primeiro Grau (que abrange principalmente o âmbito municipal) reduzida. A receita total do Fundo é dividida pelo número de alunos matriculados no ensino básico através de informações obtidas no censo educacional e pelo número de novas matrículas. Esse custo mínimo é determinado pelo Ministério da Fazenda, e não pelo da Educação. De 1997 para 1998 houve um aumento de apenas 2,3%. Ou seja, em 1998 o aluno custa R\$ 315,00 por ano. Mas o acréscimo de matrículas (1.198.569 alunos) significaria um aumento de 4%, e um valor mínimo por aluno de R\$ 429,00. O Projeto Toda Criança na Escola divulgou que foram feitas um milhão e meio de matrículas esse ano. Mas um dado serve para questionar o valor estipulado pelo Governo, que inviabiliza o investimento em melhores condições educacionais: um presidiário custa por mês em média R\$ 300,00 praticamente o mesmo montante custa um aluno por ano.

História, dogmatismo e marxismo

Capitalismo e revolução burguesa no Brasil, 2ª edição, Nelson Werneck Sodré, Rio de Janeiro, Grafhia Editorial, 1997, 167 pág.

Sob o forte impacto do bloqueio militarizado à marcha reformista nacional-democrática-popular, evoluíram variantes historiográficas da formação social brasileira. De alguma maneira, no sentido de turvarem os traços fundantes do nosso desenvolvimento capitalista tardio e dependente. A apreensão das raízes históricas obscureceu-se para toda uma nova geração combatente do socialismo revolucionário. Antes, o Plano de Metas (governo Juscelino, 1956-61) desfechava a 'fase pesada' da industrialização. A seguir, alastrou-se o assalariamento capitalista rural e emergiu um 'novo' proletariado industrial – adiante em lutas na crise do 'milagre' econômico da ditadura. Subjacente, rupturas profundas no movimento comunista internacional.

Caio Prado Jr., influente pesquisador da história e economia brasileiras, passou a principalizar no campo a luta por salários, organização sindical e legislação trabalhista, ao invés da reforma agrária (*A revolução brasileira*, publicada em 1966) (1). Um espetacular equívoco, mas eivado de coerência analítica: o capitalismo no Brasil, para Caio Prado, datava do período colonial. Em 1978, o conhecido historiador Jacob Gorender divulga *O escravismo colonial*. Defendendo uma 'desobstrução metodológica', Gorender propõe-se a "arrancar a teoria marxista do atoleiro dogmático em que o stalinismo a mergulhou". Com tal grandeza de objetivos, afirma ele que, no Brasil, o escravismo colonial "emergiu como um modo de produção de características novas, antes desconhecidas na história humana". (2)

Tanto na formação histórica, quanto na trajetória do capitalismo brasileiro, sempre foi outra a trilha desbravada por Nelson Werneck Sodré, autor de mais de 50 trabalhos. Não só por tais razões – há síntese, reafirmação e novidade –, o novo livro de Sodré, publicado em 1990, é de leitura obrigatória à interpretação do país. Que apresenta em dois movimentos: a) A formação do capitalismo no Brasil, e, b) Vargas e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

No que considero ser a polêmica principal, Sodré introduz notas fundamentais para a metodologia do estudo de Modos de Produção. Escoimando o dogmatismo, especialmente na análise da particularidade da situação brasileira – a 'heterocronia' –, um enfoque que exclui *o uso de paradigmas e se estabelece em obediência ao método, respeitadas as relações dialéticas entre o universal e o particular*. (Os trechos grifados em itálico são transcrições literais de Sodré) Visualizado na existência de etapas diferentes ao mesmo tempo na história, onde, ainda que apresentando hoje a uniformidade como tendência acentuada, expressaria outra particularidade nossa: a *do desenvolvimento desigual*. Na seqüência, clarifica não ter havido aqui a evolução da comunidade primitiva (indígena) ao escravismo, feito *à base da contribuição humana africana*; há *transplantação*, marcada a existência colonial dos escravos senão por *condições vigentes nas sociedades originárias – vinham, entravam no Brasil na condição de escravos*. Desenrolando sua argumentação, evidencia não ser o escravismo brasileiro, de nenhuma maneira um novo modo de produção.

E indo ao centro do (nervoso) debate recorrente, reitera a existência pretérita de relações feudais. Em 'A passagem', aponta

dois tipos de relações feudais entre nós: 1) as mais antigas, impostas pelos colonizadores portugueses, *condicionadas pelo meio social e até do geográfico*; 2) as posteriores, surgidas no colapso do escravismo, *antes e depois do ano oficial da abolição*, motivadores de *deslocamentos de força de trabalho de uma área para outra da zona mineradora para a área cafeeira*, nas ruínas da decadência aurífera, pela marcha dos cafezais para outra zona e pelo aparecimento do colono. Localiza concretamente as regiões ocorrentes em relações feudais, onde estas conviveram com o escravismo, as características: *Não é possível negar que as relações de produção nas áreas secundárias coloniais eram feudais*, afirma (ver especialmente as págs. 13-15 e 62-67).

O trabalho de Sodré sobrevoa elegantemente o marxismo de Marx; invoca também o cenário descrito em *Grande Sertão: Veredas...* Percorre o processo brasileiro de dependência (pelo endividamento) desde 1822. Relembra as alianças das revoluções burguesas do capitalismo central. E desmascara o conceito de 'populismo', que aqui *surgiu e começou a se vulgarizar... para estigmatizar a referida aliança* (de Vargas com os trabalhadores urbanos), *para vê-la como espúria manobra...* realizando convincente enquadramento histórico-crítico de Getúlio, diz Sodré, entre outras coisas, que o *grande malogro de sua extraordinária trajetória política foi não ter sido vitorioso na consolidação dessa aliança*.

Sérgio Barroso

Notas:

(1) Ver págs. 52-53 e 68, 1ª edição, Ed. Brasiliense. É notório que a 'práxis' do Movimento dos Sem Terra refutou aquela conclusão de Caio Prado. Em *Formação do Brasil contemporâneo*, publicado em 1942, escreveu Caio; "Com tais elementos, articulados numa organização produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através de três séculos..." (pág. 32, 16ª edição, 1979, Brasiliense). Mas observe ainda Caio Prado em 1966: "O fato é que com a substituição definitiva e integral do trabalho escravo pelo livre, acharam-se presentes no Brasil o conjunto de elementos estruturais componentes do capitalismo" (pág. 148). Enorme avanço, para um capitalismo colonial de 300 anos. Ocorre que isso é que se pode chamar de marxismo 'de superfície', pois em 1888, estava longe, muito longe a constituição das bases técnicas que autodeterminam o capital, ou mesmo da hegemonia do capital industrial (ver por exemplo *O capitalismo tardio*, de J.M. Cardoso de Mello). Ainda, J. Gorender, que se opôs à base analítica de Mello ou de Sodré, afirma justamente que: "em 1907, cabiam à agricultura quatro quintos do valor líquido da produção física do país, ficando a indústria com o quinto restante. Ora, a agricultura brasileira não se tornou capitalista em seguida à extinção do trabalho escravo". (*A burguesia brasileira*, 1990, págs. 24-25, Brasiliense)

(2) Ver págs. 18 a 55, 1ª edição, Ed. Ática. Para fundamentar o volumoso *O escravismo colonial*, Gorender apresenta as Leis deste modo de produção. Infelizmente, as 5 leis e duas sub-leis arroladas não convencem nem aos orientados pelo raciocínio lógico-formal. Para uma crítica que reputo irrefutável às leis do escravismo colonial, ver, do próprio Sodré, o ensaio *As desventuras da marxologia*, Temas, São Paulo, 1979, Ciências Humanas.

Princípios

50

Dia 29 de outubro reunimos em São Paulo, na Churrascaria Anhembi, amigos, colaboradores e membros do Conselho da Princípios para sortear o pacote turístico da campanha 'Vá a Cuba com Princípios'.

Sorteamos duas passagens durante o jantar, a primeira foi para a assinante do Ceará, MARIA EVANDIR DE OLIVEIRA, pelas mãos de Helder Ribeiro, da World Premium, agência parceira na promoção. A segunda passagem foi dedicada aos cerca de 140 convites vendidos, sorteada por Safrani Filho – da Brigada de Solidariedade a

Cuba – que tirou da urna o cupom de BEATRIZ CABRAL DE SIQUEIRA.

Saudações a todos que participaram da campanha de assinaturas e das comemorações!

MOMENTOS ESPECIAIS

Em São Paulo, a edição 50 foi comemorada no Ática Shopping Cultural no dia 26 de agosto. O evento contou com a participação de personalidades do cenário científico, cultural e político, entre as quais destacamos João Amazonas, o editor Olival Freire Jr., Aziz Ab'Saber, o físico Rocha Barros, o professor Demerval Saviani, a historiadora Paula Beiguelman, a poetisa Antonieta Dias de Moraes e outros importantes companheiros de luta. Na ocasião, apresentamos uma exposição de capas da *Princípios* desde seu 1º número.



Lançamento no Ática Shopping, em SP

Outro lançamento deste número de *Princípios* foi organizado em Campos/RJ, numa promoção da *Princípios* com o representante André Martins. A Escola Técnica Federal de Campos recebeu o prof. Luis Fernandes (da UFF e membro do Conselho Editorial da revista) para palestra sobre os 150 anos do *Manifesto do Partido Comunista*, onde falou para mais de duzentos convidados.

Voto de congratulações

O Deputado Milton Monti (PMDB-SP) foi o responsável pelo requerimento de congratulações da Assembleia Legislativa de São Paulo dedicado à 50ª edição de *Princípios*.



Se você ainda não tem assinatura da *Princípios*, faça já a sua!

Editora e Livraria Anita Ltda. - R. Mons. Passalacqua, 158 - Bela Vista CEP 01323-010 São Paulo/SP

Fonefax: (011) 289 1331 - E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br

Há 150 anos Marx e Engels
proclamaram:

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS



O mundo novo
prometido no
Manifesto não será
resultado mecânico
do desenvolvimento
capitalista, mas fruto
da organização e luta
dos trabalhadores



Proletarier aller Länder vereinigt Euch!

London,
Office der „Bildungs-Gesellschaft für
von J. C. Durgbarb.
6, LIVERPOOL STREET

MANIFESTO
of the
COMMUNIST PARTY,
By KARL MARX, and FREDERICK ENGELS



Anita Garibaldi